

Intensifica-se a luta social

Nota da Comissão Política do PCP

O PCP considera que a firme disposição de luta, já manifestada pelos trabalhadores e pelas suas organizações em defesa da liberdade de negociação, pela dignificação dos salários e dos seus direitos, pelo emprego e contra os despedimentos, pela defesa da Segurança Social, constitui a melhor resposta aos objectivos anti-sociais do Governo.

Pág. 3

Grande manifestação nacional

CGTP marca para 26 de Fevereiro

• Greves nos dias 25 de Janeiro (Função Pública) e 28 (Têxteis)

Págs. 4 e 5



Pontos nos is

• Artigo de *José Casanova* Pág. 18

18 de Janeiro 60 anos depois

• Artigo de *Joaquim Gomes* Pág. 19

Cimeira alarga influência da Nato

• Artigo de *Domingos Lopes* Pág. 21



Ary
dos
Santos

Um silêncio
de viva voz

Pág. 26

Quando o Barreiro canta

• Reportagem de *Henrique Custódio* Centrais



As pressões do Governo e do patronato para conter os aumentos salariais, os trabalhadores e suas estruturas respondem com a sua unidade e combatividade

RESUMO

12 Quarta-feira

Durante a sessão solene de abertura do ano judicial, o Presidente da República, o Procurador-Geral da República e o Presidente do Supremo Tribunal de Justiça exprimem algumas opiniões críticas sobre a reforma judicial em curso. É decretado pelo Governo o aumento do preço de venda ao público das gasolinas sem chumbo. Várias estruturas regionais do PS criticam a forma como este partido negociou com o PSD a representatividade política e regional dos autarcas portugueses no Comité das Regiões da Comunidade Europeia. Diversas estruturas sindicais da Administração Pública confirmam, em conferência de imprensa, a convocação de uma greve geral do sector para o dia 25 de Janeiro. O secretário-geral da ONU, Butros-Ghali, ordena um estudo preliminar sobre a eventualidade de ataques aéreos da NATO contra as forças sérvias da Bósnia. A França anuncia a «normalização total» das relações diplomáticas com a China.

13 Quinta-feira

O CDS propõe em conferência de imprensa uma revisão da Constituição que limite os poderes de dissolução da Assembleia da República por parte do Presidente da República, proposta que o presidente do Grupo Parlamentar do PSD, Duarte Lima, considera como «corajosa». O ministro da Justiça, Laborinho Lúcio, anuncia que, no projecto de reforma do Código Penal, está previsto o agravamento de penas para os crimes contra pessoas e para os crimes cometidos com violência. É lida, no Tribunal da Boa Hora, a sentença que condena em penas de prisão, por «corrupção activa», os três réus implicados no chamado «caso Emáudio». O primeiro-ministro italiano, Carlo Azeglio Ciampi, apresenta a sua demissão ao Presidente da República, abrindo caminho à marcação de eleições legislativas antecipadas naquele país. Vítima de uma congestão cerebral, morre, em Oslo, o ministro norueguês dos Negócios Estrangeiros, principal mediador na aproximação entre Israel e a OLP.

14 Sexta-feira

Os representantes sindicais reagem criticamente ao montante do salário mínimo proposto pelo novo ministro das Finanças durante uma reunião com os parceiros sociais. É anunciada uma redução de 80 mil contos à verba que o IPC destina, anualmente, à produção cinematográfica. Mauro Giallombardo, antigo colaborador do ex-primeiro-secretário do Partido Socialista Italiano, acusado de estar envolvido em diversos processos de corrupção, entrega-se em Roma à Polícia. Ivan Ribkin, do Partido Agrário, é eleito presidente da Duma, a câmara baixa do Parlamento russo.

15 Sábado

A JCP anuncia a sua não aceitação dos novos escalões de propinas propostos pela ministra da

Educação criticando, designadamente, o princípio subjacente ao novo sistema. Os directores dos serviços de Urgências, de Cirurgia e de Medicina do Hospital Distrital da Figueira da Foz colocam os seus lugares à disposição do presidente do Conselho de Administração daquele estabelecimento. Durante uma reunião do Conselho Nacional da Caça, em Viseu, o secretário de Estado da Agricultura, Álvaro Amaro, admite a criação de cotões privados de caça. Dezenas de milhares de trabalhadores da Fiat manifestam-se nas ruas de várias cidades italianas contra a onda de despedimentos que já foi anunciada. O Congresso Nacional Africano divulga um manifesto eleitoral em que, entre outras propostas, é defendido um nivelamento da sociedade sul-africana com base num agravamento das taxas fiscais sobre os grupos de rendimento mais elevado.

16 Domingo

O vice-primeiro-ministro russo, Igor Gáidar, anuncia a sua demissão do Governo invocando desacordos com outros membros do executivo quanto ao ritmo a dar às reformas económicas. O presidente da República italiana, Oscar Luigi Scalfaro, dissolve o Parlamento, abrindo o caminho para a realização de eleições legislativas antecipadas. Cerca de meio milhão de franceses manifestam-se nas ruas de Paris contra a reforma do sistema educativo do Governo Balladur.

17 Segunda-feira

A Comissão Executiva da CGTP convoca para 26 de Fevereiro uma «grande manifestação nacional descentralizada» contra a política laboral do Governo. No final do julgamento sobre o chamado «caso do Ministério da Saúde», os arguidos Costa Freire e José Manuel Beleza são condenados, em cúmulo jurídico, a penas de sete e quatro anos de prisão, respectivamente. Interrogado pelos jornalistas, o ministro da Saúde, Paulo Mendo, admite demitir a Administração do Hospital Distrital de Aveiro. Um violento sismo abala a região de Los Angeles, nos Estados Unidos, provocando, até agora, pelo menos 22 mortos e centenas de feridos. Boris Ieltsin aceita a demissão do vice-primeiro-ministro Igor Gáidar. O líder da oposição zairese, Etienne Tshisekedi, acusa o presidente Mobutu Sese Seko de ter cometido «um golpe de Estado constitucional».

18 Terça-feira

O Tribunal Constitucional indefere o pedido de extinção do «MAN» por considerar que os dirigentes decidiram dissolvê-lo em 1991. Os termómetros registam as mais baixas temperaturas do ano em Portugal. Em resposta à nova versão dos «aumentos zero», apresentada pelo secretário de Estado do Orçamento, os sindicatos da administração pública reafirmam a greve de dia 25 e encaram novas formas de luta posteriores. Demite-se o ministro russo das Finanças, Boris Fiodorov.

EDITORIAL

A ideologia de «bloco central»

O PCP deixou claro o interesse com que acolheu a apresentação do Congresso «Portugal: que futuro?», sobretudo pelo propósito anunciado pelos organizadores de com ele promoverem um grande debate, sem discriminações políticas e ideológicas, sobre os problemas que afectam o país e as perspectivas de resposta que reclamam.

Da mesma forma, foi deixado claro que os comunistas acompanham com toda a atenção o desenvolvimento dos trabalhos preparatórios do Congresso para formarem, em definitivo, uma opinião sobre a iniciativa.

O que não pode deixar de ser acompanhado, também, é o furioso clamor que o anúncio do Congresso suscitou não apenas nos arraiais do PSD e das suas clientelas na comunicação social, que enfiaram a carapuça do «situacionismo», mas também da parte de vários comentadores que arvoram habitualmente uma postura de independência ou que cultivam mesmo um certo charme anticavquista e de esquerda ou que até se reclamam da etiqueta do PS.

A fúria destes comentadores constitui um verdadeiro fenómeno político e ideológico, não sabemos mesmo se sociológico, que exige atenta consideração.

Destacam-se, entre eles: Miguel de Sousa Tavares, que concebeu e mantém na SIC um programa de debates políticos, onde é permanentemente acolitado por um representante oficial do pensamento do Governo e do PSD e por um conhecido representante do pensamento do PS, a título oficioso, como convém a um partido na oposição; Vicente Jorge Silva, o director do «Público», um jornal que nasceu no espaço PSD-PS, que funciona muitas vezes como órgão dos dois partidos e que até nas sondagens capricha em dar a vitória, mesmo por maioria absoluta, ora a um ora a outro; José António Saraiva, o director do «Expresso», o semanário para quem o contraste de opiniões se reduz às do PS e do PSD, a quem assegura uma tribuna semanal onde brandamente se confrontam; alguns mais que operam, na informação pública ou privada, em idênticos esquemas de compromisso nas áreas dos dois partidos; e ainda outros que vão atrás.

Isto é, os mais destacados opositores do lançamento do Congresso «Portugal: que futuro?», fora do campo do PSD, estão, em geral, encostadas a situações de «bloco central» que predominam e dominam em boa parte da grande comunicação social do país. As opiniões que destilam são o reflexo dessa situação e constituem a ideologia de «bloco central».

É esta ideologia que está a carpir

pela ausência do partido do Governo na cerimónia de lançamento do Congresso. E com que veemência o fazem!

Os criadores do conceito de «situacionismo» têm nestes críticos do Congresso um amplo material de reflexão. O «situacionismo» é se calhar mais amplo e complexo do que julgavam... Ao «situacionismo» junta-se o «aproveitismo».

A ideologia do «bloco central» procede neste episódio do Congresso com a arrogância e a intollerância com que costuma discriminar e tentar abater, a partir do quase monopólio da informação que conserva, todas as posições, projectos e iniciativas que saem dos estreitos parâmetros das suas conveniências.

Talvez hoje muitos mais compreendam a natureza das campanhas de que os comunistas têm sido alvo e a cerrada discriminação a que continuam sujeitos em certa comunicação social.

Como noutras ocasiões, o processo de intenções constitui um dos métodos argumentativos da ideologia do «bloco central». Antes mesmo de atacar o que foi dito e quem o disse, aplica-se a pintar a caveira das

A ideologia de «bloco central», não permitindo análises e críticas que vão à raiz da política da direita, nem oposições à estratégia de restauração monopolista, promovendo uma bipolarização quanto-baste e proibindo ao PS alianças à esquerda, tem servido à maravilha os interesses do PSD

«intenções secretas» da iniciativa que «sabiamente» inventou e revela: «conspiração para derrubar Cavaco», «preparar a dissolução da Assembleia», «plataforma para lançar uma candidatura presidencial», «para encurrular o Guterres» e por aí fora.

Também como é habitual não desdenha em ignorar ou distorcer completamente o que foi dito e está escrito, neste caso o Manifesto, para lançar o manto do descrédito sobre o que quer combater, neste caso o Congresso.

Por exemplo, o arguto director do «Público» sentencia: «É um erro pensar que Portugal vive numa situação económica, política e social idêntica àquela que existia há vinte anos.» Ora isto é afirmado a propósito de um Manifesto que, concorde-se ou discorde-se, fala muito concretamente de agudos problemas do nosso presente, salienta a importância do papel da participação popular em regime democrático e sublinha a importância dos «mecanismos essenciais da

democracia» e aborda a questão dos fundos comunitários e da integração do país na União Europeia - tudo questões que não existiam há 20 anos. E o mesmo crítico que provavelmente não leu o documento conclui que ele é «um enunciado primário e redutor». É caso para perguntar quem é que é primário?

Outros vão pelo caminho das legitimidades, é o caso de Miguel Sousa Tavares. E ele que assume a defesa do Governo, «um governo legítimo eleito por mais de metade dos portugueses», e acusa de «vanguardas» qualquer eventual contestação que lhe seja movida por via congressual. Que significa isto? Que não é legítimo, em democracia, que os cidadãos, quaisquer cidadãos, de opiniões semelhantes ou diferentes, se reúnam nas instâncias que entenderem, incluindo congressos, para apreciarem e criticarem a acção de um governo, por maior que seja a sua maioria? E ainda para mais se o país, como acontece com o nosso, está mergulhado numa crise, em que as responsabilidades do Governo são mais que evidentes? Qual é a democracia de Miguel Sousa Tavares? E a que vem a insinuação, dirigida a alguns organizadores que cita, «conhecemo-nos todos uns aos outros, as dependências e os interesses uns dos outros»? É uma intimidação? Acha o insinuidor que há portugueses de capacidade diminuída enquanto cidadãos?

Já conhecemos os autoritarismos do Governo, será que também temos que aturar os arrosos autoritários de pretensos controladores da opinião pública?

Neste clamor promovido pela ideologia de «bloco central» não se vislumbram, por mais que se procure, argumentos sérios e o mais hipócrita de todos é o que se arroga em protector do PS e declara querer prevenir a ameaça de uma nova maioria absoluta de Cavaco Silva.

A ideologia de «bloco central», não permitindo análises e críticas que vão à raiz da política da direita, nem oposições à estratégia de restauração monopolista, promovendo uma bipolarização quanto-baste e proibindo ao PS alianças à esquerda, tem servido à maravilha os interesses do PSD. Foi seguramente uma das maiores alavancas para a obtenção das duas maiorias absolutas.

No momento presente, cumpre o seu papel. Face a um projecto que provavelmente a surpreendeu e de que talvez receie não poder controlar a evolução, salta para os órgãos de comunicação social onde domina e tenta demoli-lo. Em proveito de quem?

O que surpreende é que, depois de todos estes anos de cavacismo, haja ainda no PS quem julgue que é em proveito próprio! Mais surpreendente ainda que faça declarações nesse sentido!

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Seceiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Seceiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX. Tel. 798 97 25/796 97 22. Telex 18390 Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO: Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis — 90, 7ª-A, 1100 Lisboa. Capital social: 15 000 000\$00. CRC matriculada: 47058. NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO: DISTRIBUIÇÃO ADE's Editorial Avante! — Av. Almirante Reis, 90, 7ª-A, 1100 Lisboa — Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 Fax: 815 34 95

Aterações de remessa: Até às 17 horas de cada sexta-feira: Telef. (01) 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL INTERPRESS — Sociedade Distribuidora de Jornais e Revistas, Lda, Sector de Distribuição. Sede: Rua do Norte, 115, 1ª, 1200 Lisboa. Telef. (01) 342 07 84/342 23 49/342 22 04. Delegação Centro: Praceta Dr. Alberto Oliveira, 4, 3000 Coimbra Telef. (039) 71 35 77 Delegação Norte: R. Monte dos Pipos, 326, Guifões, 4450 Matosinhos Telef. (02) 953 15 66/953 17 49/953 17 50

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7ª-A 1100 Lisboa — Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90-7ª-A 1100 Lisboa — Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

Composto e impresso na Heka Portuguesa, SA R. Elias Garcia, 27 Venda Nova — 2700 Amadora Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS*

PORTUGAL (Continente e Regiões Autónomas)	50 números — 6 750\$00
	25 números — 3 487\$50
ESPAÑA	50 números — 13 300\$00
EUROPA	50 números — 24 750\$00
GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE E MACAU	50 números — 26 650\$00
EXTRA-EUROPA	50 números — 39 950\$00

* IVA e portes incluídos

Nome _____ Telef. _____
Morada _____
Código Postal _____
Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.

Nota da Comissão Política do Comité Central do PCP

Solidariedade com a luta dos trabalhadores portugueses

Na sua reunião de 17 de Janeiro, a Comissão Política do PCP abordou detalhadamente a situação social do país. Concluiu que se verifica um preocupante alastramento das dificuldades, atingindo sectores e regiões muito diversos. E que se torna indispensável e urgente reforçar a intervenção social e política para travar o continuado agravamento dos problemas.

1. A Comissão Política debateu a política salarial e de emprego do Governo e o seu contributo para a degradação da situação social.

Uma grande ofensiva contra o poder de compra dos trabalhadores e bloqueadora da contratação colectiva foi desencadeada pelo Governo, em ligação estreita com o grande patronato, e em simultâneo com a intervenção activa nos processos que envolvem grandes despedimentos.

Só a resistência e a luta dos trabalhadores tem impedido a concretização de despedimentos massivos como acontece na TAP. Mas o perigo mantém-se designadamente na Lisnave, na Siderurgia Nacional e nos sectores da Metalomecânica Pesada, Telecomunicações, Ferroviário e Rodoviário.

Noutros sectores da indústria, nomeadamente na metalurgia e minas, os efeitos devastadores da política económica do Governo está a conduzir ao encerramento de pequenas e médias empresas, ao recurso ao Lay-off e ao crescimento do número dos trabalhadores com salários em atraso.

Na Têxtil e muito especialmente no Vale do Ave, a crise prolonga-se sem que o Governo seja capaz de a travar e conhece novos agravamentos que atingiram recentemente importantes empresas como a Têxtil Alvorada em Fafe e a Cavalinho em Guimarães. A situação da indústria têxtil e do Vale do Ave são o exemplo mais evidente e claro, como a política de baixos salários, o trabalho precário e a sobreexploração dos trabalhadores, não só não asseguram a competitividade da indústria portuguesa, como são indissociáveis da estagnação e destruição do sector, com pesadas consequências económicas e injustos sacrifícios para muitos milhares de trabalhadores.

A Comissão Política, mais uma vez, reafirma a sua solidariedade com a luta dos trabalhadores portugueses, em importantes sectores e muitas empresas.

No que respeita especificamente aos trabalhadores do Vale do Ave, reclamamos do Governo medidas urgentes que ponham fim à contínua e dramática destruição da indústria têxtil, principal suporte ao desenvolvimento desta e de outras regiões dela dependentes.

As empresas do sector têxtil e muitas outras de outros sectores são o exemplo que melhor desmistifica a tese do Governo que para garantir o emprego teriam de ser sacrificados os salários e as regalias sociais. O que se verifica nesses sectores é que o desemprego aumenta em paralelo com a redução dos salários. O mesmo pode ser observado a nível global, em que a diminuição da parte dos salários no rendimento nacional está a ser acompanhada, em simultâneo, pelo acelerado crescimento do desemprego que, em Dezembro passado, atingia já cerca de 365 000 portugueses.

A Comissão Política denuncia por isso o carácter mistificador da propaganda do Governo e do grande capital sobre a denominada moderação salarial nos processos de negociação da contratação colectiva.

O PSD e o grande patronato não querem sequer a moderação salarial. Pretendem mesmo a drástica redução dos salários e do poder de compra dos trabalhadores e das camadas médias.

Assumindo a dianteira na defesa da sua política de concentração de riqueza, o próprio Governo protagoniza na Administração Pública uma redução dos salários reais em 1994 e orienta no mesmo sentido as administrações do Sector Empresarial do Estado que tutela.

Simultaneamente o Governo de Cavaco Silva põe em causa a liberdade de negociação e o direito de contratação constitucionalmente reconhecidos aos trabalhadores e organizações sindicais.

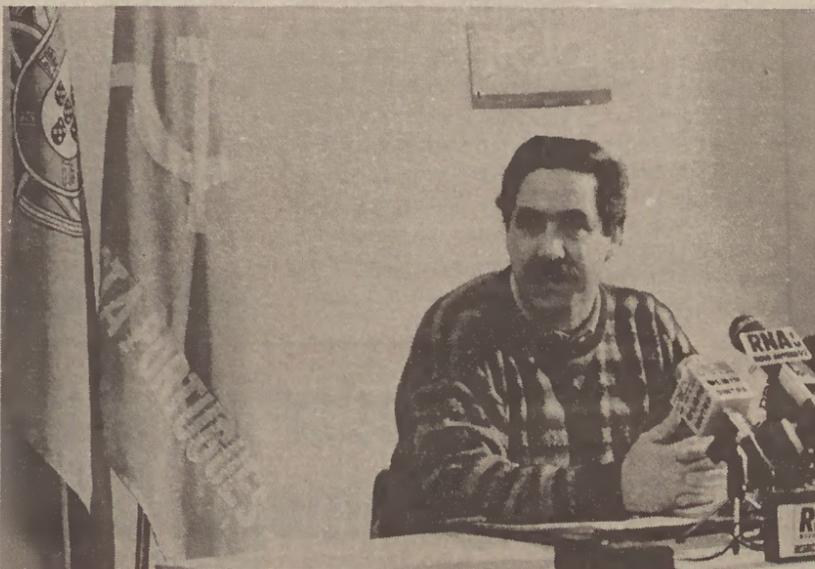
A Comissão Política sublinha o facto de ainda não ter sido publicado o novo salário mínimo nacional que devia estar em vigor a partir de 1 de Janeiro, sendo preocupante as notícias vindas a público da tentativa que existe por parte do Governo em desvalorizar ainda mais os níveis de sobrevivência de 200 mil trabalhadores. E tudo isto quando continuam a florescer e a serem estimuladas as actividades especulativas e parasitárias e quando se continuam a suceder os escândalos das privatizações e se mantêm elevadas taxas de juro à custa da desindustrialização do país e da ruína da nossa agricultura.

O PCP considera que a firme disposição de luta já manifestada pelos trabalhadores e pelas suas organiza-

ções em defesa da liberdade de negociação, pela dignificação dos salários e dos seus direitos, pelo emprego e contra os despedimentos, pela defesa da segurança social, constitui a melhor resposta aos objectivos anti-sociais do Governo. A semana de luta de 24 a 28 de Janeiro, anunciada pela CGTP e a greve nacional dos sectores da Administração Pública, marcada para dia 25, abrem perspectivas muito favoráveis para que a resistência e a luta dos trabalhadores se desenvolvam e correspondam à gravidade da situação que os atinge.

2. A Comissão Política chama a atenção que o ano de 1994 se inicia com a entrada em execução de todo um conjunto de medidas muito gravosas no domínio da Segurança Social. É o caso, nomeadamente, da redução das pensões dos novos pensionistas através da modificação da fórmula de cálculo; do aumento de três anos da vida activa de cada trabalhador para completar a sua pensão; da elevação da idade de reforma das mulheres de 62 para 65 anos; e do agravamento contributivo imposto aos trabalhadores assalariados a quem as entidades patronais coagem a inscrever-se como "independentes" com recibo verde, como forma delas escaparem às suas obrigações legais para com a Segurança Social.

Não pode deixar de ser sublinhada como particularmente infeliz a coincidência da adopção destas medidas gravosas e descaracterizadoras do sistema de Segurança



O camarada António Lopes apresenta aos jornalistas as conclusões da reunião da Comissão Política do Partido

Social consagrado na Constituição da República com o final do Ano Europeu dos Idosos e da Solidariedade entre as Gerações, que decorreu em 1993, e em que foram proclamados princípios, valores e objectivos sociais em absoluto opostos à política do Governo.

E merece menção especial e incansável denúncia o facto das actualizações para o presente ano das já muito baixas pensões de velhice e invalidez (que variam entre 6,1 por cento para a pensão mínima e 5 por cento para as restantes pensões do regime geral) não só não terem reposto o valor real das pensões perdido em 1993 por efeito da inflação (situada entre os 7 e os 7,5 por cento), como terem ficado manifestamente aquém dos aumentos decretados para os aumentos das rendas habitacionais (10,125 por cento e 6,75 por cento conforme os contratos tenham sido celebrados antes de 1975 ou depois dessa data).

A Comissão Política alerta ainda para as graves consequências da alteração a partir de 1 de Fevereiro do regime de protecção dos trabalhadores desempregados. Essas alterações visam nomeadamente: a redução do montante do respectivo subsídio; o agravamento da situação dos ex-pensionistas por invalidez; e a modificação do conceito de "emprego conveniente", que altera de forma inaceitável as condições em que o desempregado poder vir a ser chamado pelo centro de emprego para ocupar um posto de trabalho, sob a ameaça de se ver privado do respectivo subsídio.

3. Numa altura em que se comemora o Ano Internacional da Família, é impossível não observar que aumentam as dificuldades e as angústias da grande maioria das famílias portuguesas, sujeitas ao peso de acrescidas dificuldades - desemprego, precarização do trabalho, abaixamento dos rendimentos, problemas da habitação, carestia de vida -, atingidas pela redução do valor real dos já de si baixos apoios sociais e fustigadas por iniludíveis consequências da grave crise social que o país atravessa, como o crescimento da

toxicoddependência, da marginalidade e da prostituição.

A Comissão Política faz votos para que a comemoração do Ano Internacional da Família, através da intervenção e da iniciativa de sectores muito diversificados da sociedade portuguesa, possa contribuir para chamar a atenção para os agudos problemas socioeconómicos que em concreto atingem muitas famílias portuguesas. E faz igualmente votos para que, constituindo uma oportunidade para o exame e o debate sério e objectivo das causas das injustiças e desigualdades sociais, possa igualmente contribuir também para a urgente adopção de medidas sociais e económicas que assumam, de facto, o ser humano como preocupação maior e destinatário fundamental da acção política no nosso país.

4. A Comissão Política analisou as recentes posições assumidas pelo novo Ministro da Saúde. São de sublinhar quer a anunciada continuidade de uma política de saúde neoliberal e mercantilista que os portugueses e em particular os profissionais do sector da saúde já condenaram, e que conduziu à imparável queda do seu antecessor ministerial; quer os propósitos de aceleração dessa política, através nomeadamente da rápida desresponsabilização do Estado pela garantia do direito à saúde da população portuguesa (quando Portugal é o país da Comunidade Europeia que menos gasta proporcionalmente com a saúde), e

com a imposição à grande maioria da população do pagamento da prestação de cuidados de saúde, nomeadamente consultas, internamentos, cirurgias, elementos de diagnóstico (quando os portugueses, em termos comparativos europeus, são também quem já contribui mais directamente do seu bolso para as despesas de saúde).

A Comissão Política pronuncia-se frontalmente contra uma política de saúde neoliberal e mercantilista que visa liquidar o direito à saúde dos portugueses e dividi-los em cidadãos de primeira e de segunda. Lança por isso o apelo para um alargado movimento de resistência à política que o novo ministro da Saúde anuncia ir prosseguir e agravar, que abranja todos os profissionais da área da saúde - médicos, enfermeiros, técnicos, administrativos e auxiliares - mas em que convirjam, igualmente, as mais variadas posições e iniciativas dos próprios utentes de saúde. E apela, também, ao desenvolvimento de um alargado debate nacional centrado na análise da situação do sistema de saúde, que contribua para a formulação de uma nova política, de orientação democrática, que responda aos problemas do sector e assegure uma saúde de qualidade para todos os portugueses.

5. As posições agora tomadas pelo Governo, quanto à alteração da lei nº 20/92 do aumento das propinas, com modificações no número de escalões, nos respectivos montantes e nas fórmulas de cálculo - correspondendo a um primeiro recuo do Governo em consequência da sua incapacidade de aplicar a Lei como estava, face à força da unidade e da acção dos estudantes, à oposição de professores e dos órgãos escolares das principais escolas e universidades -, traduz-se todavia num esforço para manter o essencial de uma lei injusta e iníqua. Ao pretender colocar milhares de estudantes que até agora estavam isentos de pagar propinas, o Governo mantém-se na linha de desresponsabilização do Estado no financiamento do ensino superior público e de incumprimento do preceito constitucional que determina a progressiva gratuidade do ensino público. Com tal procedimento, o Governo está a desperdiçar uma nova oportunidade para encontrar uma solução para os graves problemas do ensino superior que tem estado no centro das atenções do país.

O PCP renova a sua solidariedade e apoio à luta dos estudantes e às posições dos docentes e órgãos escolares; reafirma a sua exigência de revogação da Lei nº 20/92, contra o aumento das propinas, por um efectivo sistema de apoio social e sublinha uma vez mais a necessidade de um amplo e aprofundado debate nacional em torno dos problemas do ensino superior - para o qual apresentou recentemente ao país uma proposta de Programa de Desenvolvimento do Ensino Superior - com o objectivo de concretizar um ensino superior de qualidade que corresponda aos interesses dos estudantes e às necessidades do país.

TRABALHADORES

RESISTIR EM UNIDADE
NA SOLISNOR

Os trabalhadores da Solisnor/Setenave mostram-se determinados a «resistir em unidade» aos renovados ataques que se prevêem para este ano. Nomeadamente, os ORTs temem «o espartilhamento dos trabalhadores e da empresa através da criação de novas empresas», bem como «tentativas de alteração da contratação colectiva» no sentido de «aplicar a flexibilidade de horários, trabalho a tempo parcial, abaixamento de salários e polivalência».

Os trabalhadores denunciam ainda que o Grupo Mello «vai receber mais 9 milhões de contos para investimentos na Mitrena», para aumentar a capacidade destes estaleiros e aproximá-la à hoje existente nos dois estaleiros. Por esta razão, a comissão de trabalhadores continua a afirmar que todos os trabalhadores hoje existentes na Margeira e Mitrena são insuficientes e que levar por diante os despedimentos é um crime social e só visa aumentar a precariedade do emprego.

18 DE JANEIRO

O Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Vidreira promoveu várias iniciativas na Marinha Grande para assinalar o 60º aniversário da revolta armada de 18 de Janeiro de 1934. As comemorações começaram domingo, com um almoço-convívio e um espectáculo infantil, durante o qual foi inaugurada uma exposição de pintura e desenho alusiva àquele acontecimento. Para terça-feira o programa previa uma romagem ao cemitério, deposição de flores no Monumento ao Vidreiro e um espectáculo de música portuguesa, com a participação de artistas locais. (Ver, a propósito dos 60 anos do 18 de Janeiro, artigo de Joaquim Gomes, na página 19.)

LADRICER

A greve de três dias na Cerâmica Ladriger, em Coimbra, que deveria iniciar-se dia 13, foi desconvocada, após o compromisso assumido pela empresa de pagar, faseadamente, os salários em atraso. Fonte do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Cerâmicas revelou à Lusa que a administração da empresa comprometeu-se a pagar na data prevista o salário de Janeiro e a saldar a restante dívida nos meses subsequentes, em parcelas de 15 ou 20 contos. Os trabalhadores têm em atraso os subsídios de férias e de Natal e as remunerações de Outubro, Novembro e Dezembro. A empresa, que ocupa 250 trabalhadores, já esteve paralisada, por duas vezes, em Novembro e em Dezembro, durante 24 horas.

SIEMENS

A comissão intersindical da Siemens, de Évora, manifestou-se sexta-feira contra as intenções da administração de aumentar o horário de trabalho em vigor, passando de 42 para 44 horas semanais. Num comunicado que enviou à agência Lusa, a comissão diz «não aceitar que, invocando falsos conceitos de produtividade, se queira aumentar o horário de trabalho em vigor», passando para 44 horas por semana, repartido por quatro dias com onze horas cada um. Perante a situação, a comissão intersindical na «Siemens» marcou para a passada segunda-feira um plenário geral de trabalhadores.

ROBINSON

Cerca de 200 trabalhadores da sociedade corticeira «Robinson», em Portalegre, cumpriram na semana passada três dias de greve, em protesto contra a existência de salários em atraso na empresa. A Robinson vem debatendo-se com problemas financeiros graves nos últimos anos e não tem pago a tempo os ordenados. Os trabalhadores, cuja remuneração média é de 70 mil escudos, estão sem receber desde Novembro, segundo a Lusa. A posição dos trabalhadores foi defendida em conferência de imprensa pela União dos Sindicatos de Portalegre, que exigiu da administração uma tomada de posição clara em relação ao futuro da «fábrica da rolha» - como é designada na cidade esta unidade transformadora de cortiça que ali se instalou no início do século.

FAMÍLIA

A CGTP criticou na semana passada a política social do Governo por esta conduzir à desagregação das famílias. Em conferência de imprensa, dirigentes da central afirmaram que a maioria das famílias portuguesas vive numa situação de insegurança e de falta de recursos mínimos de sobrevivência. Por isso, exigiram que neste Ano Internacional da Família seja levada à prática uma política de desenvolvimento que garanta o pleno emprego, a qualidade de vida e o bem-estar, para tornar possível a estabilidade na família.

É que «a maior parte das famílias portuguesas vive uma situação de insegurança e de falta de recursos mínimos de sobrevivência» e «estes factores são geradores de conflitos e da desagregação da família», afirma a Intersindical. A CGTP refere que a maioria das famílias idosas tem rendimentos que não permitem uma vida condigna, tal como as famílias dependentes do salário mínimo nacional, auferido por quase 250 mil trabalhadores.

O desemprego atinge oficialmente mais de 350 mil trabalhadores e respectivas famílias, levando-os à marginalização social por falta de recursos financeiros e sociais, lembra a Inter. A central sindical considera ainda que a precariedade de emprego e a dificuldade de conseguir habitação não permitem que milhares de jovens constituam família e critica a falta de apoios sociais às famílias portuguesas.

Greve nacional dos têxteis
a 28 de Janeiro

Os trabalhadores do sector têxtil, vestuário e calçado vão estar em greve a 28 de Janeiro, em protesto contra a intenção do patronato de reduzir os já muito baixos salários reais.

Na passada sexta-feira, em conferência de imprensa dada no Porto, a direcção da Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Têxteis, Lanifícios, Vestuário, Calçado e Peles de Portugal acusou as associações patronais de bloquearem a celebração dos contratos colectivos no sector, pondo em causa o próprio direito à negociação colectiva.

Menos que 7
é perder

As propostas patronais de aumentos salariais vão desde os zero por cento, no Vestuário/ANIVEC, aos quatro por cento no Vestuário/APIV, passando pelos 1,3% propostos pelo patronato da Algodoeira, Malhas, Têxteis-Lar e Lanifícios, e pelos 3,8% propostos na Cordoaria. Estes valores foram repu-

diados no plenário geral de sindicatos que reuniu no Porto dia 11 e conclui que qualquer acordo abaixo de 7 por cento significará uma redução de poder de compra dos trabalhadores.

Os sindicatos e a federação admitem, no entanto, que o pré-aviso de greve deixará de abranger qualquer empresa ou sector onde a evolução das posições patronais venha ainda a permitir um acordo até dia 28.

De acordo com os dados da Fesete, o salário médio contratual líquido dos trabalhadores do sector têxtil, vestuário e calçado em 1993 (menos de 48 contos) perdeu 33 por cento do poder de compra nos últimos 17 anos. Comparadas com os salários praticados nas indústrias similares dos outros países da Comunidade Europeia, as remunerações pagas em Portugal representam menos de um quarto do que recebem os trabalhadores na Bélgica, Dinamarca, Países Baixos, Alemanha; menos de um terço do que recebem os italianos ou os franceses; metade, ou menos, do que é auferido na Grécia, em

Espanha ou no Reino Unido.

Sublinhando que «são os trabalhadores que estão em crise», pois «empresas com dificuldades não correspondem a padrões falidos», a federação acusou o Governo de seguir uma política que estrangula as empresas e desvaloriza os recursos humanos, e o patronato de não ter aproveitado as melhores oportunidades para investir. Esta situação é agravada pelo recente acordo do GATT, que «vai trazer um aumento na já feroz concorrência à produção portuguesa, quer no mercado interno quer no externo, motivando fortes preocupações no que respeita ao futuro do tecido produtivo nacional».

«Se, numa altura em que estão em causa direitos fundamentais, houvesse uma cedência dos trabalhadores, não se registaria apenas um agravamento das suas condições de vida e de trabalho, mas perderiam direitos fundamentais alcançados ao longo de muitos anos de luta», alerta a federação, para quem «o difícil momento»

que hoje se vive exige convergência, a unidade de todas as organizações sindicais», pelo que o plenário de sindicatos recomendou à direcção da Fesete que «prosseguisse esforços conducentes à convergência nos objectivos negociais e na luta considerada necessária com as organizações da UGT e em particular com o Sindetex».

A Fesete entende que «desenvolvimento e o progresso social passam, inequivocamente, pela elevação das condições de vida e de trabalho e o respeito pelos direitos sociais e sindicais dos trabalhadores, não pela manutenção da exploração de mão-de-obra barata e desqualificada que até aqui foi seguida e é responsável, em grande parte, pelas dificuldades de centenas de empresas». Ao apontar «as verdadeiras soluções» para os problemas do sector, a federação defende a urgente aprovação de um «Plano Global de Reestruturação e Modernização» no plano industrial, comercial e financeiro, bem como profundas alterações no comportamento do patronato.

Provedor de Justiça recomenda
regulamentação dos direitos das CTs

O Provedor de Justiça recomendou ao Parlamento e ao Governo que regulamentem a lei das comissões de trabalhadores de forma a que estas possam exercer os seus direitos, dando assim razão a uma queixa que lhe foi apresentada pela CT da RTP por não ter sido ouvida previamente sobre uma ordem de serviço que determinou o redimensionamento e modernização da empresa e que instituiu medidas tendentes à redução dos trabalhadores.

O Provedor de Justiça salienta no seu documento - revelou a Lusa no dia 12 - que o exercício dos «poderes/deveres» concedidos às CTs do sector empresarial do Estado «é fortemente limitado pela inexistência de diploma» que defina os poderes dos representantes dos trabalhadores nos órgãos sociais e de gestão das empresas e estabeleça o respectivo estatuto.

Referindo-se a uma situação de «inconstitucionalidade por omissão», que impede o exercício de direitos «constitucionalmente garantidos às comissões de trabalhadores» pelo artigo 54º da Constituição da República, Meneres Pimentel recomenda à Assembleia da República a elaboração de um diploma regulamentar da lei 46/79.

O Provedor de Justiça remeteu também ao primeiro-ministro e ao ministro-adjunto uma outra recomendação para que promovam a alteração dos Estatutos da RTP, SA., aprovados pela lei 21/92,

de 14 de Agosto, que «são totalmente omissos» no que respeita aos direitos das CTs, «coarctando, assim, desde logo», o exercício dos poderes/deveres consagrados na lei 46/79.

Por outro lado, o Provedor de Justiça remeteu um ofício ao presidente do Conselho de Administração da RTP a quem comunica que a falta de consulta obrigatória à CT constituiu «manifesta violação» da referida lei. Meneres Pimentel acrescenta que, perante a «infracção» cometida pela administração da RTP, fez participação do facto ao presidente do Instituto do Desenvolvimento e Inspeção das Condições de Trabalho, tendo em vista a aplicação das sanções legais.

Luta reduz horários

A luta dos trabalhadores tem conseguido que em várias empresas seja reduzido o horário máximo de trabalho semanal, revela o departamento de informação da CGTP, numa nota em que denuncia o facto de o Governo ter vindo a ignorar os compromissos assumidos no «Acordo Económico e Social» de 1991 para que fossem estabelecidos limites de 43, 42 e 41 horas nos anos de 1992, 1993 e 1994, de forma a que nenhum português tenha, em 1995, mais de 40 horas semanais como máximo legal.

No comunicado de imprensa divulgado pela central dia 13, é referido o caso de algumas empresas metalúrgicas que conseguiram a semana de 41 horas a partir de Janeiro de 1994: Indep, Vecofabril, Fábrica Portugal, JB Cardoso, Construções Mecânicas, Auto Dinis Freitas, Sensimor, General Motors, Portalex, CIM, Ribeiro e Pereira, Metalzoia, Geadas & Geadas, Alberto

Carvalho Araújo, Metalúrgica de S. João do Ver, Soc. Fainer de Ferragens, Manuel da Silva Soares, Rodes, Fomento Industrial de Ferragens, Macroclima, Cândido R. Gamboa, Violas & Filhos, Handy Portugal, Moviágueda, Funfrap, M. Breu & Filhos, Janeves, Jairol, Artiluz, Unifer, Eurofer, Metalúrgica S. Paulo, Sunviauto, STA-Fáb. Botões Porto.

Em diversas outras empresas que ainda não aceitaram a redução do horário máximo, os trabalhadores fazem greve para além das 41 horas semanais. A nota da CGTP refere que estão neste caso, entre outras: Rost Janus, Secca, Cifial, Jorge Baptista da Silva, Sarotos, Hidrosorefame, Duarte Feteira, SMM, Sorefame, Mague, Sernague, C. Santos, Precape, Prevembal, Pirâmide, Preadil, Previdente, Pretela, Socigal, Metalento, Mevil, Euronadel, Viçoso Moratalla.

TRABALHADORES

«Não é a fase mais adiantada da acção que estamos dispostos a desenvolver»

CGTP marca para 26 de Fevereiro grande manifestação a nível nacional

A Comissão Executiva da CGTP-IN decidiu na segunda-feira convocar para 26 de Fevereiro uma «grande manifestação nacional descentralizada», com iniciativas em vários centros urbanos de todo o País.

Ao anunciar esta decisão em conferência de imprensa, Carvalho da Silva sintetizou a análise da situação social feita na reunião daquele organismo de direcção da central, sublinhando que se registam «sintomas preocupantes» de agravamento dos problemas dos trabalhadores e das empresas. O coordenador da *Inter* referiu, a propósito, a continuação de encerramentos de empresas (total ou parcialmente), a persistência do patronato em exercer pressões muito grandes para que trabalhadores aceitem condições altamente desfavoráveis para rescisão de contratos, e ainda o impacto da nova legislação sobre subsídio de desemprego. A CGTP vai analisar com mais detalhe os atrasos no pagamento de salários a nível nacional, pois em Lisboa - revelou Carvalho da Silva, citando um estudo

dos sindicatos - surgiram, desde Novembro, mais 64 empresas que não pagaram salários a 4200 trabalhadores.

Neste quadro, a central encara a manifestação de 26 de Fevereiro como «a afirmação pública do descontentamento dos trabalhadores e de outras camadas da população que sentem como muito negativa a actual política», disse Carvalho da Silva, para quem «esta não é a fase mais adiantada da acção que a CGTP está disposta a desenvolver» em defesa do emprego, dos salários, da protecção social e dos direitos dos trabalhadores.

55 contos não são demais

Carvalho da Silva criticou duramente as posições defendidas pelo Governo quanto ao salário mínimo nacional. O ministro das Finanças disse sexta-feira que o novo salário mínimo nacional será definido, ainda este mês, em função da política governamental de aumento da competitivida-

dade. Eduardo Catroga referiu, no final da reunião do Conselho Económico e Social (CES), que o Governo defende uma política de rendimentos «adequada ao combate ao desemprego». Além disso, afirmou que «o Governo espera solidariedade por parte daqueles que trabalham», em relação aos que não trabalham» e advertiu que 1994 será um ano difícil e que «é necessário transformar os indícios de recuperação em crescimento sustentado».

As posições das confederações patronais dividiram-se entre o aumento de zero por cento, defendido pela CCP (Confederação do Comércio Português) e a não fixação de salário mínimo, proposta pela CIP (Confederação da Indústria Portuguesa) que prefere deixar a decisão para as negociações salariais sectoriais.

A UGT defende aumentos de cerca de 7,5 por cento, que fixaria o salário mínimo em 51 mil escudos. Quanto à CGTP, propôs um crescimento de cerca de 16 por cento, considerando «inadmissível que o salário

mínimo se situe abaixo dos 55 contos».

A posição da *Inter* foi considerada irrealista nas declarações produzidas no final da reunião, e foi a esses comentários que a central agora respondeu à letra. Carvalho da Silva classificou de «escandalosas» as posições do Governo e desafiou o executivo *laranja* para um debate sobre «se é irrealista ou excessivo o valor de 55 contos que reclamamos» e que, realçou, corresponde apenas ao valor que o salário mínimo nacional deveria ter em 1993 se Cavaco Silva e o PSD cumprissem a sua promessa (feita pela primeira vez em 1985) de aumentar o salário mínimo acima da média dos salários.

«Uma afronta» seria qualquer actualização do salário mínimo nacional que não tivesse em conta o agravamento do custo de vida em 1993, afirmou o dirigente da CGTP, lembrando que a determinação daquele valor não diz respeito apenas aos cerca de 250 mil trabalhadores que recebem o salário mínimo nacional, mas também tem a ver com a formação de outras remunerações (em especial na administração pública), das pensões de reforma, de alguns impostos, das taxas moderadoras e até das propinas que o Governo quer impor.

O comportamento de Eduardo Catroga leva a CGTP a considerar que o novo ministro das Finanças é «um mero e muito mau

continuidor de uma política errada que fracassou e levou à demissão de Braga de Macedo», ao mesmo tempo que demonstra «insensibilidade» para com as questões sociais.

Carvalho da Silva revelou ainda na conferência de imprensa que, na conferência sobre os direitos dos trabalhadores que a central amanhã promove em Lisboa e que será presidida por Mário Soares, haverá comunicações do Chefe de Estado, do Procurador-Geral da República e do Provedor de Justiça, entre outras.

A CGTP, anunciou ainda o seu coordenador, aceitou a data sugerida pela UGT para a reunião que a *Inter* propôs e que, assim, se vai realizar no domingo, dia 23.

Continuar alerta na TAP

Os trabalhadores da TAP ganharam uma importante batalha, mas ainda não ganharam a guerra, disseram os dirigentes sindicais da empresa num plenário que reuniu centenas de trabalhadores - refere a agência Lusa ao relatar a reunião de anteontem. Ontem os dirigentes sindicais deveriam encontrar-se com a administração para mais uma ronda de negociações e no plenário foram feitos apelos para que os trabalhadores se mantenham unidos e mobilizados.

O plenário de terça-feira, que tinha sido convocado na perspectiva de um endurecimento das formas de luta, viu-se confrontado com a aprovação, anunciada na véspera pela administração, de um plano de viabilização da empresa.

José Brás, do Sindicato do Pessoal de Voo, salientou que esse plano representa uma vitória da luta dos trabalhadores, que sempre se opuseram ao encerramento da TAP ou ao seu desmembramento e redução às dimensões de companhia regional. Contudo, disse, a luta vai ter de continuar até os trabalhadores verem restaurados os seus direitos laborais, suspensos pelo regime sucedâneo actualmente em vigor. «Não temos uma oposição de fundo ao plano estratégico de viabilização ontem anunciado», disse José Brás, «mas continuam por solucionar questões importantes, como a abolição do regime sucedâneo e a questão dos aumentos para 1994». Para este dirigente sindical «enquanto esse regime durar não poderá haver paz social na empresa. Não queremos dialogar sob pressão e sob chantagem. Talvez venha a ser necessária uma nova administração que entenda as preocupações dos trabalhadores».

Luís Faustino, dirigente sindical metalúrgico, referiu ainda como uma vitória dos trabalhadores o facto de a comunicação social poder agora entrar livremente na empresa para assistir aos plenários.

Luísa Ramos, do SITAVA, sublinhou a importância de se ver agora o ministro dos Transportes a dizer na televisão que, afinal, a TAP é importante para o País e não vai acabar. «Anteriormente à nossa luta, a posição oficial era de que a TAP ou dava lucro ou tinha de fechar», recordou, sublinhando que em troca dos 180 milhões de contos que o Governo vai entregar à TAP «não é possível exigir mais sacrifícios aos trabalhadores», porque a crise não é da responsabilidade dos trabalhadores mas sim das sucessivas administrações.

Luísa Ramos considerou positivo que a redução dos postos de trabalho seja agora gradual, até 1997, em vez do projecto inicial de dispensar 2500 trabalhadores só em 1994.

«Contudo temos de impedir que os trabalhadores sejam obrigados a rescindir os seus contratos sob coacção e terrorismo psicológico», acentuou.

Outro orador alertou que «ainda é cedo para cantar vitória», pois o plano de viabilização e a injeção de capitais ainda não foram aprovados em Bruxelas pela CEE e a Comunidade tem uma palavra a dizer, ao abrigo das disposições que vinculam os Estados-membros a não darem subsídios às empresas que possam viciar a livre concorrência.

Casa da Moeda

Os trabalhadores da Imprensa Nacional-Casa da Moeda deram um prazo até à próxima terça-feira, dia 25, para que o conselho de administração inicie as negociações directas de revisão do Acordo de Empresa.

A decisão foi tomada num plenário realizado na passada semana, estando já marcada uma outra reunião de trabalhadores para quinta-feira, dia 27, durante a qual será realizada uma concentração frente às instalações da empresa.

Os representantes dos trabalhadores entregaram uma proposta ao Conselho de Administração há três meses, sem que até ao momento tenham obtido qualquer resposta - como se refere na moção aprovada no plenário de dia 13 e que a federação sindical das Indústrias de Celulose, Papel, Gráfica e Imprensa fez chegar à nossa redacção.

Sumolis

Os trabalhadores da Sumolis aderiram maciçamente à greve de 24 horas marcada pelo Sindicato das Indústrias de Bebidas do Sul e Ilhas para o passada sexta-feira. Esta acção de luta foi precedida de vários plenários e da apresentação à administração de um caderno reivindicativo, subscrito pelos trabalhadores.

A greve - a primeira paralisação na empresa - teve como objectivos lutar por «condições salariais dignas» e melhores condições laborais e sociais, contra «o uso e abuso sistémico de processos disciplinares».

A direcção do sindicato anuncia em comunicado que vai continuar a acompanhar o evoluir da situação na empresa, tendo decidido marcar vários plenários de trabalhadores para discutir futuras acções, caso se mantenha a posição da administração.



Hospitais, centros de saúde, estabelecimentos de ensino, repartições públicas e serviços da administração central, regional e local não vão funcionar na próxima terça-feira

Mantêm-se todos os motivos para a greve geral da Função Pública

Na reunião de anteontem com os sindicatos, o Governo propôs um aumento salarial de 2 por cento, logo comido por igual subida dos descontos para a ADSE (de 8 para 10 por cento), sem nada adiantar quanto a outras importantes matérias, como a lei dos *dispositivos* e a ameaça à estabilidade de emprego.

A comissão negociadora sindical da Plataforma Reivindicativa considerou, numa nota de imprensa divulgada anteontem ao fim da tarde, que esta proposta do Governo é «inadmissível», «nada adiantando aos princípios enunciados pelo secretário de Estado do Orçamento em finais de Dezembro» e «continua a significar uma redução do valor nominal dos salários». Para a CNS, «mesmo tendo em conta os valores irrealistas avançados pelo Governo quanto a previsões da inflação (5,5 por cento), esta situação, a manter-se, significaria uma perda no poder de compra dos salários dos trabalhadores da Função Pública, entre 1993 e 1994, na ordem dos 7,5 por cento».

«Se é que havia lugar ainda a expectativas por parte de alguns, estas saíram frustradas,

reforçando-se, portanto, os motivos para a adesão à greve agendada para o próximo dia 25», afirma a comissão negociadora sindical, adiantando que «não restará aos trabalhadores, a manter-se esta postura do Governo, outra alternativa que não seja recorrer a novas formas de luta».

A Frente Sindical da Administração Pública, por seu turno, considerou «insuficiente» o aumento salarial de dois por cento contido na proposta apresentada terça-feira de manhã pelo secretário de Estado do Orçamento. «Com a proposta que nos foi apresentada hoje, mantêm-se uma perda real dos salários», disse à agência Lusa uma fonte da Fesap, no final da reunião com o governante, considerando que «isto é inaceitável, pois os especialistas prevêem uma inflação semelhante à do ano passado».

A comissão negociadora da Plataforma Reivindicativa, a Fesap e o Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado tinham marcada para anteontem à noite uma reunião para decidir uma resposta conjunta ao Governo, para além da greve da próxima terça-feira.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Mina de S. Domingos e Pomarão Urge proceder ao ordenamento do território

O Grupo Parlamentar do PCP apresentou um projecto de resolução na Mesa da Assembleia da República com vista à adopção de medidas para a questão da propriedade do solo e das casas de habitação da Mina de S. Domingos e do Pomarão, de forma a permitir a integração dessa área no ordenamento do território e assegurar os direitos das populações.

conta-se em poucas palavras. Não obstante o encerramento e abandono da Mina de S. Domingos em 1965 pelas empresas "Mason e Barry" e "La Sabina" e embora esta última tenha perdido em 1984 a concessão da exploração mineira, a verdade é que continua a ser proprietária do solo onde se situa a povoação a que deu o nome, bem como de 76 por cento das

blema das habitações e a execução do referido Plano de Urbanização.

No sentido de resolver a situação, que se arrasta há quase 29 anos, o projecto de resolução subscrito pela bancada comunista - coincidindo, de resto, com a solução apontada no Plano Geral de Urbanização elaborado pelo Município de Mértola - preconiza a adopção de medidas por parte do Gover-

processo de alienação do capital público, onde imperou a falta de transparência, que levou ao despedimento de mais de 700 trabalhadores e à venda ao desbarato daquela unidade produtiva, este é de facto um caso eloquente quanto à natureza das opções da política económica do Governo.

Como sublinhou o deputado comunista Paulo Trindade, "o caso Covina é um exemplo flagrante" dessa política, caracterizada pela "destruição do aparelho produtivo, pela extinção de postos de trabalho, e o desbaratamento de dinheiros públicos para servir interesses privados e interesses de grandes multinacionais".

Ao conhecimento dos deputados, na sessão plenária realizada faz hoje oito dias, foram ainda levados os efeitos da chamada "reestruturação" dos serviços dependentes da Secretaria de Estado na Biblioteca Nacional e no Instituto Português do Livro e da Leitura. A questão foi igualmente suscitada por uma petição, onde os signatários (bibliotecários, arquivistas e documentalistas) alertavam para os riscos de uma reestruturação que não salvaguardasse os papéis fundamentais desempenhados por aqueles dois organismos na cultura portuguesa.

Um alerta que a realidade se encarregou de mostrar toda a razão de ser, como salientou o deputado comunista José Calçada, que a propósito realçou que "mais do que uma reestruturação perversa por critérios economicistas", mais do que "uma reestruturação contra a cultura e identidade nacionais", mais do que "uma reestruturação que burocratiza e centraliza", esta reestruturação "coloca à frente da cultura tal como o Governo e a SEC a entendem autênticos homens-de-mão" do Governo, de que "são exemplos as brilhantes lanternações de um teatro acefalizado ou o controlo policial do acesso dos investigadores aos chamados «arquivos da PIDE/DGS»".



A pesca em crise

Impedidos de ir à faina Pescadores do Norte solicitam apoios

Impedidos de exercer a faina devido às condições de temporal que ultimamente se têm feito sentir, sobretudo no Norte do País, os pescadores da pesca artesanal enfrentam grandes dificuldades e em muitos casos a situação é de "miséria se não mesmo de fome".

Quem o diz é a própria Organização de Pescadores da Pesca Artesanal (APROPESCA), sediada na Póvoa do Varzim, em comunicado em que alerta para as "situações de angústia e desespero", vividas designadamente pelos mestres e pescadores da Zona Norte (Afurada, Caxinas, Angeiras, entre outras), consequência da impossibilidade de as embarcações irem para o mar desde o final de 1993.

A falta de rendimentos gerada por esta situação vem assim juntar-se à reconhecida crise que a pesca atravessa, facto que levou aquela associação de pescadores a sugerir a atribuição a todos os proprietários que o requeiram de subsídios a fundo perdido com vista a minorar o quadro actual.

Sensível a este problema, a bancada comunista através do deputado António Murteira subscreveu entretanto um requerimento dirigido ao Governo onde solicita informações sobre os portos de pesca afectados pelo mau tempo e o número de pescadores impedidos de se fazer ao mar, questionando simultaneamente o Executivo sobre as medidas de apoio financeiro que pensa adoptar para compensar estes homens do mar e sobre as medidas de melhoramento em portos capazes de obviar a que situações do género se repitam no futuro.



Consequência da recessão económica gerada pelo encerramento da Mina, a desertificação humana tem atingido duramente o concelho de Mértola (na foto, a localidade do Pomarão)

A iniciativa ocorreu no mesmo dia em que esta matéria era alvo das atenções do plenário, suscitada por uma petição subscrita por um grupo de cidadãos em que se alerta a AR para a situação anómala existente naquela mina, no concelho de Mértola.

O caso, relatado pelo deputado António Murteira,

suas casas de habitação, a que crescem 60 por cento das casas do Pomarão.

A partir do encerramento da mina, inicia-se um processo de recessão económica e social que atinge todo o concelho, operando-se o seu progressivo despovoamento e envelhecimento, numa verdadeira sangria que se traduziu numa perda de população, que passou de 27 mil habitantes em 1960 para 11 mil em 1980.

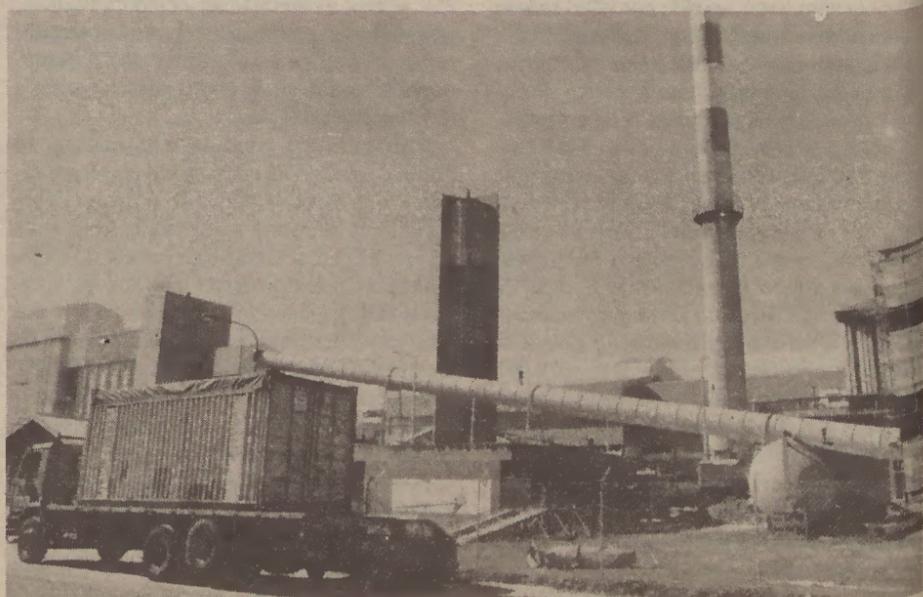
Neste quadro, a Câmara Municipal de Mértola elabora e aprova um Plano Geral de Urbanização para aquela área, Plano este que no entanto esbarra no facto de uma parte significativa do território e de parte da localidade ser propriedade da "La Sabina", o que impede, como sublinhou António Murteira, a integração desse território no ordenamento nacional, a solução do pro-

no no sentido da compra ou expropriação da área em causa, de modo a garantir o ordenamento do território e a salvaguarda dos interesses das populações.

O caso Covina

Outro assunto não menos importante, igualmente objecto de uma petição, ocupou também parte da sessão plenária. Trata-se da situação na Covina - única fabricante portuguesa do vidro plano -, empresa que tem a sua actividade de produção quase paralisada, estando o seu encerramento definitivo anunciado para 31 de Março próximo e as instalações a servirem previsivelmente para armazém dos excedentes de vidro produzido em Espanha pela multinacional Saint Goubain.

Depois de um escandaloso



Covina: a única produtora nacional de vidro plano vai encerrar a produção

Problemas dos emigrantes esquecidos pelo Governo

O alheamento do Governo pelos problemas dos nossos compatriotas a trabalhar no estrangeiro, designadamente na Europa, foi duramente criticado pelo deputado comunista Miguel Urbano Rodrigues. Foi no passado dia 12, no período antes da ordem do dia, com o parlamentar do PCP a proferir uma intervenção onde qualificou de "calamitosa" a política de Cavaco Silva em matéria de emigração.

O epíteto não é para menos se atendermos à gravidade das situações descritas pelos oradores nos vários exemplos que citou da tribuna. Desde logo a questão do ensino do português além-fronteiras, que reputou como prioritária, e em relação à qual a postura do Executivo não ultrapassa "um tratamento ora displicente ora arrogante", mas sempre "negativo", como frisou Miguel Urbano Rodrigues.

Ainda neste domínio, revelador da inépcia governamental, merece realce a não publicação da lista de colocação dos professores, por razões que se desconhecem em absoluto, bem como a diminuição do número de cursos e de professores na Suíça e na Alemanha, enquanto, contraditoriamente, aumenta o número de alunos da nossa língua nesses dois países.

Lembrado pelo deputado comunista, no que é sem dúvida um testemunho elucidativo da incapacidade governamental para defen-

der a cultura portuguesa no estrangeiro, foi ainda a forma como se tem implementado a rede de centros e institutos para defesa e difusão da nossa língua e cultura, ao abrigo de um programa do Instituto Camões, de magros resultados, já que, por exemplo, os tão falados Centros de Luanda, de Roma ou de Paris nem sequer foram instalados, ou seja, não existem.

O subsídio de desemprego reclamado pelos portugueses que trabalham uma parte do ano na Suíça - questão para a qual o PCP chamara a atenção na Assembleia da República e que afecta os trabalhadores chamados sazonais - foi também alvo de um comentário por parte de Miguel Urbano Rodrigues, que a este respeito lembrou que só no ano passado foram mais 40 mil que regressaram a Portugal sem que tenham recebido o respectivo subsídio, não obstante terem feito os respectivos descontos, de acordo com a lei suíça.

"Os portugueses que trabalham em diferentes países da Europa de Maastricht estão cansados de ouvir os governantes afirmarem que eles são hoje cidadãos comunitários. Cansados e revoltados, porque sabem que na vida real, no quotidiano, continuam a ser imigrantes cujos interesses não são adequadamente defendidos pelo Governo Cavaco", concluiu o deputado do PCP.

Ministro da Saúde reafirma opções do Governo Quem quer saúde, paga-a!

As grandes opções do Governo em matéria de Saúde voltaram a ser reafirmadas com singular clareza pelo novo titular da pasta, Paulo Mendo. Foi numa sessão de perguntas ao Governo, faz amanhã oito dias, com o ministro a dar público conhecimento da sua vontade de prosseguir a política do seu antecessor, assim confirmando anteriores declarações de Cavaco Silva que davam como certo que mudam os ministros mas a política é a mesma.

Respondendo ao deputado comunista Luís Peixoto, que o interrogara sobre o aumento da comparticipação dos utentes no financiamento do Serviço Nacional de Saúde, Paulo Mendo não hesitou em admitir que esse é o caminho a seguir, argumentando com o exemplo de outros países onde a questão se tem colocado nesses precisos termos.

Era o reafirmar da velha fórmula neoliberal, celebrizada na frase de que "quem quer saúde, paga-a", mas agora numa versão mais populista, já que surge «embrulhada» na ideia de que quem vai pagar são os ricos e os remediados.

Na véspera, em intervenção produzida no período antes da ordem do dia, Luís Peixoto denunciara já os resultados desta política apostada no "desmantelamento do SNS", sumariando as suas causas nos "critérios economicistas", nas "graves restrições financeiras", nos "processos de «comando» administrativo desadequados", na "inadequação de equipamentos", no "desprezo pelas práticas de defesa e promoção da saúde" e na "criação sistemática de desigualdades no acesso aos cuidados de saúde da população em geral".

Opções que, apesar de comprovadamente erradas, continuam teimosamente a orientar as decisões do Executivo. Luís Peixoto demonstrou-o, de forma inequívoca, com alguns exemplos:

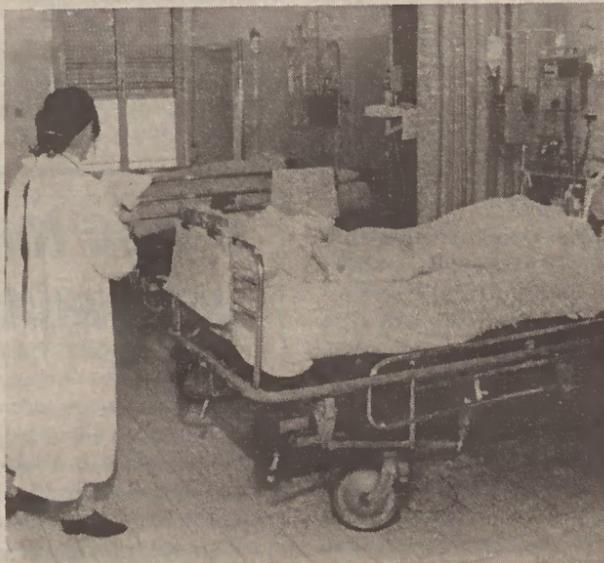
- Desresponsabilização do Estado pela garantia do direito à saúde da população com a fixação em quatro por cento do PIB para o orçamento da Saúde;

- Imposição à grande maioria da população do pagamento dos cuidados de saúde em nome de uma pretensa "justiça social";

- Precipitação da entrega a grupos financeiros privados das mais importantes e lucrativas parcelas do sector público;

- Manutenção da prática de imposição do Estatuto do SNS do Governo, apesar da generalizada discordância e oposição;

- Manutenção da actual lei de Gestão dos Serviços de Saúde.



No domínio da Saúde, temos um ministro «novo» com uma política «velha»

Aludindo à concessão feita pelo PS de um "estado de graça" ao novo ministro, o deputado comunista recusou qualquer postura idêntica por parte do PCP, reafirmando a sua oposição frontal a uma política que acusou de "pretender dividir os portugueses em cidadãos de primeira e de segunda", distinguindo os que "têm capacidade económica para usufruírem de cuidados de saúde de qualidade", dos restantes, "condenados apenas ao acesso a um sistema residual sem qualidade".

Recordadas por Luís Peixoto foram ainda as propostas do PCP para uma política alternativa, objectivo que do seu ponto de vista passa por um aumento dos recursos e melhor utilização dos meios públicos disponibilizados para a Saúde, pela desgovernamentalização, descentralização e autonomia do SNS, pela utilização intensiva da capacidade produtiva instalada, por uma gestão democrática e participada e pelo controlo da qualidade e humanização dos serviços de saúde.

Estatuto Disciplinar da PJ A tentação de governamentalizar

Mais um preocupante sinal no sentido de levar por diante a governamentalização da Polícia Judiciária poderá ter sido dado com a aprovação da proposta de lei que estabelece o Regulamento Disciplinar daquele corporação. A advertência foi deixada pela deputada comunista Odete Santos, na passada semana, no debate suscitado em torno daquele diploma, aprovado com os votos do PSD e CDS, a abstenção do PS e PSN e os votos contra do PCP e do deputado independente Corregedor da Fonseca.

Questionáveis, do ponto de vista da bancada comunista, são as verdadeiras razões que terão levado o Executivo a propor um regime especial para a Polícia Judiciária, quando é sabido que o Estatuto disciplinar a que tem estado sujeita (o dos funcionários e agentes da Administração Central, Regional e Local) tem desde há muitos anos dado sobejas provas de servir perfeitamente, "mesmo para as exigências próprias do estatuto funcional do pessoal da PJ".

Em face disto, a grande questão que se coloca é a de saber se este novo diploma pretende "introduzir aperfeiçoamentos num regime que não tem levantado quaisquer problemas" ou se, pelo contrário, as "virtualidades" que o Governo reivindica com esta sua iniciativa não significam antes uma "maior governamentalização" da Polícia Judiciária.

A pergunta é inteiramente pertinente se atendermos à experiência recente e às orientações prosseguidas pelo Governo neste capítulo. É que não estão esquecidas as

alterações introduzidas em 1992 ao Estatuto do Ministério Público, as quais evidenciaram aquele objectivo de governamentalização, como observou Odete Santos, "através da invasão pelo Governo da área de dependência funcional da Polícia Judiciária relativamente ao Ministério Público".

"À luz deste passado muito recente", é de admitir, pois, que este novo figurino - as palavras são da deputada do PCP -, "ainda que não totalmente desenhado de acordo com os objectivos de um Governo onde impera a sombra tutelar da Administração Interna" possa ser a antecâmara para "posteriores entorses", tudo "sob o nome de uma melhor imagem de operacionalidade e eficácia da Polícia Judiciária".

À parlamentar comunista não passaram igualmente despercebidos neste regime disciplinar os "sinais de «militarização»" nele contidos, citando a propósito o exemplo da aplicação de uma pena de aposentação compulsiva e demissão ou de inactividade nos casos de violação do dever de obediência (quando o Estatuto actual prevê a aplicação de uma pena suspensa), ou a supressão dos mecanismos de reclamação actualmente existentes para evitar o cumprimento de ordens ilegais.

Criticada por Odete Santos, por outro lado, no plano formal, foi a forma como decorreu a consulta pública às organizações de trabalhadores, que representou em sua opinião o "quase completo desvirtuamento de um direito fundamental dos trabalhadores".

Mexidas nos Centros de Segurança Social Piores serviços e mais instabilidade

A Assembleia da República aprecia amanhã, para ratificação, o Decreto-Lei que "reorganiza os centros regionais de Segurança Social", definindo-lhes uma nova estrutura orgânica. A iniciativa partiu do Grupo Parlamentar do PCP e na sua base está a consideração de que o diploma (D.L. nº 260/93) altera profundamente em moldes negativos o modelo de organização administrativa da segurança social.

Para a formação comunista, de acordo com os termos expressos no pedido de ratificação, em causa está designadamente a diminuição de 18 para 15 dos centros regionais de segurança social, os quais deixam de ter âmbito distrital para passarem para âmbito regional, circunstância que "fere a Lei de Bases de Segurança Social" que estabelece o primeiro daqueles âmbitos para os CRSS.

Notado pelos deputados comunistas é ainda o facto de esta mudança afastar as instituições de segurança social de uma relação mais próxima com as populações, operando simultaneamente um estrangulamento dos serviços.

Motivo de críticas é igual-

mente o facto de se estar perante uma governamentalização dos conselhos regionais dos CRSS, não deixando o Grupo Comunista de alertar também para a situação de instabilidade e de desemprego para que são lançados centenas de trabalhadores.

Delimitação de sectores

Um outro diploma, a submeter à ratificação, vai ainda preencher a agenda da sessão plenária de amanhã, igualmente por iniciativa do Grupo Parlamentar do PCP. Trata-se do Decreto-Lei que

altera a Lei de delimitação de sectores e que é responsável pelo conceito de sistema multimunicipal, um conceito, na opinião dos deputados comunistas, "insuficientemente clarificado e de contestável necessidade e validade".

Os signatários do pedido de ratificação vão mesmo mais longe e afirmam que o objectivo de criação de tal conceito - e esta foi uma razão decisiva para esta sua iniciativa - é, "objectivamente, o de retirar competências até agora atribuídas às autarquias locais".



Populações mais longe das Instituições de Segurança Social

Contenção salarial

O ministro das Finanças garantiu, no final de uma reunião com a Comissão Parlamentar de Economia, que o ano de 1994 será de "grande contenção salarial", admitindo ao mesmo tempo que em relação aos trabalhadores da Função Pública os aumentos para este ano "não serão de zero por cento".

Pronunciando-se sobre a greve da Administração Pública, convocada para o final do mês pelos sindicatos do sector, Eduardo Catroga afirmou não estar especialmente preocupado com o facto, embora tenha manifestado interesse na manutenção do diálogo com as organizações sindicais.

Verbas do Fundo Social

A Comissão eventual de Inquérito às Verbas do Fundo Social Europeu (FSE) utilizadas pela UGT vai continuar por mais 30 dias, mas não vai ouvir Melro

Felix, considerado um elemento importante no caso.

Tal fica-se a dever ao facto de o PSD ter recusado uma proposta do PCP para suspender os trabalhos até que se conseguisse convocar Melro Felix, cujo depoimento foi encarado como "importante" pela deputada comunista Odete Santos.

Para a parlamentar do PCP, a suspensão justificava-se para permitir a convocação de Melro Felix - considerado pelas autoridades judiciais como o grande responsável neste caso - que, pela segunda vez consecutiva, não compareceu na comissão, assim expirando o prazo legal para que fosse ouvido.

Odete Santos justificou ainda a sua proposta citando o caso da comissão eventual ao acidente de Camarate, que auto-suspendeu os trabalhos na sequência da recusa de um juiz de fornecer elementos sobre o acidente que, em 1980, vitimou o então primeiro-ministro Sá Carneiro.

Questionado pelos jornalistas à saída da reunião, Arménio Santos escusou-se a comentar o "chumbo" do PSD à proposta dos deputados comunistas no sentido da suspensão dos trabalhos da comissão eventual.

Portalegre Saudar as vitórias e retomar a confiança

A Direcção da Organização Regional de Portalegre do PCP, que reuniu no passado sábado, procedeu à análise e avaliação dos resultados eleitorais no distrito, tendo saudado os candidatos, simpatizantes e activistas da CDU «que de uma forma empenhada apoiaram e deram o seu contributo para atingir os objectivos eleitorais definidos», e transmitiu «uma saudação muito especial aos eleitores da CDU que souberam renovar a confiança e projectar a CDU como força necessária para garantir a democracia e a qualidade de vida das populações».

A DORPOR salientou ainda a «afirmação eleitoral inequívoca da vontade do povo do concelho do Crato ao confiar a gestão e a resolução dos problemas da população nos eleitos da CDU», saudou o «povo de Avis pelo contributo e apoio pelo reforço do governo da CDU na Câmara Municipal contra o oportunismo das candidaturas das forças da oposição» e regozijou-se com «a decisão dos eleitores da CDU no concelho de Nisa que garantiram a continuidade da realização de projectos em curso, contribuindo deste modo para a afirmação da gestão autárquica da CDU».

Registando que «alguns insucessos verificados no distrito em relação com os exce-

lentes resultados eleitorais da CDU obtidos no Alentejo e no país obrigam a uma reflexão mais aprofundada das suas causas reais e conjunturais, com o objectivo de retomar a confiança dos eleitores, com a correcção dos erros cometidos», a DORPOR analisou depois a questão da política de alianças e convergências verificadas após as eleições, afirmando:

«O Partido Socialista, a nível nacional e regional, tem realizado uma política, de facto, de entendimento, convergência e identidade com a posições e atitudes do PSD com o objectivo de combater e excluir o PCP na busca de soluções democráticas para os problemas do país e da região.

«Esta atitude oportunista, leviana, hegemónica e antidemocrática do PS foi responsável — a nível nacional — pela não eleição de mais um representante do PCP no Comité das Regiões da Europa, órgão importante de ligação com a União Europeia, privando, deste modo, uma maior e melhor representatividade do Alentejo no referido Comité; — ao nível local — pela não assunção dos compromissos de honra assumidos com o PCP e outras forças políticas que garantia a rotatividade na presidência dos órgãos da Associação dos Municípios do Alto Alentejo».

CAMARADAS FALECIDOS

ARTUR SANTOS

Com 80 anos de idade, faleceu recentemente o camarada Artur Gomes dos Santos. Natural de Lisboa, residia no Vale da Amoreira, concelho da Moita, onde era muito considerado pelos camaradas. Artur Gomes dos Santos estava ligado ao Partido desde 1934, tendo sido preso pela Pide em consequência da sua militância antifascista.

AIDA DINIS

Aida Fernanda Guerra Dinis faleceu com 68 anos de idade. A camarada, que era responsável pela distribuição do «Avante!» na Freguesia da Pena, Lisboa, onde estava organizada, era muito estimada pelos militantes.

ARMANDO DOS SANTOS

Militante desde 1974, muito estimado também na organização do Partido onde militava (Freguesia de S. José, Lisboa), faleceu com 70 anos, no passado dia 7 do corrente, o camarada Armando dos Santos.

ANTÓNIO RICO

Natural da Freguesia de Monte do Trigo, concelho de Portel, faleceu, com 56 anos de idade, vítima de prolongada doença, no passado dia 9 de Janeiro, o camarada António Almeida Rico. Durante anos desempenhou as funções de presidente da Junta de Freguesia. Muito estimado, activo militante do PCP, o camarada teve no seu funeral acompanhamento de largas dezenas de pessoas.

JORGE PIRES

A Comissão Concelhia de Faro do PCP enviou-nos recentemente notícia do falecimento, no passado mês de Novembro, do camarada Jorge Pires, vítima de grave doença. O camarada era reformado dos CTT e militava na organização concelhia de Faro do PCP.

JOSÉ TASSO

Vítima de acidente em Dezembro passado, faleceu com 51 anos de idade, o camarada José da Costa Tasso. Gráfico de profissão, o camarada estava organizado no Núcleo do Bairro da Liberdade, em Campolide, Lisboa.

JOSÉ ROCHARTT

Faleceu, no passado dia 9 de Janeiro, o camarada José Domingos Rochartt. Militante do Partido desde 1974, o camarada tinha 75 anos de idade e estava organizado na Freguesia de Garvão.

Valongo já prepara a Festa de 1994!

No Centro de Trabalho de Campo realizou-se, no passado dia 8 do corrente, um convívio durante o qual foram prestadas contas da participação do concelho de Valongo na Festa do «Avante!» de 1993. Em carta que nos foi enviada pelo camarada Adelino Soares, em nome do Grupo de Trabalho da Festa do Concelho de Valongo, refere-se a «satisfação geral» registada neste convívio, satisfação que se deve «à participação numa Festa que queremos que continue a engrandecer-se numa maior participação de pessoas, numa maior qualidade a vários níveis e embelezamento de um espaço que é nosso, preparado para todos».

«Satisfação» ainda, diz o camarada, «pela manutenção de um grupo de trabalho que mantém a preparação da Festa», colaborando os seus elementos entre si. «De quinta a segunda-feira trabalham na montagem do stand, no seu funcionamento

durante os dias da Festa e na sua desmontagem, salientando-se também a participação de outros camaradas que não vão à Festa mas que trabalham antes na sua preparação, assim como os que dão apoio quando chegam à Atalaia, idos de excursão ou por outros meios».

Na sua encorajadora carta, o camarada Adelino Soares salienta ainda que a participação do grupo tem «permittido a obtenção de fundos para as necessidades de manutenção da Festa e para a nossa organização».

Mais adiante, dando notícias do que já está em preparação em Valongo, pelo grupo que integra hoje os trinta camaradas que participaram no convívio — desde o tradicional bar ao projecto de realização de um torneio de Damas e de outro de Malha e Malhão para divulgar as iniciativas da Festa, até à preparação de excursões e a uma melhor promoção de venda das EPs — o nosso camarada resume:

«Quanto à Festa do "Avante!"/'94, já vamos a caminho!»

O mau tempo em Aveiro

«Durante os últimos dias, principalmente a partir do dia 6 de Janeiro, as populações de amplas áreas do distrito foram atingidas pelas consequências do mau tempo», diz uma nota emitida no passado fim-de-semana pela Direcção da Organização Regional de Aveiro do PCP, que continua:

«Repetiram-se as cheias no Baixo Vouga, agora bem mais graves do que em Setembro/Octubre do ano passado, com a lamentável perda de uma vida humana, e com grandes prejuízos materiais em gado e outros bens. As águas de vários rios e ribeiros da Bacia do Vouga ultrapassaram os níveis "normais" de cheia não se limitando a inundar campos de cultivo, cortaram estradas e caminhos, invadiram habitações e outras instalações (Águeda, Fermentelos, Estarreja).

«Particularmente grave foi a situação do Bairro da Marinha em Silvalde a inundar muitas barracas e habitações degradadas, tornando ainda mais difíceis as já de si precárias condições de habitação de dezenas de pessoas.

«Outras zonas do litoral viveram problemas. Com o temporal e as marés-vivas o mar chegou às casas na Costa Nova e foi ameaçador em Paramos, Esmoriz, Furadouro e outros locais.

«Perante esta realidade, em primeiro lugar, são necessárias medidas urgentes para apoiar quantos precisem (pessoas, empresas e autarquias) e compensar todos quantos foram prejudicados por estas calamidades.

«O mau tempo não se limitou ao Distrito de Aveiro. Mas as suas consequências foram aqui mais dramáticas do que em qualquer outra região do País.

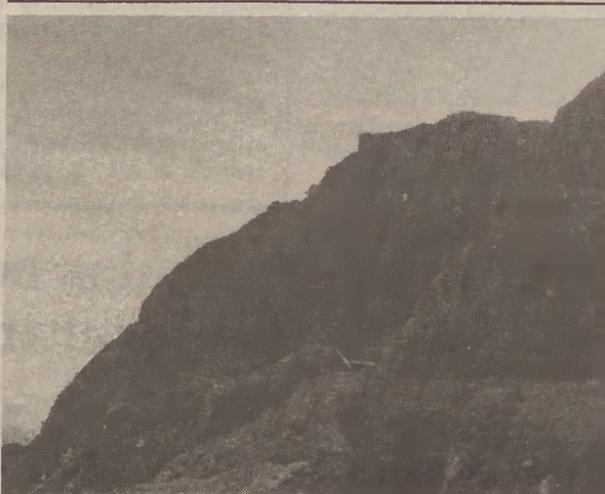
«A Comissão Executiva da DORAV do PCP considera que tal facto deve ser motivo de reflexão e é explicado pelo relativo abandono a que o poder central tem votado a nossa região.

«Enquanto o curso do Mondego ou de outros rios do norte e centro do País se encontram já regularizados, em resultado de vultuosos investimentos, os projectos para a Bacia do Vouga ou não existem, ou estão parados ou avançam a passo de caracol. Não são feitos os esforços necessários para limpeza e desassoreamento dos leitos dos rios e dos canais. As verbas para a defesa da costa são irrisórias face às necessidades.

«Qualquer medida que vise minorar as consequências das calamidades sem procurar denunciar as condições que as potenciam é manifestamente insuficiente. Ao mesmo tempo que se defende a necessidade de compensar agricultores e outros prejudicados, é fundamental que se exija a tomada de medidas de fundo que ponham cobro a situações como as agora ocorridas.

«É urgente uma nova atitude na defesa dos interesses da região, uma atitude de clara reivindicação junto do Governo de tudo aquilo a que a população do Distrito tem direito, atitude que deve ser alicerçada em relações de entendimento e cooperação entre os diversos órgãos de Poder Local do Distrito».

A DORAV sublinha, por último, que procurará, com as forças de que dispõe, «influenciar no sentido dessa nova atitude, não deixando de afirmar, de forma autónoma, as suas concepções e propostas para a defesa dos interesses de quantos vivem e trabalham na Região».



No Marão sobram promessas

«Há cinco anos com pompa e circunstância o Primeiro-Ministro inaugurava o troço do Marão da IP4, com a promessa de um futuro risonho para a região, de que a curto prazo toda a IP4 estaria concluída e que o tão necessário desenvolvimento regional tinha então as portas abertas», recorda uma nota do Secretariado da DORVIR do PCP, divulgada na passada segunda-feira, e que afirma:

«Sobraram as promessas e faltaram as obras.

«Na ocasião, a Direcção regional do PCP alertava para a lentidão das obras, bem expressa na quantidade de inaugurações que esse troço tinha tido.

«Passados cinco anos, a região não progrediu, mas regrediu. O IP4 não está ainda concluído e prossegue a operação de inaugurações segmento a segmento.

«A DORVIR do PCP vem alertar para a situação em que se encontra o troço do Marão, são numerosos os erros de concepção e execução — vertentes viradas a

Norte com maiores riscos de gelo, falta de passagens subterrâneas para a fauna selvagem, falta de estudos de impacto ambiental, falta de ligação a eixos secundários, barreiras que ladeiam a estrada em permanente desagregação lançando pedras e terra para a via, entre outros.

«Numa estrada em que são frequentes os nevoeiros, a neve e o gelo não existe nenhum posto de socorros para os automobilistas e em diversos troços a estrada não está devidamente marcada no seu piso, tornando mais perigosa a condução, com permanentes riscos de acidentes sem condições para que prontamente possa ser solicitada a assistência necessária.

«Nestas circunstâncias e assinalando este quinquénio de apatia, o Secret. da DORVIR do PCP vem publicamente alertar as entidades responsáveis para a necessidade urgente de marcação eficiente do piso e colocação de postos de socorro, como medidas imediatas e facilmente executáveis.»

Reunião de militantes no Porto

Alternativa não é possível sem o PCP

A Organização Regional do Porto realizou no passado sábado, dia 15 de Janeiro, uma reunião ampla de militantes no Centro de Trabalho da Boavista, para debate da situação política e das tarefas dela decorrentes e que se colocam ao Partido, nomeadamente aos comunistas da ORP, neste ano de 1994. Esta reunião teve a participação de cerca de 200 militantes e nela esteve presente o camarada Emídio Ribeiro, da Comissão Política.

Naturalmente, as recentes eleições autárquicas foram tema que permitiu a alguns camaradas contar experiências, tirar ilações e avançar com propostas concretas de trabalho. A situação social, nomeadamente os problemas dos trabalhadores, esteve sempre presente.

De um modo geral, a questão central, face às experiências, «é saber», como disse o camarada Vítor Ranita, «como vamos desempenhar no Porto o papel que nos cabe no desenvolvimento da luta política, como vamos influenciar a alternativa política», e o camarada apontou alguns objectivos

de trabalho: «capacidade de iniciativa, dar a conhecer as nossas próprias posições, aumentar a ligação aos militantes, encontrar os meios necessários para isso e responsabilização individual». A questão da melhoria da organização, como questão importante para reforço do trabalho do Partido, foi a tónica da intervenção de outros camaradas.

Mas, porque as eleições para o Parlamento Europeu estão para breve, a camarada Ilda Figueiredo, colocou a necessidade de algumas iniciativas políticas já para os próximos meses e avançou com propostas concretas de trabalho.

A situação e a alternativa

Da intervenção do camarada Emídio Ribeiro destacamos alguns passos:

«Duas questões se colocam à generalidade das pessoas que encaram com preocupação este ano que se inicia», começou por referir Emídio Ribeiro. «Em primeiro lugar, a consciência

da gravidade da situação económica e social no País e a ideia generalizada de que mais duras consequências advirão para os trabalhadores e para o povo, em geral, da política conduzida pelo Governo. Ao mesmo tempo, manifesta-se, nos mais variados sectores, após as eleições autárquicas, a consciência de que é urgente uma alternativa ao Governo PSD e que essa alternativa não é possível sem englobar o PCP». No plano social, «tenha a recessão económica batido ou não no fundo, o que se perspectiva para 1994 é mais desemprego, encerramento de mais empresas, maior redução dos salários, liquidação da contratação colectiva e de outros direitos dos trabalhadores — e é isto o que está na mira do patronato, com o apoio do Governo». Referiu casos, como o da Administração Pública, para a qual o Governo quer impor aumentos de 1%, quando a inflação está prevista para 7%, o caso dos salários em atraso e do trabalho infantil, que o Governo já não consegue iludir, a desres-

pensabilização e desmantelamento do sistema de saúde e do sistema de segurança social, o aumento da idade da reforma para as mulheres, o novo cálculo das pensões, um salário mínimo, de facto abaixo do mínimo para subsistir...

«O problema mais grave», acrescentou, «será o agravamento do desemprego, consequência da crescente subserviência ao estrangeiro (de que o caso Banesto/Totta é um exemplo), com a substituição da produção nacional pela estrangeira e o encerramento de unidades produtivas, por critérios de construção da União Europeia, por aplicação do Tratado de Maastricht, de uma forma que atinge Portugal de maneira mais negativa que os outros países da CEE». Qual o caminho, qual a solução, como travar esta política? «A luta é a primeira arma» e acrescentou que «a convergência das forças democráticas, nomeadamente do PS com o PCP, é que pode criar as condições políticas para a substituição deste Gover-

no, e não há outra possibilidade».

Os resultados das últimas eleições autárquicas vieram confirmar isso mesmo. Realçou os muito bons resultados globais da CDU, «que de-

monstraram, mais uma vez, que só tem credibilidade uma alternativa que passe pelo entendimento e convergência PS-PCP. E é esta uma das questões centrais do momento político actual.»

Reuniões concelhias

Évora

A Comissão Concelhia de Évora do PCP reuniu a 10/1 para analisar as tomadas de posse dos órgãos autárquicos e as tarefas que se colocam para reforçar o Partido.

Da análise feita quanto à tomada de posse dos órgãos salienta-se a participação das entidades e da população na instalação dos órgãos Câmara e Assembleia Municipais, acto que tinha repleto o Salão Nobre da Câmara Municipal, na instalação dos restantes (Assembleias de Freguesia) salienta-se a normalidade dos referidos actos. Quanto à constituição dos órgãos (Juntas de Freguesia), a Comissão Concelhia de Évora não pode deixar de criticar que, nas Freguesias de S. Antão e S. Bento do Mato, o PSD e o PS tenham optado por um entendimento para isolar a CDU nas respectivas juntas, uma vez que foi esta força a mais votada.

Instalados os órgãos, está dado cumprimento à vontade do povo do Concelho de Évora que expressou o seu apoio à CDU para que esta força leve por diante e reforce a obra em curso.

Neste contexto, a Comissão Concelhia de Évora do PCP decidiu propor à Coordenadora da CDU e esta aprovou a realização de um convívio de eleitos e activistas da CDU no dia 4 de Fevereiro no Monte Alentejano de Évora.

Setúbal

Reunida a 16 de Janeiro, a Comissão Concelhia de Setúbal do PCP apreciou positivamente a iniciativa pública levada a cabo pela Junta de Freguesia do Sado, de maioria CDU, com o objectivo de discutir o Plano Director Municipal.

Reunindo população e técnicos da Câmara Municipal, a discussão centrou-se obviamente à volta das questões mais prementes que preocupam os residentes daquela zona, com destaque para os chamados clandestinos das zonas abrangidas pelo RENES (Reserva Natural do Estuário do Sado), designadamente a Chamburquina e Morgada.

A prática dos eleitos da CDU na freguesia do Sado confirmou o estilo de trabalho aberto que o PCP preconiza para os seus eleitos, apelando a uma ampla participação dos moradores.

Perspectivando para 29 de Janeiro um plenário de militantes, a Comissão Concelhia estabeleceu um conjunto de objectivos político-organizativos, entre os quais a melhoria da articulação do papel e acção dos eleitos do PCP e da CDU com a organização do Partido e a definição a longo prazo das linhas de força que credibilizem a CDU como força política alternativa no Concelho de Setúbal.

Fazendo o recenseamento das últimas acções dos organismos do Partido a nível local, a Comissão Concelhia destacou o comunicado de solidariedade com os trabalhadores da Rodoviária, ameaçados de despedimentos em massa, emitido pela Comissão de Freguesia de S. Simão (Azeitão), do PCP.

Cabeceiras de Basto

No sábado, 15/1, a Comissão Concelhia de Cabeceiras de Basto do PCP reuniu juntamente com outros democratas, candidatos e activistas da CDU nas passadas eleições de 12 de Dezembro.

Da análise dos resultados eleitorais da CDU no Concelho, registou-se uma compreensão unânime de que eles foram prejudicados pela deslocação de parte dos seus votantes para o PS, não como protesto contra a CDU ou o PCP, mas pelo seu entendimento de que era preciso retirar a Câmara Municipal ao PSD e uma mudança de gestão, o que os levou a encaminhar o seu voto para a candidatura do Partido Socialista.

Quer esta deslocação de votos, quer os resultados globais no Concelho, evidenciaram um grande cansaço e uma reprovação muito generalizada pela gestão anterior, da responsabilidade do PSD, mergulhada na inércia, roída de dívidas e completamente incapaz de responder aos problemas do Concelho. Esse cansaço, a má gestão, o vazio e o mal-estar que a rodeavam jogaram a favor da candidatura do Partido Socialista que juntou todo o seu eleitorado mais fiel e capitalizou o «voto útil» de sectores da direita e da esquerda, que, não se revendo politicamente naquele partido, nele depositaram as suas expectativas numa gestão diferente e melhor.

Açores

Avanço das posições CDU

«O Secretariado da DORAA espera que todos os órgãos autárquicos agora empossados exerçam as funções com integral respeito pelos quadros legislativos existentes e que defendam a autonomia do Poder Local face a outros níveis de poder», disse em conferência de imprensa realizada na passada quinta-feira o Coordenador da Direcção da Organização Autónoma dos Açores do PCP, camarada José Decq Mota, após a reunião, no Centro de Trabalho de Angra, do Secretariado daquela Direcção.

O Secretariado da DORAA havia procedido à análise da situação económica, social e política da Região no início de 1994 e preparado o Plano de Actividades da organização dos Açores do PCP, que posteriormente submeterá à aprovação do Plenário da DORAA. Salientando que o início do ano «ficou marcado pela tomada de posse dos novos órgãos autárquicos», Decq Mota afirmou ainda:

«Em qualquer caso em que se venha a verificar comportamentos ilegais ou de desrespeito pela autonomia do Poder Local, o PCP/Açores, cumprindo a sua obrigação democrática, intervirá, por todos os meios ao seu alcance, tendo em vista a garantia da legalidade e da democracia.»

O Secretariado da DORAA saúda todos os eleitos propostos pela CDU e reafirma a sua profunda confiança que todos eles darão, desinteressadamente, o melhor do seu esforço e capacidade para a resolução dos problemas locais.»

Pela voz do seu Coordenador e membro do Conselho Nacional do CC do PCP, o Secretariado da DORAA sublinhou também «o facto de a CDU ter eleito uma vereadora para a Câmara de Santa Cruz das Flores», o que significa «um primeiro e seguro passo na afirmação prática da CDU como força indispensável» na Região. «A presença da CDU em maior número de Assembleias Municipais e Juntas de Freguesia

constitui também um avanço valioso que será certamente alargado no futuro».

Os aumentos de preços

«O início do ano corrente foi também marcado na Região pela decisão do Governo Regional de aumentar preços de bens e serviços essenciais, regendo-se por critérios completamente alheios aos interesses dos trabalhadores e da generalidade dos cidadãos», afirma o documento divulgado na conferência de imprensa pelo Secretariado da DORAA, que acusa o Governo Regional de «ter decidido os aumentos em função de problemas financeiros que ele próprio criou, em função de uma opção proteccionista em relação a certos empresários e ainda como consequência da má negociação que, em muitos casos, conduziu com a CEE».

Mais adiante, referindo-se à análise atenta que fez quanto à evolução das relações de trabalho verificadas no ano transacto, o Secretariado da DORAA concluiu que «muito foi feito para agravar a situação dos trabalhadores no que respeita a salários, precarização das relações de trabalho, incremento de contratos a prazo, perda de regalias, redução de postos de trabalho, incremento de trabalho clandestino, etc.»

«As intenções já manifestadas pelo Governo e pelo patronato quanto ao ano que se inicia são efectivamente tão preocupantes quanto demonstrativas da real intenção de, à sombra da crise, se proceder a um inaceitável e antidemocrático aumento da exploração da força do trabalho.»

«O Secretariado da DORAA apela aos trabalhadores açorianos, para que, por todos os meios legais e legítimos ao seu alcance, desenvolvam uma firme luta que vise a defesa do seu poder de compra e dignificação das suas condições de trabalho.»

CNA faz balanço

93 foi ano negro para os agricultores

Reunida no passado fim-de-semana, a direcção da CNA fez o balanço do ano agrícola de 93, concluindo que se verificaram diminuições drásticas em algumas produções, caso dos vinhos, milhos e algumas hortofrutícolas. Segundo a Confederação, no passado ano o nosso país viu o seu défice agro-alimentar agravado para perto de 70 por cento enquanto o rendimento real dos agricultores sofreu uma nova queda que ronda os dez por cento

Esta situação preocupante resulta, segundo a Confederação Nacional da Agricultura, da «antecipação do Mercado Único para 1 de Abril, dos primeiros impactos da Reforma da PAC e dos pré-acordos do GATT, combinados com os efeitos negativos para a economia nacional da convergência nominal imposta pelo Tratado de Maastricht».

A CNA refere ainda «o aumento acelerado das importações desnecessárias de todos os produtos, as quotas e a diminuição das produções nacionais e das exportações agro-florestais, a baixa de preços e as dificuldades de escoamento dos nossos produtos».

O comunicado divulgado afirma que «os custos dos principais factores de produção e das taxas de juro do crédito agrícola mantiveram-se os mais altos da CEE o que também contribuiu para que a lavoura nacional, em 1993, tenha pago 75 milhões de contos de juros bancários para uma dívida global superior a 350 milhões de contos». Tudo somado ultrapassa largamente os montantes totais das ajudas e subsídios de que beneficiou.

Esta organização critica por outro lado algumas medidas do Ministério da Agricultura, considerando-as «desadequadas ou fortemente lesivas da grande maioria dos agricultores». São exemplos citados, entre ou-

tros, a baixa do preço-base do leite para 5\$50 por litro e a aplicação a este produto de certas normas de qualidade, a alteração dos Estatutos da Região Demarcada do Vinho Verde e as propostas já avançadas para a vitivinicultura do Douro e para a Casa do Douro.

A CNA refere igualmente os efeitos negativos do encerramento dos matadouros, da nova lei dos Baldios e recorda que o Governo continua a dever «milhões de contos» aos agricultores e ao sector cooperativo.

Um outro traço da política do Governo traduziu-se na discriminação da CNA e na «repressão e intimidação dos agricultores e dirigentes associativos como no dia 2 de Abril na Manifestação nacional em Lisboa e noutras acções de protesto, com casos ainda pendentes nos tribunais de Trancoso e Porto de Mós».

Alvo do ataque governamental, a CNA foi ainda, durante o passado ano, impedida pela RTP de utilizar o seu tempo de antena institucional, assistindo, por outro lado, à concessão de «um sem-número de benesses e privilégios» à CAP, «num momento em que continuaram a vir a público fortes suspeitas de fraudes e desvios de fundos, envolvendo vários dirigentes e associados dessa organização».

Para o ano que agora se inicia, a Confederação con-



A produção de vinho diminuiu para metade em 1993

sidera que o Orçamento de Estado «acentua a linha negra de orçamentos anteriores», prevendo «um grande aumento da carga fiscal sobre os agricultores».

Não vislumbrando quaisquer indícios de alteração do «rumo errado» que o Governo e o Ministério da Agricultura têm seguido na política agrícola, a CNA afirma que não vai cruzar os braços, anunciando já para o próximo mês de Fevereiro, dias 5 e 6, no Porto e em Vila Flor, a realização do Encontro Ibérico sobre o Mundo Rural e, para 27 do mesmo mês, em Coimbra, a Assembleia Geral da Confederação.

AAP protesta

Por seu turno, a Associação dos Agricultores do Porto, (AAP) organização filiada na CNA, denuncia, numa nota distribuída à im-

prensa, «a atitude da Comissão de Vitivinicultura da Região dos Vinhos Verdes» que tem «dificultado a circulação e comercialização dos vinhos da região, atrasando inexplicavelmente a entrega dos manifestos».

Esta associação não compreende que a CVRVV não tenha em conta a campanha fraca e imponha as graduações naturais de 8,5 graus para os brancos e 9 graus para os restantes, tanto mais que «na Alemanha, França, Luxemburgo e até Itália, estão autorizadas a fabricação e comercialização de vinhos com graduações naturais de apenas 5 e mesmo 4 graus».

A AAP acusa a referida Comissão de estar a favorecer «alguns engarrafadores e a prejudicar a grande maioria dos produtores e adegas cooperativas», nomeadamente o de Baião e o de Amarante, no sentido de melhor servir a produção

através de mostos concentrados» aos que apresentem «nos seus armazéns um mínimo de 70 pipas», discriminando assim «cerca de 80 por cento dos produtores da região».

No texto divulgado, a associação reafirma que não aceitará que «sob o pretexto do aumento da qualidade do leite se criem condições para o abandono definitivo da produção por parte de dezenas de produtores», acusando a recente legislação de «não ter sido acompanhada com ajudas» para a modernização das explorações.

A associação anuncia ainda que vai exigir o direito dos agricultores de poderem recorrer à contra-análise sanitária, defendendo, por outro lado, a modernização dos matadouros concelhios ainda existentes, nomeadamente o de Baião e o de Amarante, no sentido de melhor servir a produção

e a comercialização regionais.

Abaixo-assinado

Os agricultores do Perímetro de Emparcelamento de S. Martinho/S. João do Campo, no Baixo Mondego, enviaram um abaixo-assinado ao ministro da Agricultura que reclama «a suspensão da aplicação de de taxas de conservação e consumo de água, bem como a urgência da feitura de obras de melhoramento e conservação das estradas do perímetro».

Os cerca de cem subscritores, que contam com o apoio da ADACO-Associação Distrital de Agricultores de Coimbra e da Confederação Nacional da Agricultura, mostram-se determinados a prosseguir com as suas reivindicações encetando, se necessário, formas de luta que considerem adequadas».

URAP saúda resultados eleitorais

Está em circulação o boletim da URAP (União de Resistentes Antifascistas Portugueses) relativo ao final de 1993 onde, em editorial, se faz um balanço aos resultados das eleições autárquicas de 12 de Dezembro. Aí, considera-se «importante» a vitória do PS sobre o PSD em concelhos do Centro e Norte do país e salienta-se a vitória conseguida pela CDU em um terço do território nacional, prova de uma «reconfortante demonstração de unidade, consciência eleitoral e firmeza ideológica que muito honra essas populações», em contraste com «certas fanfarronadas previsionais» que anunciavam descidas eleitorais da coligação.

Assinala a URAP que «a esquerda

ficou, assim, esmagadoramente de posse das mais significativas câmaras do país, numa clara afirmação de que, em futuras eleições legislativas, está ao seu alcance levar de vencida a direita».

Este número da publicação da URAP assinala as passagens em Lisboa de Mandela e Arafat, inclui um artigo sobre xenofobia, racismo e violência em Portugal e assinala os recentes falecimentos de Salgado Zenha, Mário Dionísio e Fernando de Oliveira Martins. A comemoração do centenário do nascimento de Maria Lamas, a homenagem à memória de Alcina Bastos e a notícia da atribuição do nome de Piteira Santos a uma rua de Lisboa, fazem outros textos publicados desta edição.

URAP
AAP

Relatório da OMS Tratar dentes em Portugal custa muito dinheiro

Um tratamento dentário custa 1500 escudos no Reino Unido e três vezes menos no Sudão, enquanto no Brasil tem que se pagar quase cinco mil escudos. Em Portugal os preços rondam o dobro, na maior parte dos casos. São dados da Organização Mundial de Saúde (OMS) que diz, no entanto, que Portugal é um país «moderado» quanto à saúde dentária, segundo estudos feitos pela organização referentes ao Dia Mundial da Saúde deste ano, a sete de Abril, que terá como lema «O seu sorriso reflecte a sua saúde».

Nos estudos preliminares à iniciativa, divulgados pela

OMS, Portugal surge como país «moderado» quanto à percentagem de crianças com falta de dentes, cáries e obturações aos 12 anos. Em muito melhor situação estão países como o Benin, o Burundi, a China, a Nigéria, ou o Togo, entre outros, enquanto o país com «mais dentes estragados» é o Uruguai.

Esta classificação rege-se pela decisão da OMS em 1981, que fixou como primeiro indicador do estado de saúde da boca e dos dentes e como objectivo a atingir até ao ano 2000 a presença de uma média igual ou inferior a três dentes com «problemas» aos 12 anos.

A média portuguesa situa-se entre os 2,7 e os 4,4.

Embora reconhecendo que os cuidados com a boca e os dentes fazem hoje parte do quotidiano do mundo ocidental e que se alcançaram progressos assinaláveis neste domínio, a Organização Mundial de Saúde quer ainda melhorar mais este sector da saúde pública.

Além disso, como explica na sua mensagem o Secretário-Geral da OMS, Hiroshi Nakajima, «a situação começa a deteriorar-se em numerosos países em desenvolvimento, onde o aumento das doenças da boca e dos dentes está a par do aumento vertiginoso dos custos dos tratamentos».

Primeira reunião de 1994 Direcção Nacional da JCP prevê mais contestação juvenil

A contestação juvenil "marcou 1993" e "continuará em 1994", afirma a Juventude Comunista Portuguesa (JCP) em título de um comunicado saído da primeira reunião realizada este ano da sua Direcção Nacional. As eleições para o Parlamento Europeu e as comemorações dos 20 anos do 25 de Abril são dois dos temas políticos de 1994, que contarão com a intervenção dos jovens comunistas, e constam das linhas definidas nesta reunião, realizada no sábado e no domingo, no que diz respeito à actividade daquela estrutura ao longo deste ano.

JCP Comemora 35 anos da Revolução Cubana

Uma iniciativa de comemoração do 35º aniversário da Revolução Cubana foi levada a cabo pela JCP na noite de sábado passado na Caixa Económica Operária, em Lisboa, contando com a presença (vinda de Cuba para o efeito) de Niurka Domenico, membro da UJC, e do embaixador de Cuba em Portugal.

Para além do encontro e debate com Niurka Domenico, que é membro do Bureau Nacional da organização juvenil cubana que representou a iniciativa, a comemoração incluiu um jantar com comida típica daquele país, um espectáculo musical e, desde a meia-noite até de madrugada, um animado período de dança ao som da música de Cuba.

Durante a sua estada em Portugal, Niurka Domenico participa em inúmeros debates e convívios, cujos temas se centram em torno da actual situação dramática vivida pela população do seu país, por causa do ilegal bloqueio económico imposto pelos Estados Unidos pela Assembleia Geral das Nações Unidas - originando uma violenta escassez de géneros vitais para a economia do país.

A JCP vai ainda organizar o 5º Encontro Nacional do Ensino Secundário, marcado para 26 de Março, e a 7ª Conferência Nacional do Ensino Superior, a decorrer nos dias 26 e 27, e comemorar o seu 15º aniversário em Novembro.

Na reunião, os jovens comunistas analisaram a eventual alteração dos escalões das propinas e dos respectivos montantes, considerando que, "mais do que qualquer abertura ao diálogo ou modificação significativa", se trata de "uma das manobras políticas" do Governo.

Estas alterações confirmam "a incapacidade do Governo em aplicar tão justa medida" e provam que o executivo, "perante uma vigorosa contestação estudantil, é obrigado a fazer cedências", lê-se no comunicado, em que a JCP volta a defender a revogação da lei e a adopção de uma nova política educativa.

"A JCP reafirma o seu apoio à luta desenvolvida pelos estudantes do Ensino

Superior, nomeadamente no que concerne à contestação dos princípios que norteiam a Lei, à sua exigência de revogação da mesma e à necessidade de uma nova política educativa", diz em concreto o referido comunicado.

Os jovens comunistas considerariam sábado passado que a nova ministra da Educação "não começou bem" no que se refere às propostas que fez para alteração da Lei das Propinas. "Os estudantes, mais do que os valores das propinas, contestam o princípio da lei", disse, à agência Lusa, Manuel Coelho, da Direcção Nacional da Juventude Comunista Portuguesa (JCP), no início da reunião.

Outro dos temas em debate no encontro deste fim-de-semana foram as eleições autárquicas, nas quais a CDU obteve resultados de "grande importância". Os jovens comunistas manifestaram "satisfação pelos resultados obtidos pela CDU", tendo considerado que provam a "grande

força política" da coligação.

A "forte participação" de jovens nas listas da CDU é outro dos motivos de satisfação da Direcção Nacional da JCP. "Só nos distritos de Lisboa e Setúbal foram eleitos pela CDU mais de 200 jovens" e considerou útil "destacar a votação expressiva alcançada pela CDU em inúmeras mesas de jovens eleitores".

A actual situação social dos jovens portugueses foi também analisada nesta reunião: "dia a dia colocam-se novos problemas aos jovens, de que o desemprego e precarização dos vínculos laborais são exemplos a par da situação que se vive na área educativa", dizem os jovens comunistas. Por isso, a JCP "considera de grande importância o desenvolvimento da luta juvenil contra a política seguida pelo Governo PSD/Cavaco Silva e pela necessidade de uma nova política que satisfaça as necessidades e dê resposta aos anseios juvenis".

Ministra não convence estudantes

No final da reunião de segunda-feira com a ministra da Educação, os estudantes não se mostraram nada satisfeitos. A proposta que a ministra levou à reunião com estudantes e reitores não tinha nada de novo para oferecer, mantendo-se no fundamental a versão apresentada à Comissão de Educação da Assembleia da República.

Manuela Ferreira Leite insistiu na criação de uma «propina única» e conservou o princípio dos três escalões. A propina mínima será calculada com base em 20 por cento das despesas de funcionamento de todo o ensino universitário e politécnico, divididos pelo número existente de estudantes. A proposta prevê ainda que a base de cálculo possa atingir um máximo de 25 por cento das despesas, o que, segundo a nova linguagem do Ministério, representará um valor mensal (e não anual como até aqui) de oito a nove contos. Este valor menos assustador deverá no entanto ser multiplicado por dez para se encontrar o verdadeiro valor anual das propinas que o Governo pretende impor à maioria dos estudantes.

No final da reunião, mesmo os estudantes que defendiam a propina única, caso de Filipe Pinheiro, presidente da FAP, manifestavam-se descontentes já que não só queriam um valor inferior para a propina como desejariam que esta fosse de facto única e que os valores não fossem alterados consóante os diferentes escalões. Acresce que o Ministério pretende que sejam os serviços de acção social a determinarem quem fica isento de pagar, o que é igualmente contestado pelos estudantes já que, alegam, os serviços encontram-se completamente entupidos e não têm capacidade de resposta.

Por seu turno, João Afonso, da Associação Académica de Lisboa, e António Vigário, de Coimbra, reafirmaram que os estudantes não vão deixar de lutar mesmo que as propinas passem a ser uma realidade legal.

Mais capítulos do romance das sondagens

O «romance» das sondagens teve na passada quinta-feira um novo capítulo: se as eleições legislativas se realizassem agora, obedecendo aos resultados de um inquérito Público-Norma nesse dia divulgado, o PSD repetia a maioria absoluta de deputados obtendo 48,91% dos votos enquanto o PS se ficaria pelos 34,83%, a CDU pelos 9,99% e o CDS pelos 3,59%. Mas se essas mesmas eleições, realizadas na mesma altura, respeitassem as intenções de voto publicadas na revista Visão, o PS ficaria em cima do limite da maioria absoluta de deputados com 42,2% de votos, o PSD cairia para os 31%, o PCP teria 10,4% (o que, segundo este «barómetro» cujo ponto de partida é Julho de 1992, significaria a primeira vez que o Partido Comunista tinha mais votos que... o CDS!) enquanto o partido de Manuel Monteiro somaria 9,4%.

Mas a sondagem do Público-Norma aumenta a confusão ao explicar que, em bruto (sem eliminação dos indecisos e abstencionistas), o PSD afinal tem só 24,2 por cento e o PS 29,8, dando o jornal «de barato» tão confusa influência dos votos por expressar.

Perante tais dados, o Público conclui que a remodelação-v surpresa do Governo e o voto útil centrista

fazem um «PSD e Cavaco em alta». Para a Visão, «os socialistas não precisariam do PCP para vencerem eleições antecipadas e alcançarem a maioria na Assembleia da República».

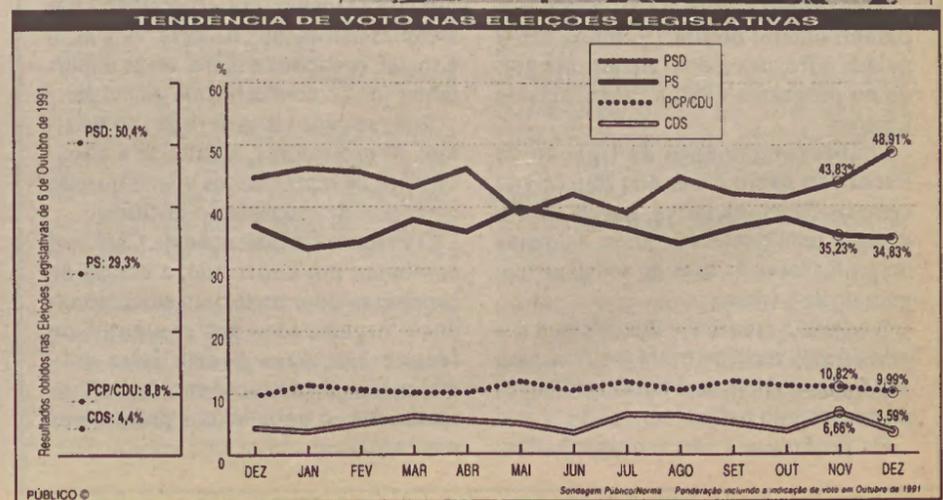
Quanto à popularidade dos líderes, segundo o Público, Mário Soares, Cavaco Silva e António Guterres sobem, mas este último tem um *score* negativo de -6,2%, enquanto Manuel Monteiro e Carlos Carvalhas descem. Para a Visão, no entanto, Soares e Cavaco descem e todos os outros (António Guterres, Manuel Monteiro e Carlos Carvalhas) sobem, com a particularidade de os dois primeiros ultrapassarem a popularidade do primeiro-ministro. Grande confusão!

A sondagem Público-Norma foi feita entre 9 e 30 de Dezembro, tem por universo toda a população residente em Portugal maior de 18 anos a partir de uma amostra de 941 indivíduos. Por seu lado as sondagens Markt/Visão são feitas na Grande Lisboa e no Grande Porto em Dezembro, depois das autárquicas e diferem quanto à amostragem: a que diz respeito à popularidade dos líderes tem uma amostra de 800 entrevistas, a de intenções de voto tem uma base de 1200 entrevistas.

A «coisa» é de tal forma que o semanário Expresso,

na sua edição de sábado passado, talvez esquecido dos erros do seu famigerado «painel» regularmente publicado e da sua última sondagem antes das autárquicas (onde previa a queda da CDU na Área Metropolitana de Lisboa e a perda da Câmara de Beja) comenta a propósito: «Aguarda-se uma posição do PCP, outra do CDS e, com natural expectativa, a sondagem que dá a vitória ao PSN. Não sabemos fazer sondagens?» Parece-nos bem que não.

Sondagens da Visão e do Público: publicadas no mesmo dia, opostas nos resultados



PODER LOCAL

Eleição dos órgãos autárquicos

O preto no branco na questão das alianças

A declaração de Luís Sá, membro da Comissão Política do CC do PCP, sobre questões relativas à instalação dos órgãos autárquicos e apresentada a semana passada em conferência de imprensa, respondeu adequadamente às «diversas notícias e comentários que têm tentado fazer crer à opinião pública que se estão a multiplicar entendimentos entre o PCP e o PSD nas autarquias locais.»

Esta tese absurda, subitamente «descoberta» pelo PS, levou a que se recordasse que «o PCP não tem lições a receber de ninguém em matéria de luta pela convergência das forças democráticas, nem em matéria de combate ao PSD e à direita. Não o tem em nenhum plano da vida nacional e também não o tem nas autarquias locais. Muito menos tem lições a receber de um partido que se aliou múltiplas vezes com a direita no passado, no Governo e nas autarquias locais, e que, como podemos demonstrar, está neste momento igualmente a multiplicar acordos com a direita, como aliás, o fez recentemente na designação dos membros portugueses do Comité das Regiões.»

Vem, por isso, a propósito apresentar, «preto no branco», a realidade dos factos em matéria de «alianças»...

Acordo PS/PSD para afastar a CDU da presidência e da Mesa da Assembleia Municipal: Sesimbra.

Acordos PS/PSD para isolar presidentes de Junta eleitos pela CDU e parti-

lhar entre si os lugares na Junta de Freguesia:

Vimieiro (Arraiolos); Stº Antão (Évora); S. Pedro (Évora); S. Bartolomeu (Borba); Stª Maria (Serpa); Chamusca (Chamusca); Verderena (Barreiro); Marateca (Palmela); Quinta do Anjo (Palmela); Abela (Santiago do Cacém); Castelo (Sesimbra); Santiago (Sesimbra); Darque (Viana do Castelo).

Acordos PS/PSD para afastar a CDU de órgãos autárquicos onde não tem a maioria:

Lagos (acordo para a Mesa da Assembleia Municipal); Ponte de Sôr (acordo para a Mesa da Assembleia Municipal); Alpalhão (Nisa); Tolosa (Nisa); N. Stª da Graça (Nisa); Buraca (Amadora); Barcarena (Oeiras); Carregado (Alenquer); Póvoa Stª Iria (V. Franca de Xira); Stº Antº Cavaleiros (Loures); S. Pedro Penaferrim (Sintra); Alcantarilha (Silves); Albufeira (Albufeira); Arcozelo (Ponte de Lima); Avintes (Vila Nova da Gaia); Pedrouços (Maia).

Situações em que a CDU propôs pelouros ao PS e que este partido não aceitou:

Benavente; Almada; Viana do Alentejo; Alvito; Beja; Barrancos; Serpa; Crato.

Outras situações de acordos PS/PSD:

S. João Baptista (Beja); Meadela (Viana do Castelo).

Proposta avançada para vereadores do PS:

Vila Franca de Xira — Meio tempo; 2 lugares no SMAS (em 5); Pelouro da acção social; Coordenação

de um gabinete de projectos para intervenção em zonas verdes.

Amadora — 2 tempos e meio; 1 lugar nos SMAS (em 2) (já despachado provisoriamente/Andrade Neves); Educação e ensino; Transportes e comunicações; Turismo Gestão parque habitacional municipal; Actividades económicas.

Loures — 2 tempos inteiros; 1 lugar nos SMAS (presidente, eventualmente); 1 lugar no CA da GesLoures; Direcção Municipal Habitação (sem bairros irrecuperáveis); Direcção Municipal Ambiente (sem resíduos que passarão para os SMAS); Divisão de Aprovisionamentos; Gabinete Saúde; Organização e Métodos; Turismo; Gabinete Jurídico.



A resolução dos problemas das populações — os tais que, no fim de contas, justificam as eleições autárquicas — deviam constituir o primado de qualquer intervenção nesta área. Essa tem sido a prática da CDU, desde sempre, sem critérios estreitos, sectários ou partidaristas, procurando sempre chegar aos resultados que melhor sirvam as populações e rejeitando a baixa política ou a política politiqueria

Em aliança com o PSD

PS «esbarra»

no Concelho do Barreiro

Em comunicado dirigido à população do Barreiro, a CDU local denuncia «o comportamento de eleitos do PS e do PSD, na constituição de alguns órgãos autárquicos, contrariando abertamente o sentido do voto da população, impedindo que se atingisse aquele objectivo».

Recordando que a CDU venceu as eleições de 12 de Dezembro em todos os órgãos autárquicos do Concelho do Barreiro, «devido, logicamente, assumir a responsabilidade pela gestão da Câmara e das Juntas de Freguesia», o comunicado salienta que «os eleitos da CDU — continuando a fomentar o trabalho de equi-

pa que garanta a participação de todos os eleitos — procuraram criar consensos com os eleitos das outras forças políticas para a constituição dos órgãos autárquicos, no sentido de viabilizar o seu funcionamento».

Esforço inglório: o PS e o PSD aliaram-se em diversas situações para retirar lugares legitimamente conquistados pela CDU, enquanto o PS, noutras situações e sempre obcecado pelo anticomunismo, recusou participar, limitadamente, na gestão de quaisquer pelouros.

E a CDU pormenoriza, com exemplos concretos:

na Freguesia da Verderena os eleitos do PS e do PSD entenderam-se para constituírem órgãos que não correspondem ao resultado do voto: na Junta de Freguesia a CDU, força mais votada, ficou com um único lugar, o de presidente, e isto porque a lei assim o determina, enquanto na Assembleia de Freguesia, o entendimento entre os eleitos do PS e do PSD foi mais longe, ao fazer eleger para presidente da Mesa um elemento do PS;

na Freguesia de Stº André este entendimento entre eleitos do PS e do PSD deixou a CDU em minoria na Junta;

na Freguesia de Palhais, os eleitos do PS tentaram o mesmo entendimento para deixar a CDU em minoria na Junta;

noutras Freguesias casos do Lavradio e Alto Seixalinho, os eleitos do PS recusaram os cargos propostos pelos eleitos da CDU;

na Assembleia Municipal, os eleitos da CDU propuseram que a Mesa fosse constituída por dois dos seus elementos (presidente e secretário) e um elemento do PS (secretário). O PS recusou e propôs que a Mesa fosse constituída só por elementos do PS (presidente e secretário);

na Câmara Municipal é ao presidente que compete a atribuição legal dos pelouros aos vereadores. No entanto, continuando a manter uma atitude de diálogo e de consenso, os eleitos da CDU colocaram à disposição dos eleitos do PS e do PSD pelouros importantes e de responsabilidade, e que também tiveram em conta o trabalho já desenvolvido por estas forças políticas no mandato anterior.

Aos eleitos do PS foi proposto um lugar de vogal no Conselho de Administração dos Transportes Colectivos a tempo inteiro, águas e saneamento, ensino básico, acção social escolar, cemitérios, abastecimento público, meio ambiente, protecção civil, saúde.

Ao eleito do PSD foi proposto a Habitação, projectos e assuntos sociais, a tempo inteiro.

Os eleitos do PS, «ignorando por completo esta proposta, apresentaram exigências desmedidas e inaceitáveis, acabando por não aceitar responsabilidades de qualquer pelouro».

«O comportamento dos actuais eleitos do PS» —

acrescenta o comunicado — «não se pode separar da forma arrogante e demissionária com que, no fim do mandato anterior, em 29 de Dezembro, abandonaram a sessão da Assembleia Municipal recusando a discussão do Plano Director Municipal numa tentativa inexplicável de atrasar a sua aprovação no seu prazo legal, o que, a ter-se verificado, acarretaria graves consequências para o Concelho, pondo em causa financiamentos futuros para obras municipais.»

E o comunicado conclui:

«Ao descrever a forma como decorreu a constituição dos órgãos autárquicos, pretendemos contribuir para o completo esclarecimento sobre quem pretende iludir de facto os numerosos acordos com a direita, no Barreiro, no Distrito de Setúbal e no País, sempre com o objectivo de isolar a CDU, e sobre quem, recusando qualquer consenso com a CDU, força que venceu as eleições em todas as autarquias do Barreiro, recusa na prática, toda e qualquer responsabilidade na resolução dos problemas concretos das populações.»

«Apesar desta atitude inexplicável do PS, os eleitos da CDU mantêm em aberto a proposta de pelouros apresentada aos eleitos do PS», assinalando também que «reforçarão firmemente o seu empenhamento e dedicação na resolução dos problemas do Barreiro e na concretização do Programa que apresentaram, certos de que continuarão a merecer a confiança que a maioria dos eleitores do concelho neles depositou».

«Pelas Freguesias de Lisboa» começa com visita aos Olivais

Três dezenas de professores participaram, ontem, no dia 19, numa visita guiada à freguesia dos Olivais, integrada no programa «Pelas Freguesias de Lisboa».

O aprofundamento da ligação da Escola ao Meio é um dos objectivos centrais desta iniciativa, que já levou, durante os últimos três anos, centenas de professores às ruas de todas as freguesias de Lisboa.

A visita à freguesia dos Olivais é a primeira da série de trinta prevista para 1994 e teve início às 9 horas, prolongando-se por todo o dia.

Os professores são acompanhados,

durante as visitas, por especialistas nas áreas do património, história, vida local e social, economia e outras áreas importantes para o conhecimento da cidade.

Embora cada visita deva ter, no máximo, 30 professores, admite-se a possibilidade de repetição das visitas quando o excesso de inscrições o justificar.

O Pelouro da Educação da CML vai continuar, por outro lado, a edição de brochuras com materiais seleccionados e organizados por conjuntos de freguesias, para possibilitar uma maior ligação das acções e iniciativas realizadas ao trabalho dos professores nas escolas.

COMUNIDADE EUROPEIA

Parlamento Europeu
OVNIS na agenda

Reunidos na primeira sessão plenária de 1994, ano de eleições europeias, os deputados ao Parlamento Europeu regressaram esta semana a Estrasburgo, França, para debaterem em plenário questões tão distintas quanto as prioridades da presidência grega da União, os serviços financeiros e... os OVNI.

O insólito tema está agendado para amanhã, sexta-feira, altura em que será apresentado um relatório do italiano, eleito pelo Partido Socialista, Tullio Regge, sobre objectos voa-

dores não identificados (OVNI).

Físico nuclear colaborador do Centro Nacional de Estudos Espaciais de Toulouse, França, Tullio Regge é o autor de um relatório ao Parlamento em que se propõe a criação de um centro europeu de observação dos OVNI ou fenómenos atmosféricos ainda desconhecidos.

O centro destinar-se-ia à recolha e tratamento de informação no território da União Europeia, mas a ideia não parece ser muito do agrado dos Doze. A preparação do relatório levou Regge a con-

tactar todas as forças aéreas dos estados-membros da União mas, segundo constatou, só recebeu uma resposta exaustiva do estado-maior da aeronáutica italiana. As restantes escusaram-se a prestar-lhe assistência a pretexto de serem pedidas informações sob segredo militar.

A cumprir-se a agenda, o chefe da diplomacia grega, Theodoros Pangalos, terá entretanto apresentado as prioridades da acção comunitária para os próximos meses, dominada pela questão do alargamento da União à Áustria, Finlândia, Norue-

ga e Suécia, previsto para 1 de Janeiro de 1995.

Da ordem do dia constavam ainda, entre outras, questões ambientais, a cargo da eurodeputada dinamarquesa do grupo Arco-Iris, Birgit Bjornvig, relatora da comissão parlamentar para as questões do ambiente, bem como a situação dos objectores de consciência. Em análise está um relatório da comissão de liberdades civis, sabendo-se que, à excepção da Irlanda, Luxemburgo e Reino Unido, o serviço militar é ainda compulsivo nos restantes Estados-membros.

Ajuda

A Comissão europeia decidiu conceder novas ajudas de urgência no montante de 300 000 ecu (59 250 contos) às vítimas das inundações em França, Alemanha e Holanda.

As ajudas serão distribuídas à razão de 100 000 ecu por país, através dos comités nacionais da Cruz Vermelha e complementam uma primeira ajuda de urgência no valor de 500 000 ecu concedida a 24 de Dezembro a esses três países, bem como à Bélgica e Luxemburgo.

Segundo a Comissão, a ajuda complementar é "um testemunho da solidariedade comunitária aos europeus atingidos pelas catástrofes".

GATT

O Comissário europeu para as relações económicas externas, Leon Brittan, e o representante do Comércio norte-americano, Mickey Kantor, reuniram-se a semana passada em Bruxelas na perspectiva da assinatura, a 15 de Abril, do acordo do Uruguay Round do GATT.

Segundo fontes da Comissão europeia, as conversações destinaram-se a fazer o balanço das negociações do GATT (Acordo Geral sobre Comércio e Pautas Aduaneiras), concluídas a 15 de Dezembro.

Protesto alentejano

A Associação dos Agricultores do Baixo Alentejo (AABA) exige o cumprimento dos compromissos assumidos pelo Estado relativos à nova Política Agrícola Comum (PAC) e aos subsídios para a seca.

Em comunicado divulgado a semana passada, a associação refere que "começa a esgotar-se a paciência dos agricultores" e exige "uma resposta urgente do Governo, que resolva o pagamento dos compromissos assumidos pelo Estado".

Segundo a AABA, "as promessas feitas pelo Instituto de Garantia Agrícola (INGA) de pagamento das ajudas, até 31 de Dezembro de 1993, não foram cumpridas", enquanto o IFADAP "está atrasado na aprovação das propostas de desendividamento dos agricultores".

Os agricultores do Baixo Alentejo afirmam não aceitar mais "a desculpa de que se trata do primeiro ano da aplicação da nova PAC", e sublinham o facto de "não se poder admitir que pelo não pagamento do que lhes é devido, não possam os agricultores pagar o que devem aos seus fornecedores".

A AABA refere ainda que "os agricultores foram forçados, no final de 1993 e no começo de 1994", a pagar os empréstimos que contraíram para enfrentar as duas secas e intempéries "aos valores negociados nos últimos cinco anos".

Automóveis

A quebra das vendas de veículos ligeiros em 1993, em Portugal, foi de 12,4 por cento.

Segundo a ANECRA (Associação Nacional das Empresas de Comércio e da Reparação de Automóveis), as vendas de veículos ligeiros na CE em 1993 desceram 15 por cento em relação ao ano anterior, para 10 682 660 veículos.

Em Dezembro de 1993, foram vendidos na CE 738 010 veículos, menos 20,7 por cento do que em igual mês do ano anterior (192 320 unidades).

Ao contrário dos restantes países comunitários, o Reino Unido registou um crescimento positivo das vendas em 1993 em relação a 1992 de 11,6 por cento.

As maiores quebras ocorreram na Grécia (26 por cento), Espanha (24,1 por cento), Itália (20,4 por cento) e Holanda (20 por cento). Os países com menores quebras de vendas foram a Irlanda (3,4 por cento) e a Dinamarca (4,2 por cento).

Calçado

O secretário de Estado da Indústria, Alves Monteiro, disse recentemente no Porto que, apesar da crise económica mundial estar a afectar a generalidade dos mercados internacionais, o sector do calçado português "tem alcançado um significativo aumento das exportações".

Alves Monteiro, que falava na inauguração da MOCAP/94 - 32ª Mostra de Sapatos, Malas e Marroquinaria, afirmou que "o valor das exportações de calçado português para mercados fora da Comunidade Europeia cresceu 10 por cento, em 1993, apesar da crise mundial que afecta a generalidade dos países".

Para o secretário de Estado da Indústria, a concretização do GATT (Acordo Geral sobre Comércio e Pautas Aduaneiras) "facilita a penetração do calçado nacional em mercados importantes como o Japão, Estados Unidos e os países de Leste".

O membro do governo não referiu como a abertura do nosso mercado pode vir a ser prejudicada pela concorrência dos restantes parceiros comerciais.

Divergências podem atrasar
alargamento da Comunidade

Divergências nos sectores agrícola, pesqueiro, energético, da política regional e monetário opõem a União Europeia aos quatro potenciais novos membros - Suécia, Noruega, Finlândia e Áustria, mas a Comissão Europeia espera concluir as negociações sobre o alargamento da União até 1 de Março, informou recentemente um porta-voz comunitário em Bruxelas.

Segundo o comissário Hans van den Broek, citado pela Lusa, em causa estão também as diferenças constatadas no seio da União Europeia.

Apesar dos "progressos significativos" registados nos últimos meses de discussões entre a Comissão e cada uma das delegações, "ainda há questões importantes por regular", referiu.

A Comissão Europeia aguarda também que os Estados-membros se pronunciem sobre os projectos de acordo em vários domínios que, atempadamente, lhes forneceu, pois sem o acordo dos "doze", indicou o porta-voz, é impossível dar por concluído o processo negociado dentro do prazo previsto, 1 de Março de 1994, por forma a permitir ao Parlamento Europeu pronunciar-se antes das eleições europeias.

Na impossibilidade de encerrar as negociações com as quatro delegações em simultâneo, a Comissão admite avançar com o processo de alargamento aos países que as tenham concluído a tempo.

No capítulo agrícola, definido pelo porta-voz como "altamente técnico e difícil devido à sua natureza política", a Comissão quer eliminar as diferenças entre os preços aplicados pelos países candidatos (são superiores) e os que vigoram no mercado comunitário. Falta clarificar em que condições as administrações dos candidatos vão custear o regime de compensações aos agricultores durante o período

de transição a que terão direito.

Simultaneamente, têm de ser acordados os critérios

que permitirão aos regimes agrícolas dos novos membros beneficiar dos apoios permanentes da Política Agrícola Comum (PAC).

No sector monetário e financeiro, uma reserva espanhola ameaça bloquear as negociações sobre a participação de mais quatro economias na adopção da moeda única europeia, a 1 de Janeiro de 1997, na terceira e última fase da União Económica e Monetária (UEM).

Temendo ficar de fora, a Espanha discorda que os novos membros, cujas economias são mais competitivas do que a sua, sejam contabilizados como parte integrante desta maioria.

Em matéria de política regional, está por negociar o acesso dos candidatos a instrumentos financeiros como o fundo estrutural da PAC (FEOGA) e o fundo social europeu (FSE).

Por outro lado, está por avaliar a incidência orçamental do que já foi e do que vier a ser acordado em todas as áreas.

As autoridades comunitárias e de cada um dos "qua-

tro" contam ultimar um compromisso global no próximo mês e meio, prevenido-se que Fevereiro seja um mês de reuniões ministeriais destinadas ao desbloqueio dos "dossier" pendentes.

Depois de encerradas as negociações, os países candidatos dispõem de dez meses para proceder à ratificação interna dos acordos.

Segundo o calendário fixado pela entidade que negocia em nome da União Europeia, as adesões devem ocorrer a 1 de Janeiro de 1995.

Os números da crise
Portugal em último lugar
nas exportações

Portugal ocupava o penúltimo lugar do "ranking" de exportadores intracomunitários e o último posto da lista de exportadores comunitários para países terceiros no segundo trimestre de 1993.

A informação foi divulgada pelo Eurostat, organismo estatístico da União Europeia, no final da semana, e revela com a frieza dos números que a crise económica continua longe de estar debelada, enquanto persiste o fosso que nos separa dos restantes parceiros comunitários.

Segundo o Eurostat, no tocante ao comércio intracomunitário, Portugal exportou mercadorias no valor de 493 milhões de contos (2,5 mil milhões de ECU), contra 1,5 mil milhões de contos registados pela Espanha (que ocupa o antepenúltimo lugar do "ranking") e os sete mil milhões arrecadados pela Alemanha.

No mesmo período, Portugal importou da Comunidade

Europeia o equivalente a 788 milhões de contos.

Até a Grécia, classificada em último lugar em termos de receitas geradas pelas trocas intracomunitárias, surge à frente de Portugal no capítulo das exportações para o exterior da União.

O nosso país foi o que menos exportou para países

terceiros durante o segundo trimestre de 1993. Nesse período, arrecadou cerca de 129 milhões de contos contra 179 milhões contabilizados na Grécia.

Foi também o que menos importou. As importações portuguesas, avaliadas pelo Eurostat, corresponderam a 256,1 milhões de contos.

Neste período, as trocas intracomunitárias cifravam-se em mais de 32 mil milhões de contos contra 34,8 mil milhões em idêntico período de 1992. Os números relativos as trocas extracomunitárias revelam um défice de cerca de 197

milhões de contos (1,053 mil milhões de ECU) no comércio da União Europeia com o resto do mundo.

No segundo trimestre de 1993, as importações

comunitárias geraram receitas de 23,6 mil milhões de contos (119,8 mil milhões de ECU) contra 24,2 mil milhões de contos um ano antes.

As exportações corresponderam a um total de 23,4 mil milhões de contos (118,7 mil milhões de ECU) contra 21 mil milhões de contos no ano transacto.

INTERNACIONAL

África do Sul em Notícias

Conselho de Segurança autoriza envio de observadores

O Conselho de Segurança da ONU autorizou o envio para a África do Sul de 1778 observadores para fiscalizarem a campanha eleitoral e o decorrer das primeiras eleições democráticas previstas para 27 de Abril.

Em resolução adoptada por unanimidade, os 15 membros do Conselho alargaram o mandato da pequena missão da ONU que se encontra no país desde o final de 1992, e aprovaram o envio por fases de observadores suplementares, entre Fevereiro e Abril, para a campanha e as eleições propriamente ditas.

Organizações não governamentais estrangeiras e grupos privados pretendem igualmente enviar observadores para estas eleições, as primeiras multirraciais realizadas na África do Sul.

APLA suspende acções armadas

O Exército de Libertação do Povo da Azania (APLA), braço armado do Congresso Panafricanista (PAC), decidiu a suspensão imediata das acções armadas.

O presidente do PAC afirmou que a sua organização prossegue as negociações com o governo para chegar a uma cessação mútua das hostilidades para obter uma amnistia para os militantes do PAC e do APLA presos ou exilados.

A 3 de Dezembro, o PAC e o governo de Pretória decidiram uma moratória sobre a violência e a 18 de Dezembro o PAC anunciou a decisão de participar nas eleições multirraciais de 27 de Abril.

Extremistas brancos ameaçam

Extremistas brancos do Exército Republicano Boer (BRA, clandestino) ameaçaram de morte três ministros sul-africanos e mesmo um dirigente da direita, noticiou hoje o jornal Sunday Times.

Os ministros da Lei e da Ordem, Hernus Kriel, do Trabalho, Leon Wessels, e do Desenvolvimento Constitucional, Rolph Meyer, receberam cartas ameaçadoras do BRA.

O BRA ameaçou ainda com a possibilidade de atentar contra a vida dos observadores estrangeiros às eleições de 27 de Abril.

Sondagem prevê votação de 65 por cento para o ANC

O Congresso Nacional Africano (ANC) obterá cerca de 65 por cento dos votos nas primeiras eleições multipartidárias da África do Sul, e apenas outros dois partidos conseguirão representação parlamentar, revela uma sondagem.

A consulta, descrita como uma das mais aprofundadas até agora efectuadas na África do Sul e divulgada pelo semanário "Sunday Times" - o periódico de maior circulação no país - prevê que obtenham assento parlamentar o ANC e os partidos Nacional (NP), o poder, e Inkatha da Liberdade (IFP), de Mangosuthu Buthelezi.

A sondagem, efectuada pela empresa Markinor sobre uma amostra de 2655 eleitores (1440 negros, 821 brancos, 200 mulatos e 194 indianos), foi estruturada de acordo com o último recenseamento populacional e tem uma margem de erro variável entre 0,9 e dois por cento.

O estudo alerta para que a continuação deste apoio esmagador do eleitorado negro ao ANC depende da satisfação das elevadas expectativas deste grupo populacional.

Paz (29,2 por cento), postos de trabalho/melhoria da situação económica (19,7) e fim do apartheid e discriminação (13,5) são, este ano, algumas das prioridades para o eleitorado negro.

Esta sondagem vem corroborar a projecção de triunfo do ANC por maioria de dois terços apontada por estudo do Conselho sul-africano de pesquisa de ciências humanas publicado em Joanesburgo a 11 deste mês.

Frente Patriótica unida em apoio de candidatura do ANC

As organizações membros da Frente Patriótica decidiram conjugar esforços em apoio da candidatura do Congresso Nacional Africano (ANC) às primeiras eleições multirraciais na África do Sul.

A moção foi aprovada por unanimidade numa cimeira realizada nos subúrbios de Joanesburgo e em que participaram, entre outros, o presidente do ANC, Nelson Mandela.

A necessidade de unidade foi sublinhada no comunicado conjunto final do encontro, em que participaram o ANC, os partidos Trabalhista, Comunista, Intando ye sizwe, o Kwandebele e do Progresso Ximoko, do Gazankulu, da Frente unida do povo de Lebowa, os governos do Transkei e do Venda, e o Congresso indiano do Transvaal e Natal.

A Frente Patriótica mandatou entretanto o Comité nacional executivo do ANC para assegurar uma "representação adequada" de todas as organizações membros na sua lista eleitoral.

México

Negociações de paz em Chiapa

Manuel Camacho Solís, encarregado pelo governo mexicano de negociar a "reconciliação e a paz" em Chiapas defendeu, à sua chegada a San Cristobal de las Casas, que um acordo de paz seja acompanhado de medidas políticas e sociais em favor das comunidades indígenas.

Segundo o mediador, deve ser dada a todos a garantia de poder "regressar ao seio das suas comunidades, encontrar trabalho e exercer os seus direitos políticos". Afirmções públicas que reflectem a gravidade dos problemas que levaram à revolta camponesa.

Entretanto, segundo a Comissão Nacional dos Direitos Humanos, pelo menos 95 habitantes de localidades do Estado de Chiapas terão desaparecido desde o início da insurreição zapatista.

A comissão indica ter recebido, até 12 de Janeiro, 231 pedidos de informação sobre pessoas dadas como desaparecidas. Deste total, 136 foram localizadas.

O último balanço oficial dos confrontos dava conta de 100 mortos, enquanto a Igreja considera que poderá atingir os 400 mortos.

Um antigo procurador-geral norte-americano e actual activista dos direitos humanos, Ramsey Clark, afirmou que no conflito no Estado mexicano de Chiapas há um maior número de mortos do que o que foi admitido.



A revolta contra a miséria

«Sabemos que há muitos mais mortos do que aqueles reconhecidos pelo governo e mais zapatistas do que os mencionados», indicou Ramsey Clark numa conferência de imprensa na cidade mexicana de San Cristobal.

Ramsey Clark, que desde 1950 é representante legal das Organizações de Povos Indígenas da América, comentou que o EZLN pegou em armas porque «tal como outros povos

indígenas da América Latina e do mundo, tem sofrido ao longo de anos a discriminação e marginalização».

«O levantamento do EZLN pode ser um dos maiores acontecimentos de toda a miséria do século XX», defendeu aquele antigo procurador-geral dos Estados Unidos.

«Trata-se do levantamento de gente que tem sido torturada há centenas de anos e que já não pode aguentar mais porque não conta com os direitos mais básicos, como a água e a comida», sublinhou Ramsey Clark.

Para compreender a gravidade da situação, basta

referir o sermão pronunciado pelo pároco de San Cristobal de las Casas, Samuel Ruíz Garcia, em que afirma: «A angústia dos indígenas atingiu um limite extremo, porque quinze mil pessoas morreram de fome em Chiapas em 1993. E então disseram: "Estamos a morrer, os nossos pedidos não têm resposta, não nos resta outro caminho senão o da violência"».

Somália

As oportunidades perdidas para a Paz

Os "anciãos" dos principais clãs que controlam a capital da Somália assinaram em Mogadíscio um acordo de paz destinado a evitar a retomada dos combates depois da retirada das forças norte-americanas, prevista para 31 de Março.

Segundo fonte das negociações, que duraram três dias, o acordo foi assinado na ausência dos dois principais chefes rivais, o general Mohamed Farah Aidid, homem forte do sul de Mogadíscio, e o presidente interino da Somália, Ali Mahdi Mohammed, que controla o norte.

Na reunião, presidida por um alto responsável islâmico, o imã de Hirab, Mohamed Omar, participaram 176 chefes religiosos ou tradicionais representantes dos clãs dos Habr Gedir de Aidid e dos Abgal de Mahdi, bem como líderes de outros pequenos clãs.

No texto agora assinado, apela-se ao regresso à paz entre os clãs e ao fim das pilhagens, ao mesmo tempo que se ameaça punir com as leis islâmicas - através de uma nova comissão que inclui representantes de todos os clãs - quem violar o acordo.

Um novo acordo - frágil e limitado - num conflito que se perpetua e que poderia ter tido uma evolução diferente se não se tivesse entrado pelos caminhos de uma intervenção militar de facto, muito embora invo-

cando razões humanitárias.

Mohamed Sahnoun, antigo enviado da ONU à Somália, e levado à demissão em Outubro de 1992, num momento em que - segundo pensa - os esforços desenvolvidos começavam a dar os seus frutos, defende hoje que a comunidade internacional deveria ter intervido desde 1991, num momento em que o país se afundava num caos precursor das fomes que viriam depois. Não com homens armados. Mas com iniciativa política, apostando na reconstrução da sociedade civil, destruída pela guerra.

Na perspectiva de Mohamed Sahnoun, que se esforçou por levar à prática, tratava-se de mobilizar os anciãos que, "respeitados pela população, sempre tiveram um papel de conciliadores nas tribos", de par dos dirigentes sindicais, de movimentos sociais, pequenos comerciantes. Uma base a partir da qual se poderia tornar possível promover o debate político entre beligerantes.

Algo se avançou nesta via e em Outubro de 1991 os grandes confrontos haviam cessado e avançara-se bastante no diálogo político. Mantinham-se entretanto dois grandes problemas - a falta de assistência humanitária por parte das Nações Unidas e, porque os alimentos eram escassos, acções sistemáticas de pilhagem.

Foram estes os pretextos utilizados para a intervenção militar. Na opinião de Mohamed Sahnoun, uma vitória dos "partidários do recurso à força em grande escala". As consequências são conhecidas, e de forma alguma correspondem aos objectivos invocados para uma operação além do mais muito cara: "mil milhões de dólares em nome da protecção de uma assistência humanitária e económica da ordem dos cinquenta milhões de dólares..."

Que fazer, então, quando se trata de situações tão dramáticas como as que se vivem na Somália?

A resposta não será fácil, mas antes do mais impõe-se, na opinião do diplomata argelino, uma óptica de prevenção. Tendo em conta, nomeadamente, que na origem dos conflitos há também, e isso "é muitas vezes esquecido, planos de desenvolvimento desequilibrados, o problema da dívida..."

"Quando se dão certos confrontos entre diferentes sectores num país, da sociedade, avance-se com propostas de mediação, que se apele a personalidades conhecidas pelo seu equilíbrio". Uma perspectiva a que há que somar uma assistência humanitária "mais adequada".

"Se olharmos para África, para Angola, Moçambique, o Burundi, o

Sudão, esta ajuda é muito insuficiente. Isso leva a outros conflitos, outras contradições (...). São feitas despesas enormes no plano militar, num domínio em que se poderiam fazer enormes economias".

Um óptica que exige também a transformação da própria Organização das Nações Unidas que, na opinião de Mohamed Sahnoun continuam "a ter estruturas determinadas por um contexto de guerra fria".

A ONU deveria ser dotada de "novas estruturas que permitissem uma melhor apreensão das causas dos conflitos", afirma Sahnoun, que defende a criação de "centros de observação, de aviso, organizados conjuntamente pela ONU, organizações regionais como a Organização de unidade africana (OUA), o Conselho da Europa". É ainda uma "maior transparência": no Conselho de Segurança, "a gestão faz-se mais ou menos em círculo fechado. Os meios de comunicação nem sempre têm acesso. E faz-se uma espécie de compromissos entre diferentes interesses".

Uma mudança que passaria ainda por consultas - em situação de crise - não apenas aos Estados membros, mas também às organizações não-governamentais (ONG).

INTERNACIONAL

Angola

Mais de 175 mil elementos da população activa de Luanda estavam desempregados até Julho passado, o equivalente a 24,4 por cento da força de trabalho, segundo um inquérito do Instituto nacional de estatística (INE) de Angola.

O relatório diz que 175 941 membros da população economicamente activa em Luanda estavam desempregados até Julho passado, correspondendo a 24,4 por cento da força de trabalho, estimada em 721 870 pessoas, segundo o INE.

Desta massa desempregada, 57 018 eram homens (32,4 por cento), diz o relatório, que aponta que do total 104 565 pessoas procuravam trabalho pela primeira vez e 71 376 já tinha exercido alguma actividade laboral.

A taxa de desemprego entre as mulheres situa-se nos 32 por cento e nos homens em 16,3 por cento. Por outro lado, Luanda tinha 432 788 pessoas subempregadas, das quais 50,4 por cento homens e 49,6 por cento mulheres.

Argélia

França encerrou por uns dias as missões diplomáticas na Argélia em sinal de luto pela morte a tiro de uma funcionária do Consulado francês em Argel, num parque de estacionamento do centro da capital argelina.

Monique Afri, uma francesa de 45 anos, funcionária da secção de vistos do Consulado da França em Argel, foi assassinada com dois tiros na cabeça, sábado à tarde, num parque de estacionamento localizado entre o Consulado e uma importante mesquita.

Afri, casada com um cidadão argelino e mãe de três filhos, é a quarta pessoa francesa a ser assassinada na Argélia desde Setembro e a vigéssima quinta estrangeira, em atentados atribuídos pela polícia a grupos armados islamitas.

O número de pessoas assassinadas na Argélia desde as primeiras eleições multipartidárias interrompidas de Dezembro de 1991, que apontavam para a vitória dos fundamentalistas islâmicos, cifra-se em mais de 2000.

Os responsáveis das embaixadas comunitárias em Argel decidiram, num gesto de solidariedade, encerrar também os consulados em sinal de luto.

Os diplomatas decidiram ainda pedir maior protecção às autoridades argelinas, ao mesmo tempo que incrementam medidas de segurança próprias e alertam os seus funcionários para que não desprezem a sua segurança.

Racismo

Organização racista norte-americana «Ku Klux Klan» poderá vir a financiar vários partidos de extrema direita na Europa para «suscitar problemas», revela o jornal britânico «Sunday Times».

Apesar de uma perda de influência nos Estados Unidos, a «Ku Klux Klan» dispõe ainda de «importantes fundos» e pensa que «pode explorar as vítimas da extrema direita na Grã-Bretanha, na Alemanha e na Rússia», indica aquele periódico britânico.

O jornal adianta que cinco norte-americanos ligados àquela organização racista estiveram recentemente na Europa para contactar «grupos de extrema direita», entre os quais o «Partido Nacional Britânico» (BNP).

O «Ku Klux Klan» tem cerca de quatrocentos membros na Grã-Bretanha, onde possui uma propriedade no sul do País de Gales, segundo o «Sunday Times».

Homenagem

Yasser Arafat, dirigente da OLP e o primeiro-ministro israelita, Yitzhak Rabin, prestaram homenagem ao falecido chefe da diplomacia norueguesa, Johan Joergen Holst, principal artífice do acordo de paz israelo-palestiniano.

«O povo palestino guardará para sempre na sua memória este grande amigo e militante pelo estabelecimento da paz justa e da recuperação da independência» palestina, disse Arafat em Tunes.

«O seu papel continuará a inspirar-nos no futuro para pôr fim ao derramamento de sangue», declarou Rabin, enquanto o seu ministro dos negócios estrangeiros, Shimon Peres, lamentava o desaparecimento de um «homem excepcional».

Para a antiga porta-voz da delegação palestina às negociações com Israel, Hahane Asrawi, foi um «choque pessoal, um choque para os palestinianos e uma perda para a comunidade internacional».

Itália

Presidente italiano, Oscar Luigi Scalfaro, dissolveu o Parlamento e rejeitou a demissão do Primeiro-Ministro, Carlo Ciampi, pedindo-lhe que permaneça em funções até às eleições, convocadas para 27 de Março.

A decisão do Conselho de Ministros italiano em marcar as eleições legislativas antecipadas para 27 de Março está a ser alvo de viva contestação da Comunidade Judaica em Itália, dado o dia coincidir com a comemoração da Páscoa.

A Comunidade Judaica residente em Itália exerceu fortes pressões para que o Conselho de Ministros italiano alterasse a data das legislativas antecipadas, argumentando que, nessa data, não pode votar por se celebrar a Páscoa.

«É uma derrota não só para nós, mas também para um país democrático como é a Itália», disse a presidente da Comunidade Judaica, Tullia Zevi, pouco depois de conhecer a decisão.

França

Um milhão de manifestantes em defesa do ensino público

Um milhão de manifestantes desfilou domingo passado por Paris, em defesa da escola pública, que o governo conservador põe em causa com o aumento de subsídios ao ensino particular.

Apesar da chuva e do frio, uma verdadeira maré humana, como é descrita pela imprensa, atravessou a capital francesa, num percurso de 9 quilómetros, numa clara afirmação de repúdio popular por uma política que privilegia o negócio com a educação, em detrimento do direito de igual acesso de todos a um ensino de qualidade.

Convocada por cerca de 90 organizações (organizações sindicais, associações de pais e grupos políticos), a manifestação contou com a presença de personalidades políticas, como George Marchais, secretário-geral do Partido Comunista Francês, e Michel Rocard, primeiro-secretário do Partido Socialista Francês.

O governo conservador subestimou claramente a envergadura da exigência de um ensino público laico.

Em vésperas da realização desta enorme manifestação, o «L'Humanité»



Um milhão de pessoas desfilou em Paris pelo ensino público. Uma manifestação precedida de muitas outras manifestações estudantis

sublinhava que o que está em causa é não apenas obrigar a direita a renunciar ao seu projecto político de uma escola dividida, submetida a «mecanismos quase comerciais», mas questionar igualmente o *statu quo*, exigir uma mudança de acordo com as necessidades do país, do futuro das crianças e dos jovens.

Já hoje, o funcionamento do ensino privado subsidiado em França (98% do ensino privado) é quase exclusi-

vamente garantido pelos créditos públicos.

Com a nova lei, a lei de Bayrou, este financiamento público seria alargado aos investimentos para manter, ampliar ou criar novos estabelecimentos de ensino privado. Tendo em conta as leis de descentralização, a responsabilidade deste financiamento caberia quase integralmente às comunas, departamentos e regiões. A curto prazo, as autarquias deveriam financiar na

mesma proporção - em função do número de alunos - tanto o ensino público como o privado. O que na prática resultaria numa situação de profunda desigualdade entre ensino privado e público, sector onde já hoje se sentem profundas faltas em meios humanos e financeiros.

É contra esta perspectiva - pelo direito a um ensino público e laico de qualidade - que um milhão de pessoas desceu às ruas de Paris.

Angola

Negociações de Lusaca sem fim à vista

Dez mil pessoas morreram de fome ou de falta de assistência médica e alimentar, num ano de combates, na cidade angolana de Menongue, capital do Cuando Cubango. No Cuito, capital da província do Bié, multiplicou-se o número de mortes. Exemplos dispersos dos custos da guerra para o povo angolano.

Sob fundo de renovadas ameaças da Unita, recomparam, entretanto, dia 6 as conversações de Lusaca com a discussão do pri-

meiro ponto da agenda política - a polícia nacional - cujo documento está ainda a ser debatido pelas duas partes.

A questão, que começou a ser abordada ainda na primeira ronda negocial de Lusaca, que decorreu no ano passado de 15 de Novembro a 24 de Dezembro, continua a arrastar-se, tendo apenas sido acordados até agora os princípios gerais.

Em discussão estão, nomeadamente, a questão da percentagem e nível de par-

ticipação da UNITA na polícia angolana e a força de intervenção rápida, a chamada «anti-motim», cuja dissolução tem sido reclamada pela UNITA.

Em Luanda, o presidente angolano reafirmou a vontade de paz do seu governo. Em discurso perante o corpo diplomático acreditado em Luanda, José Eduardo dos Santos sublinhou: «todos estamos empenhados em adoptar as medidas adequadas para que a paz seja possível e com ela a melhoria

das condições de vida da nossa população».

«Estamos igualmente empenhados em dinamizar os mecanismos necessários para que a nossa economia tenha em 1994 novos moldes de actuação», acrescentou.

A minimização das carências da população, dos deslocados e vítimas de guerra são algumas das tarefas prioritárias apontadas por José Eduardo dos Santos para a actuação do governo em 1994.



Proletários de todos os países: UNI-VOS!

O Militante

O 20º ANIVERSÁRIO DO 25 DE ABRIL

■ Henrique Custódio

Quando o Barreiro canta

A tradição musical do Barreiro vem de longe e nem o corte de transversal obscurantismo imposto por décadas de fascismo conseguiu calar a Tuna ou estrangular a grande Harmonia nos ânimos barreirenses.

Os manuscritos do arquivo da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e o órgão existente naquela igreja, oferta de D. Maria I, apontam para a existência de uma capela musical no Barreiro do século XVIII, a que se segue a fundação, em 1848, da "Sociedade Filarmónica Barreirense", secundada até finais do século pela constituição de várias outras colectividades, todas elas motivadas pela prática musical. De então para cá, proliferaram bandas filarmónicas, orquestras ligeiras, jazzbands, cantores, grupos de baile, etc., enquanto ganhavam projecção nacional músicos oriundos do Barreiro como o instrumentista Carlos Saraiva, ou os maestros José Pinto Rodrigues e Ferrer Trindade, ou ainda

Natércia Couto, na orquestra sinfónica, mencionando apenas os casos mais relevantes.

O regime fascista, à semelhança do que fez em todo o País, lançou escuras décadas de silêncio sobre o Barreiro, cabendo, nesse tempo, ao associativismo popular o admirável esforço de manter viva a chama da música. Com a Revolução de Abril, renasce das cinzas e, sobretudo, da iniciativa e empenho do novo poder autárquico, que soube exemplarmente ir ao encontro das tradições, anseios e criatividade da população barreirense.

Hoje, o Barreiro é um alfobre de instrumentistas qualificados, um auditório imenso com centenas de espectáculos musicais/ano tocando todos os géneros e gostos, um lugar qualificado onde a música se ouve, se ensina e se aprende num quadro duma política municipal concertada que tem, da cultura, a visão global do desenvolvimento harmonioso do homem.

Quatro anos de mandato a tradição serviu



Carla Marina: «Conseguimos recuperar neste mandato o essencial das tradições musicais do Barreiro»

"Nós conseguimos recuperar neste mandato o essencial das tradições musicais do Barreiro". A afirmação é qualificada, pois parte da pessoa que protagonizou, nos últimos quatro anos, o grande salto e refresco da actividade musical neste Concelho, a vereadora Carla Marina Mendes.

Partindo dos quatro objectivos estratégicos com que o executivo aplicou o seu programa de desenvolvimento musical (ver, nestas páginas, "A estratégia do quarteto"), a dra. Carla Marina acrescentou alguns dados importantes, como a criação da Camerata Juvenil (única no País) e do Centro de Formação de Instrumentistas. A primeira agrupa 10 elementos e é, em parte, constituída por alguns bolséis da CM do Barreiro, executando, obviamente, música de Câmara, sendo dirigida por Lopes da



Actuação da Camerata Juvenil, única no País



Momento da entrega, o ano passado, das Bolsas de Estudo Fernando Lopes-Graça

Cruz, professor de oboé do Conservatório Nacional. O segundo nasceu de um protocolo criado entre a Câmara e a Direcção Geral de Acção Cultural, para um projecto de cinco anos visando a formação, ao nível de Conservatório, de jovens instrumentistas. Em 1990/91 esteve parado, por corte de verbas da Secretaria de Estado da Cultura, retomando a sua actividade com o reforço dos apoios do município, que integrou o Centro na Banda. Tem 21 alunos e um corpo docente de nível invejável, onde pontuam nomes como António Costa, Emídio Coutinho, Lopes da Cruz, Francisco Couto e Rui Matos.

A estratégia do quarteto

Um quarteto tem quatro elementos. Se estiver ao serviço de uma estratégia, então terá, mais adequadamente, quatro objectivos. Exactamente os que a Câmara Municipal do Barreiro definiu, no último mandato, para o seu programa de desenvolvimento musical no Concelho, subordinando-os ao propósito global de "dinamizar e apoiar a aprendizagem artística e a dinâmica dos agentes culturais, captar e formar públicos sensibilizando as escolas e divulgando a música ao longo do ano".

Como se verá, no vagar da minúcia, trata-se de uma estratégia que não esqueceu ninguém e de tudo se lembrou, no essencial. O que é muito, em qualquer parte do mundo, quanto mais num país que, também culturalmente, continua à beira do atraso plantado...

Objectivo um - Apoio à aprendizagem artística, concretizado com a atribuição das Bolsas de Estudo Fernando Lopes-Graça (52 atribuídas nos últimos quatro anos) e a Camerata Juvenil do Barreiro (viabilizada desde 1990 e única do género no País, constituída por 11 elementos, seis dos quais bolséis, dirigidos pelo Professor Lopes Cruz; já realizaram 17 concertos no Concelho e na Área Metropolitana de Lisboa).

Objectivo dois - Animação e divulgação musical ao longo do ano com espectáculos ao longo de cada ano (recitais, confe-



«Quem me dera ver o Bach no coração (na foto, Molinho do Pinho», disse um dia o mestre Augusto Cabrita, expoente da arte de fotografar e barreirense do Concelho (na foto, Molinho do Pinho)»



Um dos espectáculos de «A Cidade e a Música»

Da jazzband ao Natal numa Cidade com Música

É importante recordar: tempos houve, no Barreiro - e por muito Portugal além... -, em que a alegria da festa respirada na música era anatémizada com o ferrete da subversão. Ao trágico subdesenvolvimento cultural do País imposto por décadas de miséria quase generalizada, o salazarismo acrescentava a repressão da criatividade popular, invariavelmente temida como veículo de agitação social.

Todavia, mesmo sob os altos e baixos da paranóia persecutória do regime, as gentes do Barreiro sempre souberam rasgar caminhos ao convívio e abrir terreiros à festa. Com música dentro, centrifugando, colectividades fora, o ímpeto da vida.

Uma terra, portanto, com fortes tradições (também) musicais. Atenta ao facto e em (apropriadamente chamada) harmonia com os seus municípios, a autarquia do Barreiro produziu desde o 25 de Abril um invulgar trabalho de promoção, apoio e desenvolvimento musicais, transformando a cidade e o Concelho numa das zonas do País com mais e melhor oferta nesta área cultural.

Promovendo ou apoiando grandes iniciativas que, no seu conjunto, produzem anualmente centenas de audições e espectáculos ao vivo, a Câmara transformou o Concelho do Barreiro num imenso auditório onde se pode fruir de tudo, seja no vasto leque dos géneros clássicos ou na trepidante multiplicidade da música ligeira, fale-se de sonatas ou sinfonias, corais alentejanos ou canto gregoriano, marchas populares ou espectáculos de rock, filarmónicas ou jazzbands, música sacra ou tradicional. E tendo como ponto de partida executantes e agrupamentos formados nas escolas e grupos musicais do Concelho, a par de intérpretes convidados de craveira nacional e internacional.

Há iniciativas que já criaram tradição e prestígio. É o caso maior de "A Cidade e a Música", certame de nível internacional que abre no Dia Mundial da Música, 1 de Outubro, e se prolonga por todo esse mês, tal como os "Concertos de Natal", os "Serões de Inverno" ou a "Festibandas". O ano passado surgiu uma novidade: a estreia da Orquestra Ligeira da Banda Municipal do Barreiro, uma jazzband que pretende recuperar a grande tradição das orquestras de dança que floresceram no Barreiro nos anos 30 e 40.

Isto não falando dos espectáculos em colectividades dos corais eruditos e tradicionais.

Pedro Canário

Trabalho com os agentes culturais Um espaço de diálogo aberto e despartidarizado

"Fundamentalmente, a acção cultural de uma Câmara procura relacionar-se com as tradições culturais de um Concelho, divulgando-as e desenvolvendo-as", afirmou-nos Pedro Canário, presidente há quatro anos do município do Barreiro e de novo eleito pela CDU. "Tem ainda a intenção de preencher os amplos espaços vazios que nem a política cultural do Governo nem a oferta comercial conseguem satisfazer, tendo como preocupação dominante a juventude e os tempos livres, a sua sensibilização e formação na convivência com as experiências culturais".

No caso da música, "procurámos ir ao encontro da própria acção dos agentes culturais por excelência, tendo como pano de fundo limitações de carácter financeiro, não permitindo, às vezes, ir mais longe nos apoios que seriam desejáveis e necessários. Incompreensivelmente — acrescentou —, muitas vezes a actividade cultural de uma autarquia é considerada como propaganda político-partidária o que, para além de não corresponder à verdade, acaba por introduzir elementos estranhos num debate onde o que importa é estimular o espírito crítico e a capacidade de intervenção de cada um e, em geral, da própria comunidade".

E frisou: "a partidização da cultura acaba por ser pernicioso à necessidade de qualquer sociedade em se afirmar, neste ou noutro plano. A não ser que se entenda que a política que prosseguimos, por ser aberta, se torne 'subversiva' e que possa vir a pôr



Pedro Canário: «Há que estimular a intervenção de cada um e da comunidade, em geral»

em causa um 'establishment' cultural que muitos gostariam de manter domesticado e ao seu próprio serviço..."

Quanto ao futuro da música, neste novo mandato, "independentemente das soluções concretas que se vierem a materializar, manteremos a mesma maneira de estar face aos agentes culturais, no respeito pela sua autonomia, iniciativa, capacidades e valores intrínsecos, enquanto espaço de diálogo aberto e despartidarizado".



Banda Municipal do Barreiro, com os seus 55 elementos

A ver a Banda chegar

O Barreiro possui a única banda municipal do País. É um caso exemplar, que põe este agrupamento ao abrigo das conhecidas vicissitudes das suas congéneres nacionais, eternamente a braços com problemas económicos e dependências várias. Mas não só.

Fundada em 1972 por trabalhadores da ex-CUF, em 1975 recebe o apoio do Município e, a partir daí, ganha uma autonomia e capacidade de resposta únicas. Passa a ter uma escola de música frequentada diariamente por 43 alunos entre os oito e nove anos, que já fornece 50% dos instrumentistas da Banda.

Em 1991 intensifica-se a sua actividade com a criação do Grupo de Metais do Barreiro, composto por nove elementos, e da Orquestra Ligeira, com 17 executantes, todos jovens. Os primeiros têm um reportó-

rio tão eclético que inclui música sacra, clássica, barroca, contemporânea, Jazz e Rock, os segundos reconstituem a tradição barreirense das grandes orquestras de dança.

Com os seus 55 executantes dirigidos, primeiro pelo maestro António Teixeira e, a partir de 1988, pelo maestro José Alberto Belo Cunha, esta Banda veio recuperar uma rica tradição filarmónica que começou em meados do século passado com a Sociedade Filarmónica Barreirense, floresceu vigorosamente no princípio do século e esmoreceu nas últimas décadas do fascismo.

Beneficiando de uma política global e concertada do Município na promoção musical, que lhe garante o apoio logístico e financeiro, a Banda Municipal do Barreiro é o honroso núcleo de um projecto em andamento, que já se pode orgulhar de um notável património de realizações.

Pontos nos is

O desvario organizado que por aí vai a (des)propósito da "aliança PCP/PSD" na composição e instalação dos órgãos autárquicos - porque constitui prática que ofende a inteligência dos cidadãos - impõe a colocação dos pontos necessários nos respectivos is.

Lendo e ouvindo o caudal de disparates vertido sobre a matéria pela generalidade dos órgãos de informação, lendo e ouvindo as delirantes declarações proferidas por alguns dirigentes do PS (logo e sempre repetidas pelos seus ecos da Plataforma dita de Esquerda), qualquer cidadão medianamente informado e atento ao que se passa no seu país pasma perante tamanhas enormidades.

É preciso dizer, desde já e com muita clareza, que o PS é o grande responsável pelo facto de não haver mais acordos autárquicos entre os eleitos do PCP e do PS.

É preciso denunciar, desde já e com muita clareza, a prática do PS em todo este processo: nos casos em que o PS é força maioritária fez, salvo raríssimas excepções, propostas humilhantes e impossíveis de aceitar por parte da CDU; nos casos em que a CDU é maioritária o PS fez exigências de tal modo ambiciosas e ofensivas que é legítimo supor que, com isso, o Partido Socialista mais não pretendia do que impedir qualquer acordo com os comunistas; por outro lado, na maior parte das freguesias onde a CDU ganhou com maioria relativa, o PS entendeu-se com o PSD e afastou dos executivos todos os elementos da CDU (à excepção dos presidentes da Junta, por óbvia impossibilidade legal); finalmente, importa esclarecer e informar que, em numerosíssimos casos, o PS recusou pura e simplesmente o diálogo que lhe foi proposto pelo PCP, a nível local.

Esta é a verdade. Uma verdade que o PS pretende ocultar através da fortíssima operação mediática em curso. Sendo o grande responsável pela situação existente, o PS pretende ganhar em dois tabuleiros: apresentar o PCP como responsável pela situação e tentar demonstrar que é o PCP que não quer o entendimento com os socialistas porque prefere fazer acordos com o PSD.

(O Secretário-Geral do PS chega mesmo a "descobrir" e "revelar" que os "entendimentos entre comunistas e social-democratas não são convergências pontuais, mas antes resultam de uma estratégia nacional de ambos os partidos" - assim demonstrando amplamente que o ridículo não tem limites.)

Aliás, há vários outros objectivos evidentes nesta operação: constatando que cresce, no campo democrático, a vontade de entendimento entre os dois grandes partidos democráticos, o PS tenta, assim, contrariar essa vontade; incomodado com a justa e rigorosa crítica feita pelo PCP às crescentes aproximações e convergências do PS com o PSD e a política do seu governo, o PS procura desvalorizar e diminuir essa crítica; sabendo que o PCP é a única força política que, de facto, se opõe com firmeza e coerência à política de direita, o PS pretende ocultar essa realidade e continuar impunemente a sua fingida oposição à política do Governo; verificando que os resultados eleitorais de 12 de Dezembro confirmam a indispensabilidade do PCP e da CDU para uma alternativa democrática ao governo e à política do PSD, o PS pretende apagar essa evidência e procura, mais uma vez e desde já, lançar outra operação de "voto útil no PS"; preocupado com a diferença que os eleitos e o projecto autárquico da CDU representam, o PS pretende demonstrar que afinal, os partidos e os eleitos "são todos iguais" e que nada distingue o PCP e os eleitos comunistas dos restantes partidos e da generalidade dos eleitos desses partidos.

Ora, a experiência e os factos mostram que há de facto diferenças muito acentuadas entre a prática do PCP e dos

seus eleitos e as dos outros partidos e da generalidade dos eleitos desses partidos no Poder Local.

O estardalhaço feito em torno da chamada "aliança PCP/PSD" pode levar o cidadão desatento a pensar que o PCP alterou a sua política de alianças, alterou a sua forma de estar nas Autarquias e se tornou igual aos outros partidos.

Por isso, é preciso, também nesta matéria, sublinhar algumas verdades, verdades que os promotores desta ofensiva conhecem mas que fingem desconhecer para melhor e mais longe levarem os efeitos da mistificação que engendraram.



É prática normal e assumida dos eleitos comunistas, onde estão em minoria e seja qual for a força maioritária no órgão autárquico, disponibilizarem-se para intervir, colocando ao serviço dos interesses das populações toda a sua capacidade, dedicação e experiência. Lembra-se aos agitadores e manipuladores de memória curta que, em mandatos anteriores, houve eleitos comunistas com responsabilidades e pelouros em câmaras de maioria PS e PSD (e sublinha-se que tal facto, por efeito do



JOSÉ CASANOVA
Membro da Comissão Política

É preciso dizer, desde já e com muita clareza, que o PS é o grande responsável pelo facto de não haver mais acordos autárquicos entre os eleitos do PCP e do PS.

bom trabalho realizado pelos eleitos comunistas, se traduziu em claros, inequívocos e generalizadamente reconhecidos benefícios para as populações).

É prática normal e assumida dos eleitos comunistas, onde estão em maioria, distribuir pelouros e responsabilidades por eleitos de qualquer das outras forças políticas desde que, por parte destes, haja disponibilidade para trabalhar em benefício das populações. Lembra-se aos desmemoriados agitadores que, em mandatos anteriores, eleitos do PS e do PSD assumiram responsabilidades importantes em câmaras de maioria CDU.

Ou seja: nas autarquias, ao PCP não interessa saber a que força política pertence este ou aquele eleito. Interessa, sim, saber se este ou aquele eleito tem a capacidade necessária e estão dispostos a trabalhar em benefício das populações.

Foi assim que o PCP e os seus eleitos sempre actuaram. É assim que estamos a actuar no momento actual. E, porque nos parece que esta é a melhor

forma de servir o Poder Local e as populações, é assim que continuaremos a actuar no futuro.

Admitimos, naturalmente, que se discorde, se conteste, se critique esta nossa concepção de intervenção autárquica. Mas não vale, porque é desonesto, deturpar essa concepção e atacar, como o PS está a fazer, essa deturpação.

Ao contrário do PS, o PCP não age, no Poder Local, na base de critérios estreitos e sectários e rejeita

frontalmente as orientações e práticas de "sofreguidão hegemónica, dominadora e arrogante" que caracterizam a postura do PS em todo este processo. Ao contrário do PS, o PCP quando em minoria em qualquer órgão autárquico, não envereda pelas tentativas de boicote ao funcionamento desse órgão e pela política do quanto pior melhor - antes actua tendo sempre como objectivo essencial a luta pela resolução dos problemas das populações.

É assim que entendemos as coisas. Porque respeitamos a palavra dada aos eleitores; porque pensamos que os compromissos que assumimos nas campanhas eleitorais são compromissos para cumprir; porque temos muito orgulho em poder dizer, dizendo a verdade, que o lema "trabalho, honestidade, competência, provas dadas" é, no Poder Local, sinónimo de CDU.

Que o PS não entenda as coisas assim é um problema do PS.

Que o PS continue a identificar-se com a política de direita e a ter como objectivo prioritário, não a derrota dessa política mas o "esvaziamento" do PCP para melhor "alternar" com o PSD na aplicação dessa política, é um problema do PS (que, aliás, revela uma cegueira total face aos ensinamentos que a experiência todos os dias revela e que os resultados eleitorais de 12 de Dezembro mais uma vez confirmaram).

Mas esses são problemas que, certamente, preocupam os muitos e muitos democratas, os muitos e muitos militantes socialistas que vêem no entendimento entre socialistas e comunistas a única solução alternativa aos perigos graves resultantes da continuação da direita no Poder.



18 de Janeiro de 1934 60 anos depois

■ **Joaquim Gomes**
Membro da Comissão Central
de Controlo do PCP

Uma data que continua sendo motivo de orgulho para todos os trabalhadores marinhenses. Coube aos operários vidreiros da Marinha Grande, de armas na mão, e pela primeira vez em Portugal, enfrentarem os seus exploradores e inimigos de classe, escrevendo assim uma página gloriosa da luta dos trabalhadores contra a exploração, pela liberdade e a democracia.

Na época, este acontecimento foi de enorme importância, já que aos olhos dos trabalhadores e das forças democráticas ficou demonstrado que a ditadura de Salazar e o brutal aparelho repressivo em que se apoiava podiam ser enfrentados, contidos e até mesmo derrotados.

O 18 de Janeiro, pelo que representa na história da Marinha Grande, continua ainda hoje no coração dos marinhenses. O monumento ao operário vidreiro combatente do 18 de Janeiro, bem como as homenagens que por outras formas são prestadas aos revolucionários e dirigentes comunistas que deram a vida pela nobre causa do progresso social e desenvolvimento da sua terra, são orgulho e até património de todos os trabalhadores e forças progressistas da Marinha Grande.

O relato pormenorizado feito pelo camarada José Gregório e outros camaradas que intervieram directamente nessa jornada revolucionária, dada a distância, não dispensa que se lembrem aqui alguns aspectos desse feito histórico.

Recorda-se, por exemplo, que a tomada da vila pelas forças revolucionárias, designadamente a tomada do posto da GNR, não foi tarefa fácil e muito menos pacífica. Habitados como estavam a tratar com brutalidade os trabalhadores quando os prendiam, alguns soldados ficaram aterrorizados com a perspectiva de puderem vir a receber igual tratamento.

Obviamente que a atitude dos revolucionários não foi de retaliações mas de respeito, tanto em relação aos agentes presos, como a familiares seus residentes no posto, sendo tomadas medidas para manter a sua segurança, como prestar assistência médica àqueles que dela necessitavam. De referir que a atitude destes indivíduos, uma vez tomada a vila pelas forças militares e policiais, não teve qualquer semelhança com a forma como haviam sido tratados.

A repressão

A vaga de brutal violência que foi desencadeada, não apenas contra os operários vidreiros que haviam pegado em armas, mas contra os trabalhadores em geral e o povo da Marinha Grande é difícil de descrever. Muitas pessoas foram presas e espancadas na rua. Casas de trabalhadores assaltadas e vasculhadas sendo os seus moradores muitas vezes violentamente agredidos, mesmo que nada tivessem a ver com o que se estava a passar.

Durante vários dias a caça ao homem continuou, não apenas na vila, mas também nas localidades próximas. Vastas áreas do Pinhal de Leiria foram passadas a pente fino por tropas a cavalo. Mas foi sobre os presos que o ódio da ditadura fascista caiu mais brutalmente. Muitos deles depois de violentos

espancamentos eram enviados para Lisboa onde continuavam as torturas. Outros iam directo para os calabouços do Governo Civil de Leiria onde, igualmente, eram espancados e torturados pelos esbirros da polícia política de Salazar, na altura conhecida por PVDE.

A perseguição e o ódio feroz aos presos reflectiu-se também nas elevadas penas aplicadas a estes lutadores, algumas das quais atingiram os 20 anos. Muitos presos foram deportados, primeiro para a Fortaleza de S. João Bastista, em Angra do Heroísmo e depois para o Tarrafal,

campo da morte lenta, como ficou conhecido e onde de facto muitos presos perderam a vida.

Para se compreender melhor porquê os operários da Marinha Grande se lançaram numa luta de tal envergadura e significado, é preciso ter em conta duas situações muito concretas. A primeira é que desde que Salazar havia chegado ao poder os direitos sociais dos trabalhadores, bem como as liberdades democráticas, vinham sendo sistematicamente liquidadas. A exploração aumentava brutalmente e o direito dos trabalhadores de lutar contra ela era cada vez mais limitada. Esta era a política da ditadura salazarista contra a qual as massas laboriosas não podiam deixar de lutar.

A segunda é que nos primeiros anos da década de 30, ainda no rescaldo da crise capitalista de 1929, até ao 18 de Janeiro de 1934, os vidreiros estiveram na vanguarda das lutas da classe operária no nosso país. Assim o 18 de Janeiro na Marinha Grande foi, de certo modo, o culminar de numerosas e grandiosas lutas que envolveram não apenas o proletariado marinhense, mas os operários vidreiros de praticamente de todos o país, como Lisboa, Figueira da Foz, Vieira de Leiria, Pataias, Oliveira de Azeméis, etc.

Foram de facto desencadeadas diversas acções, incluindo greves que se prolongaram durante meses, incluindo a deslocação de trabalhadores dumas empresas para outras, com a total oposição dos patrões, etc.

O centro de toda esta movimentação de massas, de luta e unidade dos trabalhadores desenvolvia-se a partir do sindicato vidreiro, à frente do qual estavam militantes destacados do PCP. Salazar encerrou os sindicatos livres no fim de 1933, o que constituiu mais uma machadada nos direitos dos trabalhadores e causou a maior indignação.

O sindicato foi de facto uma escola de educação revolucionária e de classe que teve extraordinária importância ao longo de décadas.



Fotos de memória (Arquivo). As mulheres dos vidreiros presos, às portas do Governo Civil de Leiria. Os operários desterrados em Angra do Heroísmo. O pátio de casa de Carica Pais, em Casal Galego, de onde partiram para a Insurreição os participantes na Jornada de 18 de Janeiro de 1934

ram maneira de discriminar e muitas vezes de hostilizar os trabalhadores vidreiros. Salazar além de perseguir os trabalhadores em geral, sempre teve um atitude mais repressiva para com os trabalhadores da Marinha Grande e os marinhenses.

Actualmente, Cavaco Silva e os seus governos não apenas têm discriminado os trabalhadores vidreiros, como assumiram o vergonhoso papel de coveiros da indústria de cristalaria da Marinha Grande. O encerramento e desmantelamento da

muito importante na consciencialização, na unidade e na luta das mulheres trabalhadoras.

Quanto à juventude, especialmente os jovens aprendizes da indústria vidreira, as suas naturalmente inspiradas nas lutas dos operários adultos, ganharam tal força que assustavam o patronato.

As lutas dos aprendizes, apoiadas e orientadas pela organização da Juventude Comunista, tiveram o seu auge no ano de 1933, o que levou à prisão de vários jovens responsáveis pela organização e condução dessas lutas.

Não há, portanto, qualquer exagero na conclusão de que a greve revolucionária de 18 de Janeiro foi, de facto, o culminar de anos de luta do proletariado vidreiro da Marinha Grande. No entanto convém não esquecer que, tendo em conta a época e as condições em que ocorreu o 18 de Janeiro, erros mais ou menos graves acabariam por se verificar.

Bento Gonçalves considerou a greve revolucionária de 18 de Janeiro uma «anarquirada». Esta conclusão ficou a dever-se ao facto de as tendências anarquistas, bastante fortes na época, terem influenciado negativamente a preparação e o desencadear da jornada. Mas esta classificação não anula a valentia e a coragem da luta dos trabalhadores, designadamente na Marinha Grande.

Os operários vidreiros lançaram-se na luta convencidos que os trabalhadores de outras regiões e grandes empresas iriam aderir à greve revolucionária em que iam participar, esperando que ela se alargasse aos principais centros industriais do país. Mas, embora em localidades importantes e em várias zonas os trabalhadores tivessem aderido ao 18 de Janeiro, a realidade é que em nenhum lado essa adesão teve as mesmas características que se verificaram na Marinha Grande.

Daí a violência repressiva ter assumido uma dimensão na Marinha Grande que se não verificou noutras localidades e zonas do país.

Ao longo dos anos, depois do 18 de Janeiro de 1934, os governos de direita por formas diversas, sempre encontra-

Lições para o futuro

As lutas dos vidreiros exerceram grande influência nas lutas das mulheres e da juventude.

Ficaram na história das operárias da Marinha Grande, as lutas das empalhadeiras de garrações que, como os outros trabalhadores, eram miseravelmente exploradas. Também elas conduziram nas empresas onde trabalhavam numerosas lutas por melhores salários e condições de trabalho. Também aqui o sindicato vidreiro teve um papel

FEIS, o desprezo a que tem votado os seus trabalhadores, bem como os trabalhadores da Manuel Pereira Roldão, IVIMA e muitos outros, são a prova mais que evidente que de Cavaco Silva e da sua política de desemprego e miséria nada mais resta do que a luta, vigorosa e consequente contra ela.

De resto, ao longo dos anos, como nos dias de hoje, os trabalhadores vidreiros têm demonstrado que não se rendem. A luta pela direito ao trabalho e a uma vida digna continua. Bem recentemente os trabalhadores da IVIMA assim o demonstraram.

Sudoeste alentejano e costa vicentina

Um património ímpar na Europa

■ António Murteira

1. Em Julho de 1988, foi criada a Área de Paisagem Protegida do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina, pela qual se vinham batendo, há anos, as Câmaras Municipais de Sines, Odemira, Aljezur, Vila do Bispo e a Liga para a Protecção da Natureza.

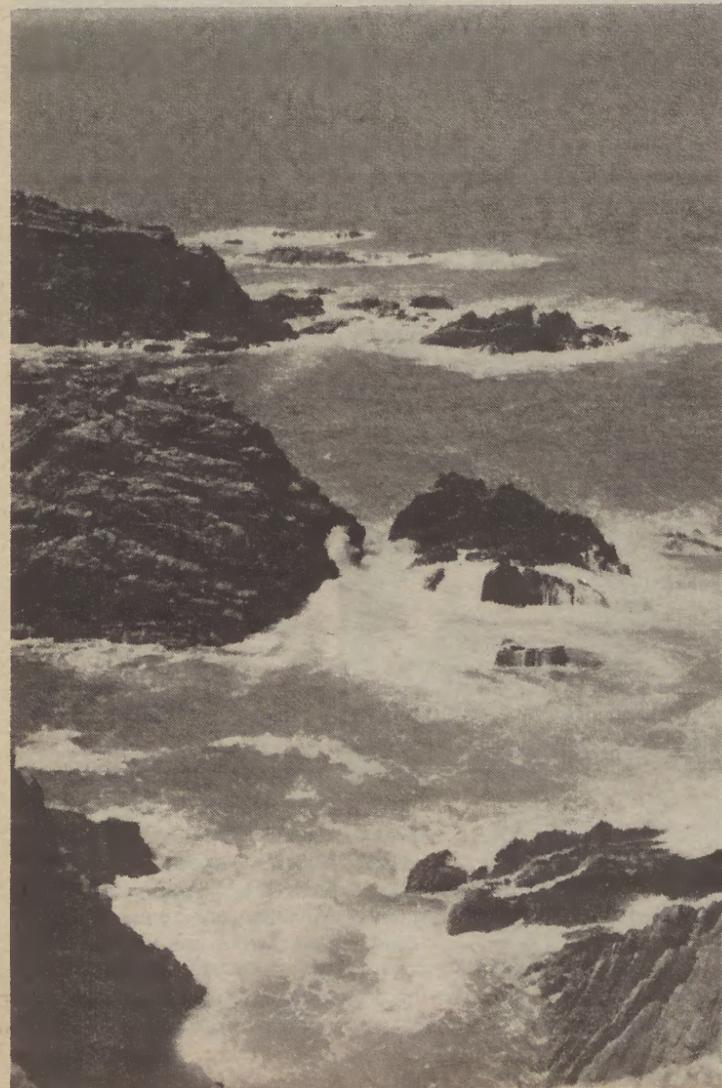
Com a criação da Área Protegida (ou amanhã do Parque Natural) pretende-se a protecção e valorização do património natural e cultural e arrancar com um desenvolvimento integrado e participado, com as populações e ao serviço das populações.

Tais objectivos pressupõem uma planificação e execução democrática, participada, e a definição de projectos precisos, meios adequados (financeiros, técnicos, informação, etc.) e uma gestão democrática, com a participação das autarquias e das populações.

2. O «Plano de Ordenamento do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina» que o Instituto de Conservação da Natureza (ICN) pôs em discussão pública, embora contenha aspectos e propósitos positivos, não está a ter em conta os objectivos, metodologia e formas de gestão que as autarquias e as populações da zona consideram fundamentais.

O projecto do «Plano de Ordenamento» parece não ter em conta as realidades económicas e sociais da zona a que se destina, configura um quadro impreciso, genérico, repleto de proibições, condicionamentos, exigências para com os residentes, potencialmente arbitrário, no qual as populações e as autarquias não confiam.

Tudo isto seria agravado com uma enorme concentração de poderes na Comissão Directiva do futuro Parque Natural, na qual as autarquias e as populações não teriam influência, sendo relegadas para um mero Conselho Consultivo.



3. Sabemos que a Área Protegida do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina é uma zona muito cobiçada pelos especuladores de toda a espécie e por aqueles que aos diversos níveis do poder lhes dão cobertura e, que à boa moda capitalista, querem enriquecer rápida e facilmente, mesmo que à custa da delapidação do património, dos recursos e das populações, como fizeram no Algarve.

As Autarquias, as Associações de Defesa do Ambiente e do Património, as Populações, sabem isso e estão atentas.



A zona dispõe de um conjunto de instrumentos de planificação e intervenção, já em vigor ou em fase final de discussão e aprovação, que vão desde os Planos Directores Municipais (PDM) até aos Planos Regionais de Ordenamento do Território (PROT) e futuramente o Plano de Ordenamento da Área Protegida, agora em fase de inquérito (discussão) público.

4. Agora, o que é preciso, como propõem as autarquias e as populações, é não «pôr o carro à frente dos bois», fazer uma pausa para reflectir e tentar perceber as razões da polémica e da contestação.

Ao Instituto de Conservação da Natureza não será difícil perceber, se quiser, os receios das populações e que de pouco servirá um Parque Natural que vá agravar ainda mais as já precárias condições de vida e a desertificação da zona.

É preciso que o Plano de Ordenamento do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina seja equacionado e gerido em termos realistas, democráticos e participados. Que crie as condições para o arranque de projectos concretos e precisos, contrapartidas e apoios para as populações residentes e para os municípios.

Impõe-se assim considerar:

- uma correcta articulação entre os diversos planos existentes ou em elaboração, respeitando as competências legais e constitucionais das autarquias e de forma a evitar a criação de uma teia burocrática, de competências dispersas e conflituais, que conduziriam a erros e à ineficácia;
- a adequada participação das autarquias, quer na Comissão Directiva quer no Conselho Consultivo do futuro Parque Natural;
- a criação de um Gabinete de Informação e Apoio aos Residentes e Naturais da Área Protegida;
- a criação de um Fundo Financeiro de Apoio aos Residentes e Naturais, com a fina-

lidade, entre outras, de financiar despesas que estes tenham que fazer, decorrentes das exigências do Plano de Ordenamento;

- a selecção de um conjunto de acções específicas e projectos concretos de apoio aos agricultores, pescadores, trabalhadores e empresários da zona da Área Protegida, com vista ao aproveitamento das potencialidades e recursos aí existentes, tais como: pesca artesanal, actividades pecuárias tradicionais, introdução de novas culturas, aproveitamento dos perímetros de rega e de outros regadios, transformação de produtos agro-pecuários regionais e de

qualidade, turismo rural e turismo de habitação, recuperação e valorização dos núcleos urbanos e patrimoniais, etc.;

- no imediato, indemnizar os agricultores e outros afectados pelos incêndios, particularmente pelo incêndio de 23 de Julho de 1993.

5. Impõe-se, com ou sem Parque Natural, o cumprimento, por todos, particularmente grandes empresários e Governo, das normas e leis das autarquias e da Área Protegida, para que de futuro não aconteçam situações como:

- a anarquia, ilegalidades e atentados ao meio ambiente, contidos no «complexo» turístico do Vale da Telha, em Aljezur, empreendimento anterior à criação da Área Protegida e anterior à existência de uma maioria CDU na Câmara Municipal;

- ou situações como a do Brejão, em que um cidadão francês instala, em plena Área Protegi-

da, uma exploração agrícola superintensiva, sem respeitar nem as normas em vigor de defesa do ambiente e saúde pública, nem a dignidade e os direitos dos trabalhadores portugueses.

As leis aqui são violadas e o senhor do Brejão comporta-se como um senhor colonial. Tão-pouco ou menos aceitável do que esse comportamento é o do Primeiro-Ministro que, com a sua presença lá e em declarações públicas, deu o aval político e elogiou o senhor Russel, humilhando os agricultores portugueses, ao apontá-lo como exemplo!!!

6. Esta é uma batalha que todos podemos vencer — salvar e valorizar o belíssimo e importante património que significa o Sudoeste Alentejano e a Costa Vicentina; potenciar e apoiar um desenvolvimento integrado, com a participação das populações e das autarquias, ao serviço do Alentejo, do Algarve, do País.



Para alargar a discussão que o Governo não tem promovido EDP levada a tribunal de opinião pública

A Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores das Indústrias Eléctricas anunciou para o próximo dia 27, na Biblioteca Nacional, em Lisboa, a realização de um «tribunal de opinião pública» para julgar os responsáveis pelo previsto desmembramento da Electricidade de Portugal e pelos prejuízos que a política dos últimos anos tem trazido a quem trabalha na empresa, a quem por ela é servido e à economia nacional. «Pretendemos que este seja um espaço alargado da discussão que o Governo não tem promovido», afirmou Franco Antunes, em nome da federação, numa conferência de imprensa realizada segunda-feira e na qual foi apresentado o documento que servirá de ponto de partida para os trabalhos do tribunal.

Artur Malheiro, pela Comissão de Trabalhadores, e José Filipe, pela Comissão Inter-Sindical da EDP, realçaram aos jornalistas que se tem verificado uma ampla unidade no combate ao desmembramento da empresa e recordaram as situações de atraso e injustiça alimentadas pela situação que antecedeu a criação da EDP.

Na conferência de imprensa foi ainda revelado que confirmaram já a sua participação na iniciativa de dia 27, o general Vasco Gonçalves (primeiro-ministro na altura da nacionalização do sector eléctrico), os membros do «tribunal» (Dr. Manuel Rodrigues, Dr. Gabriel Figueiras e Dr.ª Zulmira Neves), vários membros do «júri» (Manuel Carvalho da Silva, que presidirá em representação da CGTP, o Dr. Mário Frota, representantes da Associação Nacional

de Freguesias, da Confederação Nacional da Agricultura, das organizações de trabalhadores da EDP e da CT da Quimigal, empresa que passou já por um processo semelhante ao que o Governo pretende aplicar na EDP). A federação anunciou que divulgará na próxima segunda-feira outras respostas afirmativas aos convites que endereçou a entidades e personalidades ligadas aos problemas que vão estar em debate no «tribunal».

Os princípios

A EDP - recorda-se no documento distribuído pela FSTIEP aos jornalistas e de que publicamos de seguida alguns extractos - foi criada em 1976 em resultado da

Como era antes da nacionalização

Antes da nacionalização a produção e o transporte de energia eléctrica eram quase totalmente garantidos por uma empresa: a Companhia Portuguesa de Electricidade.

A distribuição estava a cargo, em termos gerais, de:

- 160 entidades distribuidoras: 61 empresas privadas e 99 empresas públicas, das quais 95 eram autárquicas, sendo 16 Juntas de Freguesia, 70 Câmaras Municipais e 9 Federações de Municípios;

- pequenos domínios territoriais de actuação (69 entidades públicas e privadas de âmbito inferior ao concelho).

A tarifa praticada variava ao longo do País de acordo com o grau de desenvolvimento das regiões servidas, indo os preços médios de venda de \$62/KWh (grandes centros urbanos, nomeadamente Lisboa e Porto), até 3\$08/KWh (nas

regiões com menor grau de desenvolvimento).

Muitas daquelas entidades apresentavam saldos negativos. Eram igualmente patentes as faltas de capacidade de investimento e conservação das redes, bem como a falta de formação tecnológica e em muitos casos o subdimensionamento das equipas de pessoal.

As relações de trabalho e a contratação colectiva apresentavam tal diversidade que conduziam a uma grande disparidade de situações salariais e sociais para os trabalhadores do sector.

A população não servida, em resultado da situação referida, atingia cerca de um milhão e meio de habitantes, mais de 30 anos depois de publicada a chamada Lei de Electrificação Nacional.

(Extractos do documento-base do «tribunal de opinião pública» sobre a EDP)

fusão das 14 principais empresas do sector eléctrico, tendo posteriormente sido integrada toda a pequena distribuição que estava a cargo das autarquias. (Esta integração demorou mais de uma dezena de anos, o que naturalmente trouxe consequências perturbadoras quanto à organização e estruturação da EDP.)

A constituição da EDP não resultou apenas das transformações económicas e sociais advenientes do 25 de Abril. Já anteriormente (1970) a evolução natural tinha levado à concentração da produção e do transporte, com a constituição da Companhia Portuguesa de Electricidade, e desenvolvia-se a opinião favorável a um redimensionamento na distribuição em sentido semelhante (Eng.º Paulo Barros e Eng.º Rogério Martins, no Governo de Marcello Caetano).

A electricidade é um bem (de consumo e produção) essencial; o sistema eléctrico nacional é, em consequência, uma infra-estrutura básica da economia nacional. Deverá pois ser explorado como um serviço público, não adoptando critérios de maximização do lucro, mas sim de minimização de custos de produção; será um meio de contribuir para a competitividade da economia nacional a nível global.

A realidade da integração na CE exige a capacidade de poderem aproveitar-se factores positivos, mas igualmente capacidade de evitar desvantagens para o País ou acrescidas dependências. Será indispensável um poder negocial forte para, no contexto comunitário e no contexto internacional em geral, defender os interesses nacionais no que concerne ao sistema energético em geral e ao sistema eléctrico em particular.

O sector público deve ter um peso determinante no sector eléctrico, para salvaguarda dos interesses do País e como meio essencial para combater assimetrias regionais ainda fortemente existentes, permitindo ainda uma permanente actualização de um Plano Energético Nacional.

A política laranja

Os governos de Cavaco Silva e as administrações da EDP por eles nomeadas têm conduzido desde 1988 (apenas por motivos políticos e ao contrário do que se faz na maioria dos países da própria Comunidade Europeia) uma política que põe em causa o sector eléctrico nacional e prejudica seriamente os consumidores e os trabalhadores da EDP.

O Governo PSD e a administração não pretendem, ao contrário da FSTIEP e da generalidade dos trabalhadores da empresa, uma EDP reestruturada, moderna, eficaz e rentável, dotada de meios técnicos, materiais e humanos capazes de corresponder às necessidades do serviço público a prestar.

Toda a sua acção tem sido virada para desmembrar a EDP, enfraquecê-la e entregar de mão beijada ao capital privado as áreas mais rentáveis. Pelos efeitos que já estão à vista e pelo que se conhece de experiências semelhantes noutros países, isto terá como consequência uma degradação da qualidade de serviço, o aumento das tarifas e um ataque ainda mais cerrado contra os direitos dos trabalhadores.

Nestes cinco anos, já foram destruídos mais de 5 mil postos de trabalho, mas continuam as pressões para a redução do emprego.

A mão-de-obra da empresa é subaproveitada, mas continuam a entregar a empreiteiros trabalhos para que estes não estejam preparados.

Gastam muito dinheiro em publicidade e «telefones verdes» para iludir os consumidores, mas encerram agências e postos de atendimento.

Cimeira alarga influência da NATO

■ Domingos Lopes

A recente Cimeira da NATO que se realizou em Bruxelas em 10/11.01.94 aprovou importantes decisões que marcarão as políticas de defesa e segurança dos países membros da organização.

Antes de uma breve análise das decisões da Cimeira, seja permitido um pequeno preâmbulo.

A NATO quando se criou em 1949 teve como grande justificação conter o comunismo. Mas em vez de afirmar abertamente aquele objectivo, declarava ser uma aliança para a defesa da democracia. Esse objectivo não passava de um pretexto. Desde o primeiro momento (1949) que Portugal com Salazar ao leme fazia parte da Aliança. Mais tarde os coronéis gregos. E depois a Turquia. A NATO visava e visa dar corpo no terreno político-militar à existência e consolidação do sistema capitalista. O papel dos EUA tem sido neste contexto hegemónico. As suas tropas estacionadas na Europa tinham e têm como missão defender o chamado «mundo livre».

Ora, liquidado o Tratado de Varsóvia (constituído anos depois da fundação da NATO), deixa de fazer sentido a existência da NATO, se o seu objectivo fosse o que os seus dirigentes diziam ser ... ou seja, impedir o progresso do comunismo, tanto mais quanto a URSS enquanto tal desapareceu da cena política. Mas a NATO visava e visa defender a ordem capitalista e por isso não só não desapareceu, como veremos pelas decisões desta Cimeira que alargou o seu campo de acção.

Voltando à Cimeira, deixaremos de modo sucinto algumas notas que nos parecem ser as mais importantes.

Primeira: em torno da NATO, da presença dos EUA na Europa e da criação de uma força militar europeia o chamado pilar europeu centrado na UEO têm sido escritas muitas teorias e muito se tem especulado acerca das contradições entre o bloco americano e o bloco europeu.

A Cimeira, porém, revelou que o imperialismo no seu conjunto encontrou modos de «regular» a questão.

A NATO apoia a criação de uma política de defesa europeia comum compatível com a Aliança Atlântica ... «A emergência de uma identidade europeia de segurança e defesa constituirá o pilar europeu da NATO reforçando o elo transatlântico, e permitirá aos aliados europeus assumir uma maior responsabilidade na sua segurança e defesa comuns. A NATO e a União Europeia têm interesses estratégicos comuns ... (sublinhado nosso) no ponto nº 4 do documento aprovado na Cimeira.

Parece não restarem dúvidas que nesta Cimeira sai reforçado o carácter de bloco político-militar do capitalismo norte-americano e europeu. Podendo haver contradições que se não devem deixar de ter em conta, a Cimeira mostrou que o imperialismo foi capaz de as secundarizar e encontrar uma linha de acção. Neste quadro, a NATO criará destacamentos de acções rápidas cedidos para a UEO para as suas missões próprias, os quais poderão intervir fora do âmbito da NATO, não sendo separáveis das estruturas da Aliança de acordo com a letra e espírito das decisões contidas no ponto nº6 do documento aprovado.

E passamos assim à segunda nota. A Cimeira alarga a influência da NATO para além da área dos seus países membros. Propõe à Hungria, à República Checa, à Eslováquia e Polónia uma parceria que os poderá eventualmente levar à integração da NATO, deixando assim a Rússia quase cercada por este novo alargamento, embora no documento haja uma referência a uma eventual futura colaboração com a Rússia.

A NATO alarga o seu raio de acção e, para além disso, cria forças rápidas para intervir fora do seu raio de acção.

É assim que a Cimeira, Bill Clinton e outros se referem à possibilidade da NATO ser utilizada para fazer cumprir pela força das armas decisões do Conselho de Segurança da ONU, o que subverterá a essência da Carta das Nações Unidas enquanto fonte de direito internacional.

Também no terreno europeu prossegue a instrumentalização da CSCE e do espírito com que foi criada, sendo de sublinhar as afirmações incertas no ponto nº7 do documento aprovado.

A NATO é uma organização político-militar dos países ocidentais ao serviço da política das grandes potências capitalistas (EUA, Alemanha, França e Grã-Bretanha...). Esta aliança nunca poderá aplicar imparcialmente qualquer decisão do Conselho de Segurança da ONU. Basta atentar no caso da Jugoslávia: a Alemanha, responsável pela desintegração da Jugoslávia e membro da NATO, aliada de sempre da Croácia, poderia ser imparcial? Desde quando alguém que é parte interessada num processo pode ser imparcial?

As decisões desta Cimeira da NATO apontam para uma NATO mais empenhada na defesa da nova ordem mundial, ponto de encontro e coordenação dos dois grandes blocos políticos e económicos, os EUA e a CEE.

Passagem do ano em Cuba (conclusão)

■ Miguel Urbano Rodrigues

Marcas do que é eterno

Ao desembarcar em Havana nas vésperas de Natal sabia que iria encontrar grandes mudanças na organização da vida, com incidência na paisagem humana da grande cidade.

Ferida pelo mais longo bloqueio da história, Cuba, para sobreviver como terra socialista, foi forçada a adoptar medidas que noutras circunstâncias não teriam sido aplicadas. A mais polémica foi a despenalização da posse de divisas, que permitiu ao Estado captar centenas de milhões de dólares que circulavam ilegalmente no País. Esse dinheiro era indispensável para a importação de alimentos e outros bens essenciais.

A opção teve, naturalmente, um custo social. Pesado. Além de gerar situações de desigualdade, abriu espaços à acção de camadas sociais marginais. O afluxo anual de meio milhão de turistas foi outro factor que favoreceu as actividades dessa gente.

A livre circulação de moeda estrangeira estimulou o pequeno sector parasitário da sociedade cubana. Não é fácil traçar-lhe o perfil e avaliar a sua dimensão porque não se assemelha a outros existentes na América Latina. Em Cuba, a Revolução eliminou o analfabetismo; na Ilha não há uma família sem tecto e o acesso às estruturas da Saúde é totalmente gratuito. Não há, porém, sociedade que não produza marginais e ociosos, por mais humanizada que nela seja a organização da vida. O turismo, aliás, contribuiu para o aumento da prostituição. Esta, entretanto, não constitui o fenómeno mais preocupante como fonte de delinquência. As prostitutas de três ou quatro grandes hotéis de Moscovo facturam, aliás, mais dólares do que as suas colegas de toda a Ilha de Cuba...



O mercado negro

A pequena franja de ociosos e especuladores aproveita as oportunidades que a livre circulação do dólar lhes oferece de ganhar dinheiro sem trabalhar.

O naipe dos participantes em transacções ilegais é diversificado. Até abrange adolescentes que antes pediam ao turista uma esferográfica ou pastilhas elásticas e agora falam em dólares quando se lhe dirigem. O artesanato ambulante também contribui para a utilização irregular das divisas que capta.

Uma parcela ponderável das gorjetas oferecidas pelos estrangeiros é utilizada em benefício próprio, embora sejam numerosos os colectivos hoteleiros que as destinam a frentes de trabalho sem acesso a divisas.

Os efeitos mais nocivos da despenalização da posse de moeda estrangeira resultam, porém, da actividade dos especuladores que vendem no mercado negro, a preços altíssimos, produtos que adquirem a troco de dólares nas lojas criadas para esse fim.

Não havia alternativa. A captação pelo Tesouro dos dólares que circulavam ilegalmente permitiu satisfazer necessidades fundamentais num país com fome de pão, carne, petróleo e matérias-primas indispensáveis à indústria.

O choque social provocado pela despenalização foi, contudo, grande. Os mecanismos da distribuição e posse do dinheiro nacional foram alterados pelo funcionamento do mercado negro. O Estado não tem ainda uma ideia precisa sobre o volume da concentração ilícita de pesos provocada pela engrenagem do mercado negro.

A prestação de serviços individuais também gerou situações complexas. O trabalho de um electricista ou de um técnico em electrónica pode custar o equivalente a muitas semanas de trabalho.

A CIA, obviamente, aproveita gulosamente as oportunidades que a abertura da fronteira lhe oferece; agentes seus podem agora viajar como turistas pelo país. É impossível proceder a uma avaliação aproximada do papel hoje desempenhado em Cuba pelos serviços de inteligência dos EUA no aumento da delinquência, mas é certamente importante.

Havana continua a ser a capital mais segura da Améri-

ca, talvez a única onde se pode ainda passear de noite sem risco de um assalto à mão armada. Mas o número de carteiristas aumentou muito e os roubos tornaram-se mais frequentes.

No Verão passado, coincidindo com o período de maior escassez de combustível, quando ocorreram repetidos e prolongados *apagones* não programados, grupos de jovens delinquentes – chamaram-lhes *pandillas* – praticaram em alguns bairros actos de vandalismo que suscitaram indignação popular. Um desses bandos juvenis assaltou um autocarro para roubar sapatos e roupas dos passageiros.

Uma das vítimas, que resistiu, acabou por morrer atropelada, após brutal agressão. As penas foram duras e o chefe do grupo, que era adulto, foi fuzilado. Acabaram logo as *pandillas*.

Exploradas pela imprensa sensacionalista europeia e norte-americana, situações como essa impressionam. Os que as aproveitam para críticas generalizadas contra Cuba não dizem que Havana é a capital com mais baixo índice de criminalidade no Continente americano. Omitem que a morte de um jovem pela *pandilla* citada emocionou o país e foi tema de debate nos milhares de Comitês de Defesa da Revolução existentes.

Carências acumuladas

Os efeitos do bloqueio manifestam-se pesadamente na vida quotidiana. As famílias cubanas fazem frente a difi-

culdades cada vez maiores em três sectores fundamentais da existência: a alimentação, o vestuário e o transporte.

Não vi gente esfarrapada nem faminta. Mas os cubanos, para se apresentarem com decência, esvaziaram os velhos guarda-roupas familiares e as donas-de-casa têm de realizar prodígios de imaginação para tornarem comestíveis refeições em que a soja substituiu a carne e a banana é o sucedâneo da batata e de outros tubérculos.

As gorduras vegetais e animais passaram a ser bens preciosos, tal como o sabão. Nas festas de Dezembro um pacote de sabonetes ou uma garrafinha de óleo eram os mais desejados presentes que um visitante estrangeiro podia oferecer a gente amiga.

Não se infira daí que a dureza do racionamento se reflectiu no estado sanitário da população. O povo de Cuba continua a ser um dos mais saudáveis do mundo. Não obstante os apertos do período especial, o índice de mortalidade infantil baixou em 1993, caindo para 10,2 por mil, inferior ao de Portugal. Em alguns municípios das províncias orientais nem uma só mãe morreu em consequência de partos.

O cerco tornou-se mais difícil (e cara) a obtenção de matérias-primas para a indústria farmacêutica da Ilha. Mas nem os rigores da Lei Torricelli impediram que Cuba, graças ao trabalho dos seus cientistas, sobretudo no campo da biogenética, exportasse para dezenas de países meia dúzia de medicamentos que são produzidos exclusivamente nos seus laboratórios, com o famoso PPG-5 (de comprovada eficácia no combate ao colesterol) e as vacinas contra a Hepatite B e a meningite. O País arrecadou mais de 100 milhões de dólares com essas exportações e o tratamento nos seus hospitais de cidadãos estrangeiros que recorreram à ciência médica cubana.

O pesadelo dos transportes

De todas as provações que atingem o povo de Cuba a mais dolorosa, em Havana, é a resultante da escassez de transportes públicos. Numa cidade com perto de 2,5 milhões de habitantes, sem metro, com o dobro da área de Lisboa, o serviço de autocarros somente pode proporcionar hoje um quarto da oferta de carreiras e viagens que realizava há quatro anos. Não há combustível nem carros. Da antiga frota, de fabrico húngaro, restam umas dezenas de velhíssimos cha-





vecos que rolam graças à criatividade e esforço dos mecânicos cubanos. Os novos autocarros, poucos, constituem um conjunto heterogéneo. São fruto da solidariedade internacional. Vieram de Espanha, do Canadá, da Itália.

Apesar de todos os ajustamentos e transferências realizados com o objectivo de aproximar os trabalhadores do lugar onde exercem a sua actividade, a grande maioria tem de percorrer diariamente distâncias consideráveis. Em Havana, o total de bicicletas ronda actualmente o milhão; somente

na China a sua densidade é maior no tecido urbano. Mas centenas de milhares de trabalhadores, sobretudo os mais idosos, dependem dos transportes públicos. E o desgaste físico e psíquico das longas esperas nas paragens é enorme. Aguentar aquele flagelo diário exige nervos de aço.

Muita gente levanta-se de madrugada para chegar a horas ao trabalho; o regresso, à tarde, costuma ser ainda pior. Para os que residem nos arredores (não há comboios para os subúrbios) os problemas aumentam. Muitos renunciam ao cinema ou aos espectáculos desportivos, no domingo, com temor de uma volta a pé para casa... No fim-de-semana o número de autocarros em circulação é ainda menor.

Guardo na memória o relato de um professor universitário, especialista eminente em ciências políticas. Escutei-o durante um daqueles jantares cubanos, inimigo das naveis para o português pela contradição entre a alegria da atmosfera familiar e a pobreza da ementa.

A mulher faz parte do Governo e desloca-se para o Ministério no carro oficial. Ele tem de recorrer aos transportes públicos. O seu horário no instituto onde trabalha como investigador vai das 8 às 15 horas (porque ali não há cantina).

Reside num subúrbio tão distante do centro como Caixas do Terreiro do Paço.

«Para apanhar o *guagua* (autocarro, na gíria cubana) levanto-me pouco depois das cinco» — são suas as palavras — «Em certos dias passam dois ou três tão apinhados que nem param. De tarde, repete-se a espera nas bichas. Recentemente, ao voltar, esperei tanto que desisti e caminhei uns dois quilómetros em busca de outra linha. Nada. Andei mais uma dez quadras na esperança de ter mais sorte, mudando de trajecto. Passou outra hora e nada».

Perguntei-lhe o que sentia.
«É difícil responder-lhe. Mas era uma sensação próxima da angústia...» E, contudo, terminou a história a sorrir: «O *guagua* acabou por aparecer; aparece sempre. É preciso ter paciência...»

Enquanto o ouvia, imaginava Bill Clinton, maquilhado a preceito, a debitar asneiras maldosas sobre Cuba, com displicência, durante uma conferência de imprensa em Washington. E um sentimento de raiva alentejana subiu em mim, com força.

Evoco o episódio porque ilumina bem o quotidiano de uma parte da população de Havana. O calvário dos transportes na capital condiciona a vida, endurece-a extraordinariamente. O povo, porém, assume-o como parcela do



custo da resistência ao bloqueio, inseparável da defesa da Revolução.

As cooperativas agrícolas

Em San Antonio de los Baños, um município da Província de Havana, visitei uma Unidade Básica de Produção Cooperativa (UBPC), a 5 de Septiembre.

É uma pequena cooperativa de 140 hectares onde um pequeno colectivo cultiva tabaco de alta qualidade destinada à exportação e produz verduras e carne para o auto-abastecimento. Nasceu, como outras vizinhas, do desmembramento de uma grande herdade estatal que era deficitária.

Conversámos durante horas. Primeiro à volta de uma mesa, depois passeando pelos campos. Eles sentem que

lhes cabe um papel insubstituível como arquitectos e operários de uma nova reforma agrária. Não os assusta a grande expectativa criada no país em torno das UBPC. O povo acredita que o modo de produção cooperativo pode trazer uma contribuição decisiva para a superação das dificuldades actuais e levar a agricultura a dar um salto quantitativo e qualitativo.

A 5 de Septiembre está na batalha da produção como brigada de um exército sem armas. O entusiasmo da sua gente poderá parecer estranho, até absurdo, a certo tipo de observadores estrangeiros. A mim comoveu-me o modo como aque-

le punhado de trabalhadores relatava a sua experiência, manifestando uma convicção profunda no êxito da mesma. Com que amor falavam da arte do cultivo do tabaco, dos segredos da rega nas plantações cobertas de toldos, com que orgulho me mostraram os seus porcos, as suas ovelhas, as primeiras hortas por eles criadas.

Cada cooperante recebe apenas 10 pesos diários, como antecipação, se cumprir a norma fixada e um prémio se a exceder. No final da safra, se houver lucros, metade será distribuída pelo colectivo e a outra metade irá para o fundo de investimentos e o fundo sociocultural.

Ali, naquela UBPC de San Antonio de los Baños, ninguém pensa em dólares.

Por terras de Holguin

Em Holguin — a província natal de Fidel, a uns oitocentos quilómetros de Havana — fui encontrar um ambiente de trabalho similar ao de San Antonio de los Baños. Passei naquela região do Oriente a última semana do ano.

Fora da capital, o forasteiro capta melhor o *milagre* — insisto na palavra porque Cuba não pode ser entendida à luz da lógica cartesiana — da resistência do povo ao bloqueio. A componente épica da Revolução ganha transparência e coisas aparentemente impossíveis adquirem os contornos do real.

Logo à chegada, há ausências no espectáculo da vida que chamam a atenção. Nas Províncias, o mercado negro e a presença de marginais e prostitutas têm reduzida expressão.

Em Holguin (a cidade não atinge os 300 000 habitantes) o filme do quotidiano tem como protagonista uma população voltada para o trabalho e a produção, num quadro difícil de imaginar nas desumanizadas sociedades industrializadas do ocidente capitalista.

Nas quatro fábricas que visitei não foram as máquinas que me impressionaram. A admiração brotou em mim dialeticamente do contraste entre a penúria dos recursos e os resultados que aquela gente consegue obter. Na minha longa vida de caminheiro por terras diferentíssimas não havia mantido contacto com colectivos de trabalhadores comparáveis aqueles com quem passei horas tão incomuns nas jornadas do final de 1993. Mas recordo já o que eles me disseram sobre a tecnologia dos cortadores de cana, sobre os fornos de cerâmica branca ou sobre a produção de motores e o fabrico da cerveja. Mas sei que nas minhas lentas, saborosas e inesquecíveis conversas com os trabalhadores de Holguin, gente maravilhosa que não voltarei a encontrar, aprendi coisas que livro algum pode ensinar.

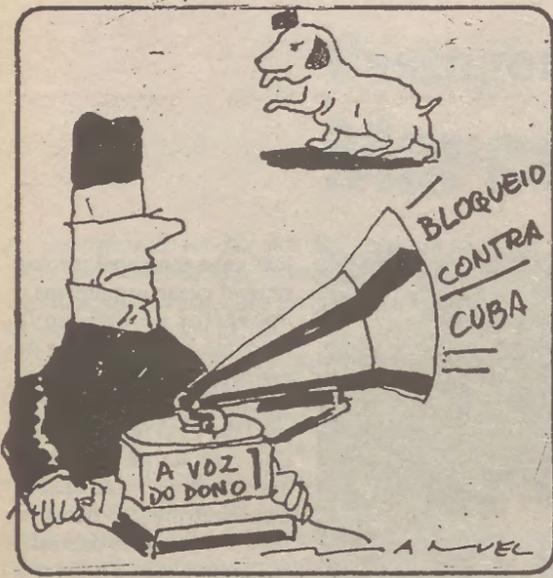
Para mim, motores construídos em países diferentes podem ser fisicamente iguais, quase gémeos. Como semelhante será uma cortadora de arroz produzida na Europa ou em Holguin. Por isso mesmo, a citação das notas e números que registei seria de escassa utilidade. São elementos frios, embora importantes. Não é através da estatística que se pode transmitir o que em Cuba é único, irrepitível.

O segredo cubano está nos homens e mulheres que produzem as máquinas e as mercadorias, na atitude, no comportamento social e mundividência dos construtores.

Gostaria de poder expressar com clareza mínima o que senti em Holguin, mas nem sequer ensaio a tentativa por ter consciência de que o resultado seria sempre insatisfatório. Sentir não é descrever; por vezes a fronteira entre a sensação e a palavra que procura expressá-la é inultrapassável.

Recordo uma manhã quente e ensolarada. Eu tinha os





pés afundados no capim, contemplava a barragem do Limoncito, concluída em tempo recorde (pouco mais de um ano). É uma albufeira pequenina com capacidade para 7,2 milhões de metros cúbicos, destinada ao regadio de bananais pelo sistema de *micro-jet*. A sua concretização em Holguin, no período especial, com o cimento racionado, quase sem ferro, sem gásóleo para as máquinas, foi obra, paradoxalmente, tão gigantesca que me fez pensar nas pirâmides egípcias de Giseh e na porta babilónica de Ishtar. A água desce por gravidade. Mas o desnível entre a barragem e o ponto de chegada é mínimo, pouco superior a um metro. Contaram-me que, no dia da abertura do canal, os trabalhadores acompanharam a primeira água, em direcção ao reservatório da distribuição, caminhando ao lado dela, vagarosamente, durante quilómetros. Alguns choravam.

Ao escutar esses relatos sentia precisamente aquilo que não é convertível em imagens. De repente ganhava dentro de mim força de evidência e conteúdo de passagens de discursos de Fidel que fazem sorrir europeus cépticos e constituem charadas para pessoas que vão deixar memória esfumada na história, como o actual presidente dos EUA.

Recordo de Holguin os *oligopónicos* verdes, hortas originais instaladas em tabuleiros de terra artificial onde cada empresa, cada conselho popular produz legumes para o povo.

Recordo os quintais e baldios onde os moradores criam coelhos e galinhas, até porcos e ovelhas...

Recordo a alegria dos trabalhadores da fábrica de motores eléctricos, construída com a cooperação técnica da China. Quando ali estive acabavam de concluir o primeiro motor, uma máquina pequena de potência ínfima. Irradiavam felicidade e trocavam abraços com os companheiros chineses. Para a Ilha cercada, para a província, aquele insignificante motor exigiu uma conjugação de esforços mais complexa e difícil do que a necessária nos EUA para o lançamento de uma estação espacial em Cabo Canaveral...

Recordo também – e fico por aqui nas lembranças – que emudeci quando na manhã luminosa do Ano Novo descobri Guardalavaca, numa curva da estrada. Apesar dos rigores do bloqueio e das carências generalizadas foi possível em menos de dois anos erguer ali um complexo turístico que satisfaz as exigências da clientela europeia e canadiana.

Foi a poucos quilómetros de distância que Cristóvão Colombo tocou pela primeira vez terra cubana. O areal branco de Guardalavaca e a transparência das águas facilitam o entendimento do fascínio do almirante genovês. Não exagerou ao falar de paraíso terrestre.

No dia 1 de Janeiro, Guardalavaca estava cheia de turistas austríacos e alemães. Registei o desabafo de um casal de Colónia, em lua-de-mel: «Como é possível mentir tanto no nosso país sobre este povo?»

*
* * *

Ao desembarcar em Lisboa, vindo de Havana, ouvi com frequência a pergunta sacramental: «Então aquilo está no fim?»

Respondi aos cépticos que, afinal, «aquilo está no começo». Não encontrei resposta mais adequada.

O futuro imediato e mediato de Cuba é imprevisível. Mas a Revolução Cubana (cujas raízes mergulham nas lutas da geração de Gespedes continuada pela de Maceo, Agramont e Martí) tornou-se já capítulo da história profunda da América e da Humanidade.

Em Havana, ao dirigir-me a camaradas e amigos do Instituto Cubano de Amizade entre os Povos, fiz a defesa dos amantes da utopia e lembrei que a história avança sempre com os desafios vitoriosos ao impossível. Eles são os milagres pagãos, os únicos milagres concretizáveis, aqueles que permitem aos povos ir mais longe e aos homens atingir os limites da sua condição.

Como herói colectivo, o povo cubano é sujeito de uma revolução cujo caminhar deixou já as marcas do que é eterno.

Inimigos, precisam-se

■ Manoel de Lencastre

Nos principais centros do capitalismo, as pessoas parece terem-se habituado a existir entre as ruínas provocadas pela crise económica. «This is a recession» (!) dizem. A expressão serve para explicar quase tudo, mas toda a gente sabe que a vida nunca mais voltará a ser como era. Os anos do poder de Margaret Thatcher, em Inglaterra, reconhece-se que não passaram de um tempo de loucuras. E muitos entre os que, ontem ainda, a adoravam, proclamam, agora: «A mulher, afinal, não tinha os cinco alqueires bem medidos.»

Privatizações? A palavra já causa náuseas. Mas quase nada existe que possa, ainda, ser privatizada. A vida económica desregulamentou-se. Os tempos são de total confusão. Povo, sobe e desce a Oxford Street. Indecisamente. Tudo parece estar à espera de acontecimentos imprevisíveis que se sentem na própria atmosfera, no horizonte, na maneira como as coisas se processam, mas não se sabe o que é. O funcionário Major quer privatizar a última jóia das indústrias a que, antigamente, se dava o nome de nacionalizadas: os comboios e as próprias estações ferroviárias. Quem quer ficar-lhe com os caminhos-de-ferro? Talvez encontre compradores para a exploração das linhas que ligam Londres a Edimburgo, a Glasgow, a Bristol. Talvez... mas não há capitalistas para mais do que isso. Quem vai comprar os comboios que vão para Liverpool ou para Manchester? Ninguém.

Os governos, entretanto, continuam a inventar processos de contar o número de desempregados por forma a que o mesmo dê a impressão de que vai diminuindo, deixando a ilusão de que, um dia, desaparecerá. É a recuperação que se encontra em plena marcha. Mas os factos falam por si. Eis alguns números mais do desemprego:

7. A Companhia de Telefones de San Francisco (USA), «Pacific Tele-sis», uma das subsidiárias da «Bell», vai eliminar 10 000 empregos;

8. A B. P. (British Petroleum) vai encerrar uma das suas fábricas de produtos químicos, no País de Gales, e despedir, consequentemente, mais 600 trabalhadores;

9. O grande Banco inglês, National Westminster, disse que vai despedir mais 4200 empregados. A este respeito, o Sindicato dos Bancários de Inglaterra reagiu, energicamente, declarando que a recessão já provocou a eliminação dos empregos de mais de 100 000 pessoas, só no sector financeiro. O Barclays Bank, activo em Portugal, despediu mais 3000 funcionários, na Grã-Bretanha;

10. Os supermercados «Costco» despediram 1/3 do seu pessoal. E uma das funcionárias atingidas, disse: «Trataram-nos como se fôssemos lixo. Alguns de nós tínhamos vindo para aqui trabalhar com esperança em boas perspectivas futuras, mas os chefes chamaram-nos, uma a uma, para nos darem a fatal notícia. Serviram-se de nós durante o período do Natal mas agora, quando as vendas baixaram, mandam-nos embora.»

Para manter-se à tona de água, o sistema corta em todas as direcções. O Serviço Nacional de Saúde britâ-



1. A Shell (Inglaterra-Holanda) anunciou que vai despedir 20 000 funcionários (30% de todo o seu pessoal), na expectativa de não virem a ser conseguidos os objectivos financeiros orçamentados;

2. A «Philip Morris» (Tabacos-USA) vai fechar 40 fábricas e despedir 14 000 dos seus trabalhadores;

3. A «Xerox» (USA), que já despedira 2500 funcionários, há dois anos, acaba de informar que despedirá em breve outros 10 000;

4. A «R. J. R. Nabisco» (Alimentação e Tabacos-USA) eliminou 6000 postos de trabalho em todo o Grupo;

5. A «British Gas» acaba de anunciar o despedimento de 20 000 dos seus empregados; por seu lado, a «British Coal» (carvão) abriu o Ano Novo com a demissão de mais 3000 mineiros;

6. A E. C. (European Commission) informou que as indústrias siderúrgicas despedirão, em 1994, nada menos de 33 000 operários;

nico, por exemplo, suprimiu mais de 10 600 camas nos hospitais do país. A hidra do capitalismo força a sua própria sobrevivência, já com desespero. E os povos sofrem. Que resultados serão de esperar do enorme combate global a que estamos começando a assistir? O mundo, repetimos, não voltará a ser o mesmo. É por saberem isso, perfeitamente, que os imperialistas sentem saudades, profundas saudades, dos tempos famosos da guerra-fria que eles próprios inventaram.

Inacreditável

O tribunal criminal do «Old Bailey», tendo procedido ao julgamento do cidadão britânico Michael John Smith, durante nove semanas, condenou-o, no passado dia 18 de Novembro, à pena de 25 anos de prisão pelo crime de haver passado certas informações de sentido militar à antiga, extinta, mas para sempre eterna União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

Engenheiro electrónico, 45 anos de idade, Mr. Smith enfrentou, no banco dos réus, três acusações de, segundo a Coroa, haver traído o «Official Secrets Act» (Lei dos Segredos do Estado) através da divulgação de informações e materiais pertencentes ao «Centro de Investigação Científica Hirst», a favor da União Soviética. Mas



os crimes em questão nunca foram convincentemente provados apesar de, baseado nos depoimentos de algumas testemunhas, ter o Tribunal podido declarar que Michael John fora agente do KGB. O cidadão inglês negou sempre essa acusação apesar do peso que tanto o juiz como o júri atribuíram às declarações de uma testemunha muito especial que, surpreendentemente, nunca esteve presente durante o julgamento - Viktor Oschenko, uma alta patente do referido KGB que se entregou aos ingleses e disse ter sido ele quem recrutara Smith, em 1970.

Histórias do passado? Histórias de hoje. Histórias de

sempre. Mas, como eram deliciosos, para o imperialismo, os bons velhos tempos da guerra-fria... Hoje, exige-se um inimigo, olha-se em redor do mundo em sua busca, e não se encontra. E o imperialismo, fiel aos seus intentos, furiosamente, grita, à maneira de Richard III, em Bosworth:

«My kingdom! My kingdom for an enemy!» (?)
Toda a gente sabe o que aconteceu a Richard III.

(¹) Isto é uma recessão

(²) O meu reino! O meu reino, por um cavalo!

Emigrantes com problemas (parte VII)

Em Algés, ainda por acabar, achava-se um belo imóvel de quatro andares, que encantou Cipriano Guerreiro. Chegara de Montreal absolutamente decidido a transformar de novo a sua vida e havendo posto à venda o edifício que adquirira numa das transversais do Boulevard de St. Laurent, esperava recuperar o seu dinheiro.

Se comprasse em Algés, na Avenida Dr. António Granjo, alugaria todos os andares do prédio, guardaria para si o rés-do-chão direito, e regressaria, definitivamente, para voltar a viver na sua amada cidade de Lisboa. Mas, por que razão estavam as obras interrompidas? Foi falar com o construtor.

Era no Verão, havia sol a rodos, Lisboa ardia com tanto calor. Meteu-se no barco para Cacilhas. O construtor e alguns dos seus ajudantes aguardavam-no aí, junto a um enorme «Mercedes» preto. Apresentações. Cumprimentos. As explicações foram rápidas.

«Vendo-lhe o prédio, sim senhor» disse Pimentel, um dos mais conhecidos construtores civis nos distritos de Lisboa e de Setúbal. E acrescentou:

«Assinamos o respectivo contrato aqui mesmo, senhor Guerreiro, dentro do meu carro.»

Cipriano sentiu-se surpreendido. Depois, perguntou:

«Mas por que motivo, senhor Pimentel, não está o prédio acabado? Assim, não posso comprar.»

«Homem!», disse o outro «as nossas obras estendem-se por todo o país. Foi-nos necessário desviar materiais, máquinas e pessoal aqui para bem perto, para Paio Pires. O prédio de

Algés, logo se completará em vindo o fim do Verão.»

«Gosto do imóvel e gosto do local», respondeu Cipriano, «mas, assim, não posso comprar.»

Os outros sorriram. Caía a tarde no largo de Cacilhas. Os olhos de Cipriano afogavam-se no imponente rio Tejo. Os «ferrys» no seu matemático vai-e-vem, os velhos cacilheiros apinhados. Como tivera tantas saudades de tudo aquilo...

«Não se trata de comprar já, senhor Guerreiro.»

Sentiu-se brutalmente interrompido nos seus prazeres em ver Lisboa, o espectacular casario branco ali à frente, pela intervenção do construtor que nada sabia da grande cidade, certamente, e só pensaria em obras, em dinheiro, em escrituras, compras e vendas de prédios e mais prédios. Enfrentou-o. Era um fulano pesado, excessivo de maneiras, que dialogava com os braços e as grossas mãos e cuspiu incessantemente. Observou então:

«Estou a vender em Montreal, sabe, para poder libertar um bocado de dinheiro e comprar aqui.»

«Ainda bem, senhor Guerreiro», disse o construtor Pimentel «talvez, até, que a sua transacção no Canadá coincide com a nova compra em Portugal. Já estou a ver que o meu amigo percebe disto. Olhe, o sinal é pequeno. Cinco mil contos... o que é isso, para si, afinal...»

E riu-se com todo o peso do seu vasto corpo. Os funcionários riram-se com ele. A Cipriano, brilharam os olhos. Apesar das dificuldades que conhecia no restaurante «A Pérola do Atlântico», ainda era capaz de arranjar cinco

mil contos em qualquer banco canadiano ou mesmo na filial do Pinto & SottoMayor, em Montreal. Ms sentiu uma reacção, em si, que o fez esboçar certa forma de protesto:

«Contratos, senhor Pimentel, não são coisas que se assinem dentro de um automóvel. Vamos a um sítio adequado.»

«Mas perfeitamente», disse o construtor. E voltando-se para os empregados que o rodeavam, disse, enquanto desabotoava o botão do colarinho da camisa para, assim parecia, tomar fôlego:

«Vamos para a Pousada de Palmela. Quero oferecer um bom jantar português, aqui ao meu amigo, o senhor Guerreiro.»

E partiram, Cipriano Guerreiro viu afastarem-se as gradiosas imagens da Lisboa que desaparecia do outro lado do rio. E agora, metido no vasto «Mercedes», era o Canadá que lhe regressava ao pensamento. As intermináveis pradarias do Saskatchewan, onde ganhara o seu dinheiro, a cidade de Montreal, linda e doce, a capela de «Notre Dame du Bon Secours, o velho Montreal, a Basílica e os seus terraços, o Oratório de Saint Joseph fundado pelo irmão André, em 1904, e a Montreal moderna, viva, gaiata, amiga e alegre, cheia de perigos. A quem pertencia a sua alma? A Lisboa? A Montreal e ao Canadá? Dúvidas, hesitações, viviam-lhe no espírito. Mas o construtor Pimentel, na sua voz grosseira, interrompeu-lhe os pensamentos, enquanto do interior de uma pasta retirava certos papéis:

«Está a ver, senhor Cipriano? Estes são os impressos de contratos de promessa que usamos aqui, no nosso Portugal.»



BALADA DO SOLDADO

Realização: Grigori Tchukhrai

Após ter destruído um tanque inimigo, Aliocha obtém seis dias de licença.

O tempo de um salto a casa e de um beijo à mãe. Também o tempo de dramáticos encontros e do nascer de um primeiro amor com a meiga Shura que a guerra cortará de imediato.

Impiedosa visão das misérias da retaguarda recusando heroísmos balofos e acentuando problemas humanos, este trabalho de Grigori Tchukhrai é excelente exemplo da rejeição dos «modelos estalinianos» que tinham imperado no cinema soviético durante mais de duas décadas.

O cineasta atinge aqui um dos pontos altos da sua carreira, justamente galardoado com o «prémio da melhor realização» no Festival de Londres.



SÉRIE FILMES SOVIÉTICOS

- 001 - O COURAÇADO POTEMKINE
- 002 - A MÃE
- 003 - ESCRAVA DO AMOR
- 004 - A BALADA DO SOLDADO
- 005 - AMOR EM TEMPO DE GUERRA
- 006 - A GREVE

Preço Unitário: 3500 escudos
Pacote de 3 filmes: 10 000 escudos

Cinema
de qualidade
em sua casa

Via CTT À cobrança (Zona Grande Lisboa)

Faça os seus pedidos para:

crac serviços, CRL
VIDEO cracfilmes
Apartado 90
Queluz Ocidental
2746 QUELUZ CODEX

Ary dos Santos

Um silêncio de viva voz



Recordar Ary dos Santos - passados dez anos sobre o dia da sua morte - a 18 de Janeiro de 1984, quando meio século se cumpria sobre a memorável data da insurreição da Marinha Grande, uma grande batalha pela liberdade no longo caminho de luta em que Ary integrou a sua vida de poeta - é apenas um pretexto para lembrar a sua voz que dez anos de silêncio ampliam. Em lugar de fazer esquecer.

É que a voz dos poetas não se mede na vibração do som, mesmo que dele fiquem, como é o caso, gravadas as sonoridades dos versos que disse - ou clamou - nas grandes jornadas que Abril abriu.

A voz dos poetas, mesmo se não alcança em vida o coração e a inteligência dos seus contemporâneos, prolonga-se no tempo lançando luz sobre o passado (o presente de quando as palavras foram escritas) e esclarecendo o futuro, se a voz lhe chega para tanto. Feliz o poeta - felizes aqueles que com ele compartilharam o tempo - quando as suas palavras fazem vibrar os ares do seu tempo e se demoram no futuro, prolongando o sentido e o sentimento de quando foram escritas. Foi

o caso de José Carlos Ary dos Santos, cujos versos viveram com a Revolução de Abril, alimentando-se dela e aprofundando-a à maneira dos versos. Não houve jornada - para os que ainda se lembram -, nem luta em que os seus poemas não encontrassem consonância, em que a sua voz se calasse, na glorificação ou na crítica dos passos revolucionários que viveu e a que durante dez anos empenhadamente se ligou. Até ao dia sombrio em que nos deixou, fez dez anos no dia 18 de Janeiro.

Poeta da Revolução de Abril, como certamente ficará recordado, não é porém em Abril que a sua voz começa, nem na Revolução se esgota. Lembrando a sua

obra - e sem presumir uma apreciação literária -, é surpreendente o seu escasso volume em comparação com uma voz tão impressiva. Mas os grandes poetas não se fazem apenas nas arcas que deixam à posteridade, como alguns exemplos a história nos dá - não nos deixou Cesário apenas um estreito volume de poemas que só no futuro vieram a intervir nas vozes de outros poetas?

Pouco mais de dez anos antes de Abril, em 1963, Ary dos Santos publicava o seu primeiro livro, "A Liturgia do Sangue", como recordava há poucos meses Paulo Sucena, num texto que o "Avante!" divulgou e que fora lido numa homenagem ao poeta, em 20 de Novembro do ano passado, e que enumerava:

"Seguiu-se, um ano depois, "Tempo da Lenda das Amendoeiras". Em 1965 saiu "Adereços Endereços" e, a fechar a década "Insofrimento In Sofrimento" (1969) e "Fotos-Grafiás" (1970). Em 1972 edita "Resumo" e em 1975 "As Portas que Abril Abriu". O livro "O Sangue das Palavras", último publicado em vida do poeta, surge a público em 1979. Ou seja, Ary dos Santos já não vê a 2ª edição da antologia da sua obra intitulada "Vinte Anos de Poesia", vinda a público em 1984, nem a de "VIII Sonetos", acompanhados de um texto de apresentação de Manuel Gusmão e de um desenho de Rogério Ribeiro, que as "Edições Avante" editaram no ano da morte do poeta".

E Paulo Sucena, recordando o poeta que "se multiplicava por espectáculos, comícios, encontros, convívios, numa actividade de tal modo empenhada que, por vezes, como que parecia que a revolução se movimentava nas suas próprias palavras", escrevia ainda:

"José Carlos Ary dos Santos transformou-se assim numa espécie de trovador do seu país e do seu povo, cantando a cidade e o campo, os operários e os camponeses, rasgando o peito, como escreveu Natália Correia, para mostrar um coração que sangra pelos infortúnios do mundo. Talvez essa maneira de ser e de estar do poeta justifique alguma raiva que ainda hoje cai sobre o seu nome e o silêncio que sobre ele alguns pretendem fazer descer. Como se se pudesse calar a voz de um poeta que se confundiu com a voz do seu próprio povo!"

Um poeta que, além do mais, tomava partido, dizemos nós. Que hoje, ao recordá-lo, dez anos depois de a sua voz material se ter calado, celebramos com palavras nossas as suas palavras que ficaram a viver sobre o silêncio.

Tomar partido

Tomar partido é irmos à raiz do campo aceso da fraternidade pois a razão dos pobres não se diz mas conquista-se a golpes de vontade.

Cantaremos a força dum país que pode ser a Pátria da verdade e a palavra mais alta que se diz é a linda palavra liberdade.

Tomar partido é sermos como somos é tirarmos de tudo quanto fomos um exemplo um pássaro uma flor

tomar partido é ter inteligência é sabermos em alma e consciência que o Partido que temos é melhor.

*José Carlos Ary dos Santos
13/Fevereiro/1977*

PONTOS CARDEAIS

Gazetilha

A locomotiva que não motiva

Parece que afinal a teoria alemã, que parecia ser tão forte está pela hora da morte parecendo só que forte só parecia.

Parece que desaparece agora o mito do bem-estar que o Capital dá ao povo em geral. Mal a crise aparece o Capital dá o fora...

Era arrogante e viva a tal locomotiva alemã. Com chinfrim entra no túnel e nem uma luzinha se vê lá no fim enfim...

Actualidade

Qual o desejo meu?
Que foi que aconteceu?
Eu não sou, eu não sou um simples plebeu.
Eu cá só vou se for deputado europeu.

Eu, delicado e enxuto, paleio de alto brilho, eu cá de Zeus sou filho. Deputo.

Agora quero o meu. Vou onde for preciso pra ser deputado europeu.

Ideais? Tenham juízo...

Sim, mas com aspas

Com o orçamento ardendo vai-se buscar o Mendo Que se precate bem o povo, pois se não se põe a pau este Mendo arma em mau e já não há remédios pa ninguém.

O pobre, que o governo não socorra. E que sofra. E que morra. Diz Cavaco com o Mendo no serviço:
— Que tenho eu com isso?

Antes de começar o seu trabalho Mendo foi ao vizinho (o Arlindo de Carvalho) e diz erguendo os vícios do baralho:
— Dê-me a bênção, Padrinho!

Cismava então Cavaco com um sorriso de Chico-Esperto, a esvoaçar:
— Mudar não é preciso.
O que é preciso é «mudar»...

A vinha

O barco da funesta economia está prestes a afundar. Angústia, eis só o que há para jantar o pesadelo rasa ou arrasa o dia.

A fome não é só alegoria. O desemprego invade cada lar. E a doença a avançar e a tristeza, uma nuvem de agonia.

E o Guterres com seu olhar de cobra:
— Pois que Cavaco acabe a sua obra...

A ciência popular certa corta na situação daninha:
— É tão ladrão o ladrão que vai à vinha como o que guarda a porta...

■ IGNOTUS SUM



Com esporas, ou sem esporas é sempre o mesmo!

Um caso de saúde

A actuação do ministro Paulo Mendo confirma tudo o que aqui dissemos sobre a sua visão reaccionária da política de saúde e sobre a sua inquietante originalidade. São abundantes as

bancária, sem perguntarmos se é pública ou privada.”

E, claro, ser atendido segundo a dimensão da conta depositada, acrescentamos nós.

Com tudo isto, aumentam os nossos receios de estarmos perante um novo caso de saúde... mental.

Entretanto, vieram a público vários comentadores que explicaram as diferenças entre corrupção activa e corrupção passiva e, no caso desta, haver ou não provas de ter sido consumada.

Agora, surge a condenação pesada do secretário de Estado da Saúde, do segundo Governo de Cavaco Silva, Costa Freire, e a pergunta que todos fazem é esta: e a Ministra da Saúde desse Governo, a actual vice-presidente da Assembleia da República, Leonor Bezeira, que nem sequer se sentou no banco dos réus? Não é ela por lei a responsável por tudo? Caprichos da justiça...

Conversas tardias

Não se sabe por culpa de quem, o programa de Carneiro Jacinto na SIC, “Conversas Curtas”, está a ser atirado para horas cada vez mais tardias, tendência, aliás, de todos os canais em relação àquilo que cheira a debate de ideias e discussão política.

Não é que estas conversas tenham sido, com algumas poucas excepções, particularmente interessantes...

Menos interessante ainda é a irritação do apresentador que, de birra, passou a dar os “bons dias” a todos os convidados que lhe chegam à mão logo que passem uns minutos depois da meia-noite. Os convidados ficam surpreendidos e o espectador que está em sua casa a terminar a custo o serão, mas que ainda dá ao programa o benefício da dúvida, não deixa de ficar incomodado.

Não terá Jacinto outras formas de luta para as suas reivindicações laborais?

O custo da manta

Afinal, Paulo Portas não foi capaz de comprovar em tribunal a acusação, feita há tempos pelo “Independente”, ao Comissário de Portugal na CEE, Deus Pinheiro, de ter roubado uma manta de lã de um avião da TAP, em Nova Iorque.

Ante a ameaça de uma indemnização de 10 ou 15 mil contos, o director do “Independente” acabou por chegar a acordo numa indemnização de 2 mil contos, acompanhada de uma retratação no próximo número do jornal.

Lamentando-se o episódio, em nome da liberdade de imprensa, não se pode deixar de comentar: nunca uma manta foi tão cara, nem que fosse um tapete persa!

Agora, aguarda-se com o maior interesse os argumentos da retratação...

Caprichos da Justiça

Há dias atrás, o país ficou muito surpreendido com a condenação dos responsáveis da EMAUDIO depois do ex-Governador de Macau, Carlos Melancia, ter sido absolvido.



Eu não poderia deixar de nascer, nem por todo o ouro do mundo

declarações e já algumas medidas que ilustram o fundamentalismo privatizador do novo ministro e a posição ultra que sustenta em relação à legenda da direita “quem quer saúde, paga-a”.

A sua apresentação na Assembleia da República ultrapassa, no entanto, o que é permitido num Estado civilizado.

O ministro não foi pedir aos deputados celeridade na aprovação de nova legislação para a saúde ou apoio político e orçamental para as suas medidas, o que seria compreensível. Foi reclamar uma revisão da Constituição.

É evidente que S.Exa. não compreendeu o juramento que fez na tomada de posse. Aquilo a que está obrigado é a cumprir a Constituição que vigora e não a querer adaptar a Constituição da República aos critérios da sua governação. A revisão da Constituição não é com ele enquanto ministro. O que os deputados deviam ter feito era convidá-lo a regressar a penates. Não o fizeram e, dias depois, o ministro deu toda a medida do seu pensamento sobre a privatização dos serviços de saúde ao declarar à RDP: “Devemos ir a um estabelecimento de saúde, como vamos a uma agência



Bem, tratando-se de armas para uma guerra justa, poderemos fazer uns 10% de desconto

frases da Semana

“O regime requer uma situação e uma oposição democrática definidas e assumidas. Por muito que isso atrapalhe a vida de quem sendo situacionista pense não o ser e por muito que a disputa de votos ao centro seja um objectivo tanto do PSD quanto do PS.”

☞ (Victor Cunha Rego - «Diário de Notícias», 13.01.94)

“O PS não deve participar no congresso.”

☞ (José Lamego, membro da direcção do PS - «Independente», 14.01.94)

“Afirmar-se que o PS sozinho não tem condições para vir a ser uma alternativa ao Governo de Cavaco Silva é não perceber, de todo, o resultado das últimas eleições.”

☞ (António Rebelo de Sousa - «Semanário», 15.01.94)

“Vivemos num país republicano, mas cheio de gente com o complexo de rainha.”

☞ (Helena Roseta, membro da C.O. do Congresso «Portugal: que futuro?» - «Público», 13.01.94)

“Posso considerar-me um companheiro de caminho do PSD desde sempre.”

☞ (Francisco Lucas Pires - «Semanário», 15.01.94)

“Stanley Ho não tem interesse nenhum em Cascais.”

☞ (Carlos Monjardino - «Expresso», 14.01.94)

“Desconheço participação maioritária de Conde.”

☞ (Alípio Dias, presidente do CA do Banco Totta & Açores - «O Diabo», 18.01.94)

“Gostava de processar os alemães.”

☞ (Carlos Melancia - «Semanário», 18.01.94)

“Gostava de fazer uma capela para levar os jogadores aos caminhos de Deus.”

☞ (Margarida Prieto, esposa de Manuel Damásio, presidente da Direcção do S.L. Benfica, Caderno «Vida» - «Independente», 14.01.94)

“O álcool consumido moderadamente diminui o perigo de ataques cardíacos.”

☞ (Richard Doll, especialista inglês, Caderno «Vida» - «Independente», 14.01.94)

Reuniões, Plenários e Convívios



CASCAIS

Plenário de militantes do concelho para 1- Discussão da situação financeiro da Organização Concelhia e plano de trabalho neste domínio; 2- Balanço da "Festa do Avante!" 1993 e plano de preparação da Festa 94. Sexta-feira, dia 21, às 21.00, no Centro de Trabalho de Cascais.

Reunião com todos os eleitos da CDU no concelho de Cascais: quarta-feira, dia 26, às 20.30, no Centro de Trabalho de Cascais.

Centro de Trabalho dos Olivais (esta iniciativa foi por lapso anunciada no último "Avante!" para o dia 15 p.p.)

OEIRAS

Plenário da Com. Concelhia com eleitos da freguesia de Algés para organização do plano de trabalho local: hoje, dia 20, às 20.30, no Centro de Trabalho de Algés, com a participação do camarada Jorge Cordeiro

LISBOA

Lanche-convívio das freguesias de S. Domingos de Benfica, Benfica, Carnide. Entrega dos cartões do Partido 1994/95. Sábado, dia 22, às 16.00, no Centro de Trabalho de Benfica.

Lanche-convívio das freguesias de Alvalade, Campo Grande, S. João de Brito, S. João de Deus, S. Sebastião e N.ª Sra. de Fátima para entrega de cartões 1994/95: sábado, dia 22, às 17.00, no Centro de Trabalho Vitória.

Confraternização no CT dos Olivais para entrega de novos cartões: sábado, dia 22, no

SETÚBAL

Reunião da célula da Merloni: hoje, quinta-feira, às 18.00, no Centro de Trabalho de Setúbal.

Reunião da célula da Renault: sábado, dia 22, às 15.00, no Centro de Trabalho de Setúbal.

V. FRANCA DE XIRA

Plenário de militantes para discussão dos resultados eleitorais da CDU e da situação política e social: sexta-feira, dia 21, às 21.30, no Centro de Trabalho de V.Franca de Xira.



Encontro de Quadros da ORGANIZAÇÃO REGIONAL DE LISBOA

O.T.:

Linhas de intervenção do Partido junto dos trabalhadores e das várias camadas da população e as batalhas políticas de 1994

Sábado, dia 29 de Janeiro
das 10 às 18h

Hotel Altis (Sala Europa)
Com **Carlos Carvalhas**

Campanha de assinaturas do «Avante!»

O interesse que se tem colocado na promoção de assinaturas do «Avante!» tornou-se agora uma questão urgente que exige uma resposta muito rápida.

O «Avante!» como publicação periódica beneficiava de uma taxa de porte especial.

Este estatuto foi-lhe retirado com a alegação de que é um jornal partidário, o que triplica o custo do seu envio pelo correio e inviabiliza o presente sistema de assinaturas.

Há, no entanto, uma outra modalidade de expedição suportável (só para o Continente e Regiões Autónomas), mas que exige um *mínimo de mil assinaturas*.

Este número torna-se assim o objectivo de uma campanha de promoção de assinaturas do «Avante!» que deve estar concluída o mais rapidamente possível.

É para o sucesso desta campanha que vimos apelar, seguros do seu importante alcance político e partidário.

Tabela de Assinaturas

Portugal	50 números: 6750\$00
	25 números: 3487\$50

Ficha de assinatura do «Avante!»

A preencher pelo assinante:

Nome _____

Morada _____

Localidade _____ Código Postal _____

Junto envio o cheque/vale do correio nº _____, sobre o banco/Estação de correio _____, dirigido a Editorial «Avante!», Av. Almirante Reis, 90-7º A, 1100 Lisboa, no valor de _____ \$.

A preencher pelo angariador:

Nome (individual ou organização) _____

Morada _____

Localidade _____ Código Postal _____

JOSÉ CARLOS

ARY
DOS SANTOS

**AS PALAVRAS
DAS CANTIGAS**



edições
Avante!

Coordenação e Notas de
Ruben de Carvalho
Prefácio de
Natália Correia

À venda

Preço de capa
1.995\$00

Televisão

Quinta, 20

- 08.00 Bom Dia
09.15 Rua Sésamo
09.35 Os Anos Dourados
10.00 Pela Manhã
11.30 Culinária
12.05 O Sexo dos Anjos
13.00 Jornal da Tarde
13.35 Vizinhos
14.00 Sarilhos com Elas
14.30 Ponto por Ponto
15.20 Três Crimes
(ver «Filmes na TV»)
17.05 O Factor Humano
18.05 Caderno Diário
18.15 Marina, Marina
18.45 Com a Verdade
M'Enganas
19.20 Verão Quente
20.00 Telejornal
20.30 RTP - Financal Times
20.45 O Dono do Mundo
21.40 Isto... Só Vídeo!
22.10 Você Decide
23.10 2000 Malibu Road
24.00 24 Horas
00.40 Chinatown: Assalto Final
(ver «Filmes na TV»)
12.00 Infantil
12.55 O Apelo da Montanha
13.45 Forças Especiais
14.15 Sem Legendas

Sexta, 21

- 08.00 Bom Dia
09.10 Rua Sésamo
09.35 A Escola Assombrada
10.00 Pela Manhã
11.40 Culinária
12.05 O Sexo dos Anjos
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Vizinhos
14.00 Sarilhos com Elas
14.30 Ponto por Ponto
15.05 Major Barbara
(ver «Filmes na TV»)
17.05 Agora Escolha!
18.00 Caderno Diário
18.15 Marina, Marina
18.45 Com a Verdade
M'Enganas
19.20 Verão Quente
20.00 Telejornal
20.45 O Dono do Mundo
22.35 Os Simpsons
23.05 O Refúgio dos Renegados
(ver «Filmes na TV»)
00.35 24 Horas
01.15 Matança em Kansas City
(ver «Filmes na TV»)
12.00 Infantil
12.55 O Apelo da Montanha
13.45 Competições Fantásticas
14.20 Sem Legendas
15.10 Vida Animal

Sábado, 22

- 08.00 Programa Infantil e Juvenil
11.30 Luta Livre Americana
12.30 Isto É Magia
13.00 Notícias
13.10 Top +
14.00 Domingo Gordo
14.15 Blossom
15.30 Um Amor Muito Especial
(ver «Filmes na TV»)
17.30 Emoções Fortes
18.05 Beverly Hills 90210
19.00 Palavra Puxa Palavra
19.45 Totoloto
20.00 Jornal de Sábado
20.30 Despedida de Solteiro
22.00 Os Bonecos da Bola
22.30 Parabéns
23.35 Dinastia Strauss
00.25 Força Delta - Spetnatz
(ver «Filmes na TV»)
09.00 Universidade Aberta
12.00 Tarzan e a Fonte Mágica
(ver «Filmes na TV»)
14.20 The Pixies
15.20 Eerie Indiana
15.45 A Gruta da Rosa Dourada

Domingo, 23

- 08.00 Programa Infantil / Juvenil
12.30 Sem Limites
13.00 Notícias
13.10 Top +
14.00 Domingo Gordo
14.15 Blossom
15.30 A Fera
(ver «Filmes na TV»)
19.15 Dinossauros
19.45 Joker
20.00 Jornal de Domingo
20.30 Casa Cheia
21.00 Despedida de Solteiro
22.00 Os Bonecos da Bola
22.30 O Pequeno Nikita
(ver «Filmes na TV»)
00.10 Clips e Spots
09.00 À Mão de Semear
09.30 Caminhos
10.00 Novos Horizontes
11.00 Missa
12.00 70 x 7
12.30 Forum Musical
13.30 Regiões

Segunda, 24

- 08.00 Bom Dia
09.00 Rua Sésamo
09.35 Os Anos Dourados
10.00 Pela Manhã
11.40 Culinária
12.05 O Sexo dos Anjos
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Vizinhos
14.00 Ponto por Ponto
14.45 Uma Vez, Um Herói
(ver «Filmes na TV»)
16.30 O Bar do Jack
17.25 Marina, Marina
18.00 Caderno Diário
18.10 Isto É Magia
18.40 Com a Verdade
M'Enganas
19.15 Verão Quente
20.00 Telejornal
20.30 RTP - Financal Times
20.45 O Dono do Mundo
21.45 Grande Prémio do Fado - 1ª Eliminatória
23.15 Uma Fenda na Muralha
24.00 Querido John
00.25 24 Horas
01.05 A Metamorfose
(ver «Filmes na TV»)
12.00 Infantil
12.55 O Apelo da Montanha
13.45 Sobreviver
14.20 Sem Legendas
15.15 A Fama no Séc. XX
16.05 As Aventuras de Robin Hood
16.30 O Treinador
17.00 Infantil
18.00 Os Jovens Cowboys
20.45 Magazine «Viver Saúde»

Terça, 25

- 08.00 Bom Dia
09.10 Rua Sésamo
09.35 Os Anos Dourados
10.00 Pela Manhã
11.40 Culinária
12.05 O Sexo dos Anjos
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Vizinhos
14.00 Ponto por Ponto
14.55 A Pirâmide Humana
(ver «Filmes na TV»)
16.30 O Bar do Jack
18.10 Isto É Magia
18.40 Com a Verdade
M'Enganas
19.20 Verão Quente
20.00 Telejornal
20.30 RTP - Financal Times
20.45 O Dono do Mundo
(último episódio)
21.40 Os Inocentes
22.15 Nico d'Obra
22.45 Lace
23.35 Repórteres
00.35 24 Horas
01.15 O Gato e o Canário
(ver «Filmes na TV»)
12.00 Infantil
12.55 O Apelo da Montanha
13.45 O Cérebro, Um Universo Misterioso
14.20 Sem Legendas
15.15 Para Além do Ano 2000
16.05 As Novas Aventuras de Robin Hood
16.30 O Treinador
17.00 Infantil
18.00 Os Jovens Cowboys
18.50 Um, Dó, LÍ, Tá
19.45 Rotações
20.45 Magazine «Viver Saúde»

Quarta, 26

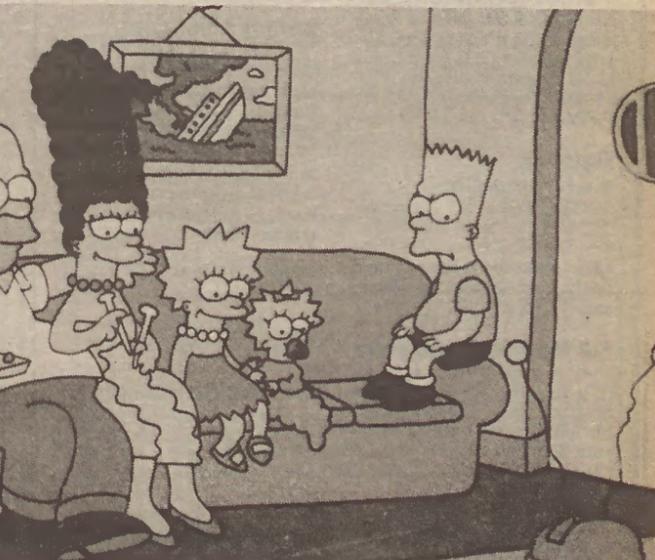
- 08.00 Bom Dia
09.10 Rua Sésamo
09.30 Os Anos Dourados
10.00 Pela Manhã
11.40 Culinária
12.05 O Sexo dos Anjos
13.00 Jornal da Tarde
13.35 Vizinhos
14.00 Ponto por Ponto
14.50 Surf, Rock e Amizade
(ver «Filmes na TV»)
16.30 O Bar do Jack
18.00 Caderno Diário
17.25 Marina, Marina
18.00 Caderno Diário
18.10 Isto É Magia
18.40 Com a Verdade
M'Enganas
19.20 Verão Quente
20.00 Telejornal
20.35 RTP - Financal Times
20.40 Vamos Jogar no Totobola
21.00 Mandala (telenovela brasileira - 1º epis.)
21.45 Sozinhos em Casa
22.20 BZ - Viagem Alucinante
(ver «Filmes na TV»)
00.10 24 Horas
00.50 As Tentações da Carne
(ver «Filmes na TV»)
12.00 Infantil
12.55 O Apelo da Montanha
13.45 Flash Moda
14.20 Sem Legendas
15.10 O Sexo do Cérebro
16.00 As Novas Aventuras de Robin Hood
16.30 O Treinador
17.00 Infantil
17.50 Os Jovens Cowboys



«Emoções fortes»: para rir com um grande actor. Sábado à tarde no Canal 1



O «Bar do Jack» - mais um bar para a colecção dos bares televisivos: «Os Simpsons» em novo horário no Canal 1: à sexta-feira, depois da telenovela



- 15.10 Força Bruta
16.20 As Novas Aventuras de Robin Hood
16.30 O Treinador
16.55 Vamp
17.50 Patinagem Artística
18.55 Um, Dó, LÍ, Tá
19.45 Cuba: «Socialismo ou Morte»
20.45 Sem Limites
21.30 TV2 Jornal
22.00 Financal Times
22.10 Deus nos Acuda
23.10 Você é Excepcional
00.10 Tramas de Seda
01.05 Magazine «Teatro»

- 16.00 As Novas Aventuras de Robin Hood
16.30 O Treinador
16.55 Infantil
17.45 Patinagem Artística
18.50 Um, Dó, LÍ, Tá
19.50 Outras Margens
20.30 Da Pequena Rússia à Ucrânia
21.30 TV2 Jornal
22.00 Financal Times
22.15 Remate
22.20 Deus nos Acuda
23.10 Serões na Província
00.10 A Fonte da Virgem
(ver «Filmes na TV»)
16.30 Notícias
16.40 Assuntos de Família
17.10 Roque Santeiro
18.00 Notícias
18.10 O Resto é Conversa
19.00 Praça Pública
19.30 Notícias
19.40 Renascer
20.45 Jornal da Noite
21.40 Minas e Armadilhas
22.20 Casos de Polícia
23.20 Cuidado com as Aparências
23.55 Último Jornal
00.20 Os Donos da Bola
00.30 Mãos Limpas
01.20 MTV

- 16.40 TV2 Desporto
22.30 Irmãs
23.20 Sexualidades
00.15 O Pintor e a Lavadeira
(ver «Filmes na TV»)
11.30 Programa Infantil/Juvenil
13.15 Portugal Radical
13.30 Classe de 96
14.30 Gigantes em Duelo
(ver «Filmes na TV»)
16.30 PS: Amo-te
17.10 Biografias
18.00 Grandes Planos
18.40 Melrose
19.30 Notícias
19.45 Agosto
20.45 Jornal da Noite
21.30 Encontros Imediatos
22.10 Sábado Mágico
00.15 Último Jornal
00.40 Diários Eróticos
01.10 Água na Boca
02.00 MTV

- 14.30 Viagem Filosófica
15.00 TV2 Desporto
22.55 Artes e Letras: «Egon Shile»
00.30 Vento do Nordeste
(ver «Filmes na TV»)
09.00 Programa Infantil/Juvenil
13.15 Portugal Radical
13.30 National Geographic
14.30 Rapazes de Táxi
(ver «Filmes na TV»)
16.00 Tarzan
16.25 O Santo
17.10 Telefilme: «Os Homens Querem a Paz»
18.10 Labirinto
18.40 Os Imortais
19.30 Notícias
19.45 Agosto
20.45 Jornal da Noite
21.30 Por Mais Alguns Dólares
(ver «Filmes na TV»)
24.00 Conversas Curtas
01.00 Último Jornal
00.25 Espiões
01.25 MTV

- 18.50 Um, Dó, LÍ, Tá
19.50 O Verão de 45
20.40 Crimes
21.30 TV2 Jornal
22.00 Financal Times
22.10 Deus nos Acuda
23.00 Remate
23.10 Bailado: «Homenagem a Carlos Trilcheiras»
01.45 Magazine «Cinema»

- 21.30 TV2 Jornal
22.00 Financal Times
22.10 Deus Nos Acuda
23.00 Remate
23.10 Trio Odemira
00.40 Gansos Selvagens
(ver «Filmes na TV»)
16.30 Notícias
16.40 Assuntos de Família
17.10 Sassá Mutema
18.00 Notícias
18.10 O Resto é Conversa
19.00 Praça Pública
19.30 Notícias
19.45 Renascer
20.45 Jornal da Noite
21.30 Ora Bolas, Marina
22.00 A Brincar, a Brincar
22.30 Terça à Noite
23.50 Amor e Guerra
00.20 A Bolsa e a Vida
00.25 Último Jornal
00.50 Os Donos da Bola
01.10 Internacional Sic
01.40 MTV

- 18.55 Um, Dó, LÍ, Tá
19.50 A Igreja Católica em Portugal
20.50 Realce
21.30 TV2 Jornal
22.00 RTP - Financal Times
22.10 Deus Nos Acuda
23.00 Remate
23.10 Ouvir e Falar
00.10 Heimatt II
01.05 Magazine «Artes Visuais»

- 08.00 Cursos e Empregos (Teletexto)
12.00 A Casa do Tio Carlos
12.35 Animação
13.05 A Amiga Olga
13.35 Topázio
14.20 Meteorologia
14.25 Uma Casa na Pradaria
15.25 Cursos e Empregos (Teletexto)
16.30 Lassie
16.55 Animação
17.10 A Casa do Tio Carlos
17.40 Quem Sai aos Seus
18.05 Estrela
18.55 A Amiga Olga
19.30 Informação Quatro
20.05 Esquadrão Classe A
20.55 Animação
21.10 California Dreams
21.40 Telemotor
22.10 Artur Alabran
00.50 Ponto Final
01.10 Hunter

- 08.00 Cursos e Empregos (Teletexto)
12.00 A Casa do Tio Carlos
12.35 Animação
13.05 A Amiga Olga
13.35 Topázio
14.15 Meteorologia
14.20 Uma Casa na Pradaria
15.35 Cursos e Empregos (Teletexto)
16.30 Lassie
16.55 Animação
17.10 A Casa do Tio Carlos
17.40 Quem Sai aos Seus
18.05 Estrela
19.00 A Amiga Olga
19.30 Informação Quatro
20.05 Esquadrão Classe A
20.55 Animação
21.10 California Dreams
21.40 Em Nome da Justiça
22.40 Rua Jump, 21
23.30 Ponto Final
23.50 A Visita
(ver «Filmes na TV»)
10.00 A Casa do Tio Carlos
11.00 Animação
11.30 Momentos de Glória
13.05 Contra-Ataque (desporto)
14.35 Animação
15.10 Estrela (compacto)
19.30 Informação Quatro
20.05 Na Mira do Crime
20.55 Duque de Ouros
22.00 Futebol - EUA/Suíça
23.50 Informação
00.10 O Obcecado
(ver «Filmes na TV»)
10.00 A Casa do Tio Carlos
11.00 Animação
11.30 Quatro Ventos
12.00 Vaticano em Directo
12.15 Missa
13.35 Informação
13.40 Rosa Baiana
14.50 O Tio Carlos
16.20 Queridos Inimigos
18.00 O Novo Caminho das Estrelas
19.00 Um Dia a Casa Cal
19.30 Informação Quatro
20.05 Na Mira do Crime
20.50 Duque de Ouros
22.00 Momentos de Glória
00.15 Informação
00.35 Taggart

- 08.00 Cursos e Empregos (Teletexto)
12.00 A Casa do Tio Carlos
12.35 Animação
13.05 A Amiga Olga
13.35 Topázio
14.20 Meteorologia
14.25 Uma Casa na Pradaria
15.35 Cursos e Empregos (Teletexto)
16.30 Lassie
16.55 Animação
17.10 A Casa do Tio Carlos
17.40 Quem Sai aos Seus
18.05 Estrela
18.55 A Amiga Olga
19.30 Informação Quatro
20.05 Esquadrão Classe A
20.55 Animação
21.10 California Dreams
21.40 O Romance de Murphy
(ver «Filmes na TV»)
23.25 Ponto Final
00.40 Hunter

- 08.00 Cursos e Empregos (Teletexto)
12.00 A Casa do Tio Carlos
12.35 Animação
13.05 A Amiga Olga
13.35 Topázio
14.20 Meteorologia
14.25 Uma Casa na Pradaria
15.35 Cursos e Empregos (Teletexto)
16.30 Lassie
16.55 Animação
17.10 A Casa do Tio Carlos
17.40 Quem Sai aos Seus
18.05 Estrela
18.55 A Amiga Olga
19.30 Informação Quatro
20.05 Esquadrão Classe A
20.55 Animação
21.10 California Dreams
21.40 O Sonho Americano
(ver «Filmes na TV»)
23.40 Ponto Final
23.45 Desporto
00.35 Forum

- 08.00 Cursos e Empregos (Teletexto)
12.00 A Casa do Tio Carlos
12.25 Animação
13.05 A Amiga Olga
13.35 Topázio
14.20 Meteorologia
14.25 Uma Casa na Pradaria
15.35 Cursos e Empregos (Teletexto)
16.30 Lassie
16.55 Animação
17.10 A Casa do Tio Carlos
17.40 Quem Sai aos Seus
18.05 Estrela
18.55 A Amiga Olga
19.30 Informação Quatro
20.05 Esquadrão Classe A
20.55 Animação
21.10 California Dreams
21.40 O Romance de Murphy
(ver «Filmes na TV»)
23.25 Ponto Final
00.40 Hunter

- 08.00 Cursos e Empregos (Teletexto)
12.00 A Casa do Tio Carlos
12.35 Animação
13.05 A Amiga Olga
13.35 Topázio
14.20 Meteorologia
14.25 Uma Casa na Pradaria
15.35 Cursos e Empregos (Teletexto)
16.30 Lassie
16.55 Animação
17.10 A Casa do Tio Carlos
17.40 Quem Sai aos Seus
18.05 Estrela
18.55 A Amiga Olga
19.30 Informação Quatro
20.05 Esquadrão Classe A
20.55 Animação
21.10 California Dreams
21.40 Caixa de Perguntas
22.10 Queridos Inimigos
23.50 Ponto Final
00.05 Hunter

- 08.00 Cursos e Empregos (Teletexto)
12.00 A Casa do Tio Carlos
12.35 Animação
13.05 A Amiga Olga
13.35 Topázio
14.20 Meteorologia
14.25 Uma Casa na Pradaria
15.35 Cursos e Empregos (Teletexto)
16.30 Lassie
16.55 Animação
17.10 A Casa do Tio Carlos
17.40 Quem Sai aos Seus
18.05 Estrela
18.55 A Amiga Olga
19.30 Informação Quatro
20.05 Esquadrão Classe A
20.55 Animação
21.10 California Dreams
21.40 Caixa de Perguntas
22.10 Queridos Inimigos
23.50 Ponto Final
00.05 Hunter

Filmes na TV

QUINTA, 20

Três Crimes

«Three Cases of Murder» (Gr.Br./1953). Real.: Wendy Toye, David Eady e George More O' Ferrall. Int.: Alan Badel, Hugh Pryse, John Gregson, Orson Welles. P/B, 97 min. Ver Destaque. (15.20, Canal 1)

Chinatown: Assalto Final

«Chinatown Connection» (EUA/1990). Real.: Jean Paul Quellette. Int.: Bruce Ly, Lee Majors II, Pat McCormick. Cor, 90 min. Acção. (00.40, Canal 1)

SEXTA, 21

Major Barbara

«Major Barbara» (Gr.Br./1941). Real.: Gabriel Pascal. Int.: Wendy Miller, Rex Harrison, Robert Morley, Deborah Kerr. P/B, 117 min. Ver Destaque. (15.05, Canal 1)

O Refúgio dos Renegados

«Little Vegas: A Desert Story» (EUA/1990). Real.: Perry Lang. Int.: Anthony John Denison, Catherine O' Hara, Jerry Styler. Cor, 91 min. Comédia. (23.05, Canal 1)

A Visita

«The Visit» (RFA/Fr./It./1964). Real.: Bernardt Wicki. Int.: Ingrid Bergman, Anthony Quinn, Irina Demick, Paolo Stoppa. Cor, 100 min. Ver Destaque. (23.50, Quatro)

A Fonte da Virgem

«Jungfrukällan» (Suécia/1959). Real.: Ingmar Bergman. Int.: Max Von Sydow, Birgitta Vahlberg, Gunnell Lindblom, Birgitta Pettersson. P/B, 86 min. Ver Destaque. (00.10, TV 2)

Matança em Kansas City

«The Kansas City Massacre» (EUA/1975). Real.: Dan Curtis. Int.: Dale Robertson, Bo Hopkins, Robert Walden, Scott Brady. Cor, 98 min. Ver Destaque. (01.15, Canal 1)

Fui Modelo do Playboy

«I Posed for Playboy» (EUA/1991). Real.: Stephen Stafford. Int.: Lynda Carter, Michele Greene, Amanda Peterson. Cor, 93 min. Erótico. (01.45, SIC)

SÁBADO, 22

Tarzan e a Fonte Mágica

«Tarzan's Magic Fountain» (EUA/1949). Real.: Lee Sholem. Int.: Lex Barker, Brenda Joyce, Evelyn Ankers, Albert Dekker. Cor, 73 min. Aventuras. (12.00, TV 2)

Gigantes em Duelo

«I Giorni dell' Ira» (It./1967). Real.: Tonino Valerii. Int.: Giuliano Gemma, Lee Van Cleef. Cor, 107 min. Acção. (14.30, SIC)

Um Amor Muito Especial

«Special Olympics» / «A Special Kind of Love» (EUA/1978). Real.: Lee Philips. Int.: Charles Durning, Philip Brown, George Parry. Cor, 92 min. Telefilme. (15.30, Canal 1)

O Obcecado

«The Collector» (EUA/1965). Real.: William Wyler. Int.: Terence Stamp, Samantha Eggar, Maurice Dallimore. Cor, 119 min. Ver Destaque. (00.15, Quatro)

Força Delta-Spetnatz

«Comrades in Arms» (EUA/Finl./1991). Real.: J. Christian Ingvordsen. Int.: Lyle Alzado, Rick Washburn, John Christian. Cor, 88 min. Acção. (00.25, Canal 1)

O Pintor e a Lavadeira

«Les Deux Fragonard» (Fr./1989). Real.: Philippe de Guay. Int.: Philpne Leroy-Beaulieu, Robin Renucci, Joaquim de Almeida, Samy Frey. Cor, 106 min. Comédia Dramática. (00.15, TV 2)

DOMINGO, 23

A Fera

«A Lion is in the Streets» (EUA/1953). Real.: Raoul Walsh. Int.: James Cagney, Barbara Hale, Anne Francis, Lon Chaney. Cor, 85 min. Ver Destaque. (a partir das 14.00, Canal 1)

Rapazes de Táxis

(Port./1965). Real.: Constantino Esteves. Int.: António Calvário, Tony de Matos, Leónia Mendes. P/B, 100 min. Comédia Dramática. (14.30, SIC)

Por Mais Alguns Dólares

«Per Qualque Dollare in Più» (It./1967). Real.: Sergio Leone. Int.: Clint Eastwood, Lee Van Cleef, Gian Maria Volonté. Cor, 124 min. «Western-spaghetti». (21.30, SIC)

O Pequeno Nikita

«Little Nikita» (EUA/1988). Real.: Richard Benjamin. Int.: Sidney Poitier, River Phoenix, Richard Bradford, Richard Lynch. Cor, 95 min. «Thriller» de espionagem. (22.30, Canal 1)

Vento do Noroeste

«Noroît» (Fr./1976). Real.: Jacques Rivette. Int.: Geraldine Chaplin, Bernardette Lafont, Kika Markham. Cor, 129 min. Ver Destaque. (00.30, TV 2)

SEGUNDA, 24

Uma Vez, Um Herói

«Tunes of Glory» (Gr.Br./1960). Real.: Ronald Neame. Int.: Alec Guinness, John Mills, Dennis Price, Gordon Jackson, Susannah York. Cor, 103 min. Ver Destaque. (15.20, Canal 1)

A Paixão de Júlia

«Aunt Julia and the Screenwriter» (EUA/1989). Real.: Jon Amiel. Int.: Barbara Hershey, Peter Falk, Keanu Reeves. Cor, 105 min. Aventuras. (21.30, SIC)

Sonho Americano

«Sweet 15» (EUA). Real.: Victoria Hochberg. Int.: Karla Montana, Tony Plana, Jenny Gago, Lennard Camarillo. Cor, 90 min. Drama. (21.40, Quatro)

A Metamorfose

«Metamorphosis: The Alien Factor» (EUA/1991). Real.: Glenn Takakjian. Int.: Tara Leigh, Tony Gigante, Dianna Flaherty. Cor, 94 min. Terror. (01.05, Canal 1)

TERÇA, 25

A Pirâmide Humana

«La Pyramide Humaine» (Fr./1960). Real.: Jean Rouch. Int.: Denise Nadine, Jacqueline, Dany Elola, Alain Raymond, os alunos do liceu de Abidjan. Cor, 87 min. Ver Destaque. (14.55, Canal 1)

O Romance de Murphy

«Murphy's Romance» (EUA/1985). Real.: Martin Ritt. Int.: Sally Field, James Garner, Brian Kerwin, Dennis Burkley. Cor, 108 min. Ver Destaque. (21.40, Quatro)

Os Gansos Selvagens

«The Wild Geese» (Gr.Br./1977). Real.: Andrew V. McLaglen. Int.: Richard Burton, Roger Moore, Richard Harris, Hardy Kruger, Stewart Granger. Cor, 129 min. Guerra. (00.40, TV 2)

O Gato e o Canário

«The Cat and the Canary» (Gr.Br./1979). Real.: Radley Metzger. Int.: Honor Blackman, Michael Callan, Edward Fox. Cor, 95 min. Ver Destaque. (01.15, Canal 1)

QUARTA, 26

Surf, Rock e Amizade

«Deadman's Curve» (EUA/1978). Real.: Richard Compton. Int.: Richard Hatch, Bruce Davison, Pamela Belfwood. Cor, 92 min. Telefilme. (14.50, Canal 1)

BZ - Viagem Alucinante

«Jacob's Ladder» (EUA/1990). Real.: Adrian Lyne. Int.: Tim Robbins, Elizabeth Peña, Danny Aiello, Matt Craven, MacCauley Culkin. Cor, 109 min. Ver Destaque. (22.20, Canal 1)

As Tentações da Carne

«The Monk» (Gr.Br./Esp./1990). Real.: Paco Lara. Int.: Paul McGann, Sophie Ward, Isla Blair, Freda Dowie. Cor, 102 min. (00.50, Canal 1)

Nota: a Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.

— Por isto e por aquilo... —

Três Crimes (Quinta, 15.20, Canal 1)

Trata-se de um «filme fantástico» dividido em sketches e baseado em pequenos contos de três escritores (Roderick Wilkinson, Brett Haliday e Somerset Maugham), cada um deles realizado por um cineasta diferente. No primeiro, um pintor tem o poder de fazer imiscuir personagens reais nos quadros que pinta; no segundo, o alegado assassino de uma mulher é amnésico (mas será ele o verdadeiro criminoso?); e, no terceiro, um lord que mata um deputado trabalhista é perseguido pelo humor deste e acaba louco. Três curtas histórias bem ao gosto do cinema britânico, realizadas com a indispensável dose de ironia, e com excelentes interpretações de Alan Badel, em todas elas, e de Orson Welles, na fabulosa figura do lord, na última história.

Major Barbara (Sexta, 15.05, Canal 1)

Com argumento de Bernard Shaw (escrito pelo próprio a partir de uma sua peça teatral), Major Barbara é uma comédia irresistível que nos conta a história de uma jovem, rica e «idealista», que, depois de se ter alistado no Exército de Salvação, descobre que a vida é muito mais reconfortante se ela passar a interessar-se pelo futuro da fábrica de armamento do seu pai... Do excelente naipe de intérpretes, todos eles bem conhecidos, a curiosidade vai para Deborah Kerr na sua estreia no cinema.

A Visita (Sexta, 23.50, Quatro)

Melodrama intenso e intrigante, esta adaptação cinematográfica da obra de Dürrenmatt A Visita da Velha Senhora, foi realizada por um cineasta e actor austríaco de alguma notoriedade (Bernardt Wicki). A Visita conta-nos a estranha história de uma mulher extremamente rica que regressa a uma pequena cidade da Europa Central, onde lhe é preparada uma entusiástica recepção. Mas é precisamente durante o discurso de agradecimento que pronuncia nesse banquete, que a milionária, ao



Alec Guinness, num dos principais papéis de «Uma Vez, Um Herói», de Ronald Neame

uma fonte... Com uma excelente fotografia de mestre Sven Nykvist e uma inesquecível interpretação de Max Von Sydow, A Fonte da Virgem é um dos mais fabulosos filmes do ciclo dedicado a Bergman e foi, na altura da sua estreia em Portugal, violentamente mutilado pela censura fascista. A não perder.

Matança em Kansas City (Sexta, 01.15, Canal 1)

Com argumento desenrolando-se em plena época da Depressão - o tempo dos gangsters famosos, como John Dillinger ou Baby Face Nelson - este telefilme, pela ironia do argumento e a extrema eficácia da realização, sem esquecer o excelente trabalho de reconstituição e o equilibrado naipe de intérpretes, de que sobressai Dale Robertson, justificou boas referências dos especialistas, que o consideram um trabalho televisivo muito superior ao nível médio a que o formato nos habituou.

O Obcecado (Sábado, 00.15, Quatro)

O que há de mais estranho, à partida, é ter sido este filme realizado por William Wyler, um realizador que dificilmente imagináramos a pegar neste argumento: um apagado empregado bancário tem, como único passatempo da sua rotineira existência, o hobby de colecionar borboletas; mas, quando a fortuna lhe sorri ao ganhar uma grossa maquia nas apostas, os seus interesses passam a dirigir-se para a figura de uma jovem e bela aluna de uma escola de arte - e é aqui que tudo começa a ser muito mais inquietante... A ponto de desejarmos, às vezes, que, em vez de Wyler, andasse por ali, atrás da câmara, a mãozinha de Buñuel...

A Fera (Domingo, a partir das 14.00, Canal 1)

A Fera é um dos menos conhecidos e conseguidos filmes de Raoul Walsh, porque, sendo o argumento um dos seus potenciais pontos fortes - progressivamente escarpando a ascensão de um ambicioso Zé Ninguém que sobe na vida social e política à custa da prática de corrupção e dos golpes indignos -, a sua concretização se revela algo desequilibrada, roubando-lhe o necessário impacte. Mas, mesmo com estas limitações, não é de perder o desempenho do papel principal, excelentemente interpretado por James Cagney.

Vento do Noroeste (Domingo, 00.30, TV 2)

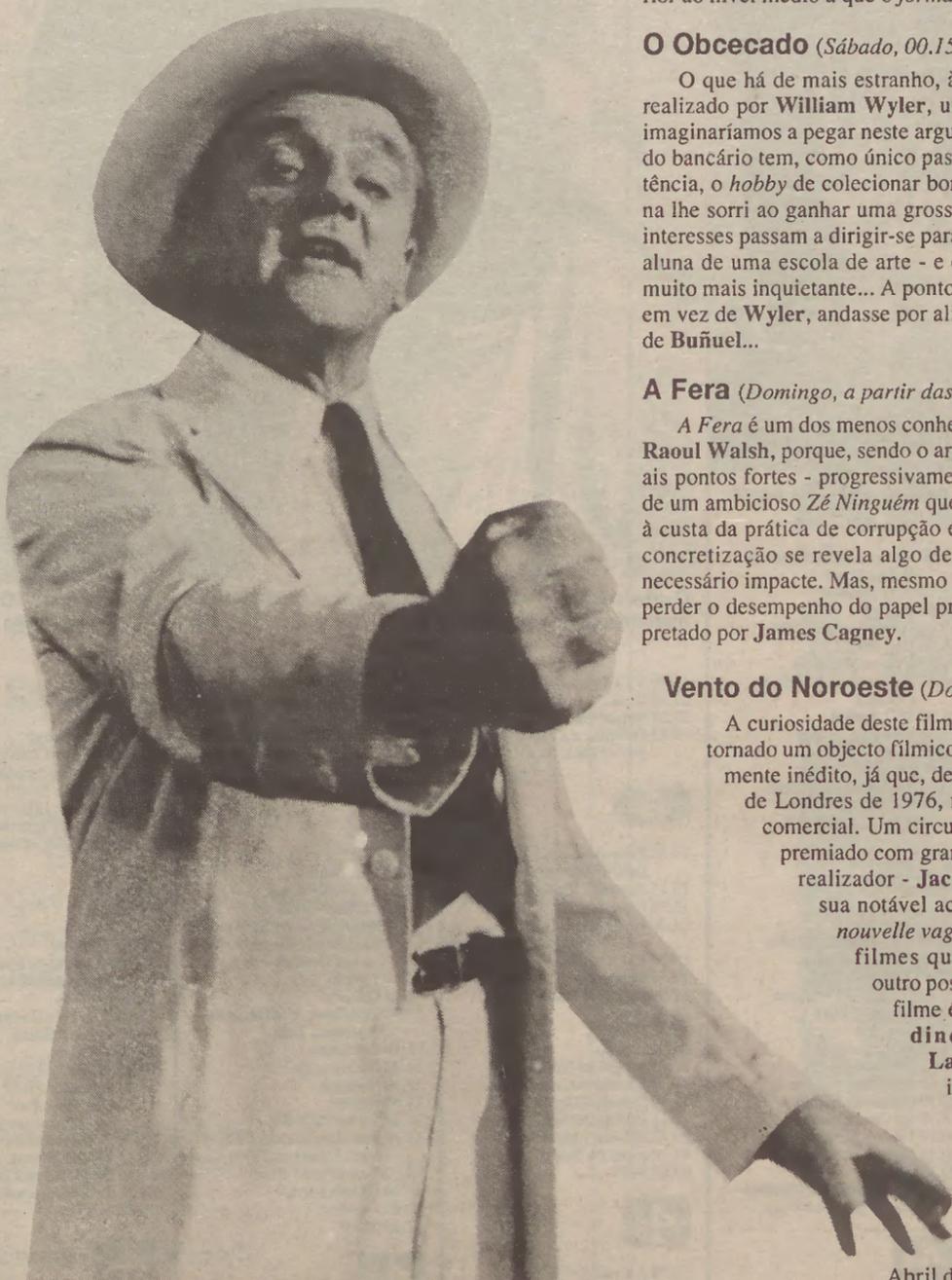
A curiosidade deste filme vai para o facto de ele se ter tornado um objecto filmico como que «maldito», praticamente inédito, já que, depois da sua estreia no Festival de Londres de 1976, nunca foi exibido no circuito comercial. Um circuito que não tem propriamente premiado com grandes audiências as obras deste realizador - Jacques Rivette - que, vindo da sua notável actividade crítica, no período da nouvelle vague, se destacou como autor de filmes quase sempre polémicos. Um outro possível elemento de interesse do filme é, ainda, a presença de Geraldine Chaplin e Bernardette Lafont, como suas principais intérpretes. A confirmar.

Uma Vez, Um Herói (Segunda, 15.20, Canal 1)

Filme anunciado por duas vezes para transmissão na TV 2, em Abril do ano passado - e agora colocado no horário menos favorável da «sessão da tarde» no Canal 1 - esta obra de Ronald Neame é o espelho de um conflito de gerações passado no austero ambiente castrense de um quartel na Escócia e nele podemos assistir a um impressionante festival da arte de representar, no qual a brilhante estreia de Susannah York vem juntar-se à classe de consagrados actores, como Alec Guinness e John Mills. A não perder.

A Pirâmide Humana (Terça, 14.55, Canal 1)

Autor, desde os anos 40 até aos anos 80, de inúmeras curtas e longas-metragens documentais de carácter etnológico (de que se destacam algumas obras importantes no campo do chamado cinema-verdade durante o riquíssimo período da nouvelle vague francesa), Jean Rouch dedicou grande parte da sua filmografia à observação dos costumes e tradições dos povos africanos, como parece ser o caso deste filme, inédito entre nós, que



James Cagney, em «A Fera», de Raoul Walsh

mesmo tempo que promete um avultado donativo à cidade que a vira nascer, exige em troca a morte do homem que desgraçara a sua juventude... Ingrid Bergman e Anthony Quinn destacam-se do elenco do filme em dois complexos papéis.

A Fonte da Virgem (Sexta, 00.10, TV 2)

Mais uma vez debruçando-se sobre o confronto das forças do Bem e do Mal, Ingmar Bergman encena aqui uma fábula cinematográfica intensamente despojada de artificios e baseada numa lenda sueca do século XIV: uma jovem é violada e morta na floresta por dois pastores, o que leva o seu pai a architectar uma terrível vingança para os assassinar. Mas, mais tarde, vem a descobrir-se que, no lugar onde a jovem perecera, jorra agora

as referências nos dizem debruçar-se sobre as relações inter-ra-
ciais num liceu de Abidjan.

O Romance de Murphy (Terça, 21.40, Quatro)

Um pouco à revelia dos seus temas predilectos, *O Romance de Murphy* é uma agradável comédia realizada por **Martin Ritt** à volta da história de uma recém-divorciada (**Emma**) que tenta refazer a sua vida algures no Arizona, onde compra um rancho e pretende ocupar-se da criação de cavalos, conhecendo então um farmacêutico viúvo (**Murphy**) - um encontro que desperta, nos dois, uma atracção irresistível. Mas, quando tudo parecia encaminhar-se para o desenlace mais feliz, eis que surge o ex-marido de **Emma** e, com ele, os sarilhos de que aquela se havia libertado... Uma interpretação em grande estilo de **James Garner**, no papel de viúvo, que lhe garantiu a nomeação para os Oscars desse ano. Um filme que já esteve programado para o passado mês de Novembro, na mesma *Quatro*.

O Gato e o Canário (Terça, 01.15, Canal 1)

Mais uma vez constituindo a excepção semanal no conjunto do verdadeiro «lixo» que o *Canal 1* agora quotidianamente nos oferece nas suas «escolhidas» *Últimas Sessões*, este filme destaca-se, sobretudo, por se tratar de uma boa adaptação de um argumento que já dera origem a, pelo menos, outros dois filmes baseados na mesma história e com o mesmo título original (datados de 1927 e 1939). Uma história, não isenta de *suspense* e humor, que se desenrola por entre os mistérios, os sustos e as intrigas que evoluem no interior de uma velha mansão inglesa, durante uma reunião de herdeiros que ali se congregam para ouvir ler o testamento de um familiar que falecera há vinte anos...

BZ - Viagem Alucinante (Quarta, 22.20, Canal 1)

«Escrito em 1981 por **Bruce Joel Rubin**, o argumento de *BZ - Viagem Alucinante* levou 9 anos até chegar a ser um filme. Interressou cineastas como **Brian DePalma**, **Sidney Lumet** e **Ridley Scott** e, em 1984, foi considerado pelo *American Film* como um dos dez melhores argumentos nunca produzidos.» Assim começa por apresentar o filme o *Boletim de Programas* da RTP - o que, a confirmar-se, poderia alimentar justificadas esperanças. Mas a «estética» do realizador que finalmente viria a pegar no argumento, **Adrian Lyne** (responsável por obras tão diversas como *Flashdance* ou *Nove Semanas e Meia* ou *Atracção Fatal*), acaba por justificar as maiores reservas. Mas, para quem (como nós) não conhece o filme, aqui fica um excerto do resumo da história, tal como vem inserto naquele *Boletim*: «um thriller fantástico sobre o pesadelo vivido por um ex-combatente do Vietnam vítima de uma série de impressionantes visões, consequências de uma desumana experiência militar com drogas...». A bom entendedor...



Robert Newton, Rex Harrison e Wendy Hiller, na adaptação cinematográfica da peça de Bernard Shaw «Major Barbara», de Gabriel Pascal

Cinema

	M. M. Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
A Aladino	-	-	★★★★
B Idade da Inocência	-	-	★★★★★
C Um Mundo Perfeito	-	-	★★★★
D Parque Jurássico	★★★	-	★★★★

Classificação de ★ a ★★★★★

- A — Real. John Musker e Ron Clemens — *Alfa/5* (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00); *Amoreiras/10* (13.45, 15.45, 17.45, 21.45, 00.15); *King Triplex/3* (14.45, 16.30, 18.30, 20.30, 22.15); *S. Jorge/3* (14.30, 16.45, 19.15, 21.45) — Lisboa.
- B — Real. Martin Scorsese — *Monumental/1* (13.15, 16.00, 18.45, 21.30, 00.15); *Quarteto/3* (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00) — Lisboa.
- C — Real. Clint Eastwood — *Alfa/4* (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00); *Amoreiras/2* (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 00.15); *Fonte Nova/1* (14.30, 16.45, 19.00, 21.30); *Monumental/Cinetatro* (14.00, 16.30, 19.15, 22.00, 00.30); *S. Jorge/2* (15.30, 18.30, 21.30) — Lisboa.
- D — Real. Steven Spielberg — *Amoreiras/8* (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00) — Lisboa.

Tempo

Depois do tempo frio, voltam os aguaceiros e o céu nublado a partir de sexta-feira.



PALAVRAS CRUZADAS

1																	
2																	
3																	
4																	
5																	
6																	
7																	
8																	
9																	
10																	
11																	
12																	
13																	

HORIZONTAIS: 1 — Massa de farinha de trigo frita ou cozida no forno e recheada de carne; cordão. 2 — Lavras; transpiram. 3 — Ósmio (s. q.); o mais (ant.); a minha pessoa; atmosfera; isolado. 4 — Viscera dupla; ramificação; coloração. 5 — Oferece; empunhara; Rádio (s. q.). 6 — Maior; principal rio da Suíça. 7 — Aborrecida (fig.); aquele que sofre muito. 8 — Saudáveis; caminhavas. 9 — Satélite de Júpiter; moradia nobre; Cãhamo de Manila. 10 — Pedras de moinho; ave trepadora; textualmente. 11 — Campeão; igreja episcopal; padrão; cálcio (s. q.); àquele. 12 — Adição; parte do boné que serve de anteparo aos olhos. 13 — Não mencionara; planta solanácea, originária da ilha de Tobago, e cujas folhas, diferentemente tratadas, servem para fumar, cheirar ou mascar.

VERTICAIS: 1 — Cabo; poemas. 2 — Senhora (bras.); o sono infantil (pl.). 3 — Igual (farm.); nocivas; apelido. 4 — Senhora (abrev.); esmurrar; astro-rei. 5 — Semelhante; chefe etíope; ave corredora. 6 — Existes; batráquio; Baltasar de (...), sertanista português, sobrinho de Mem de Sá, realizou entradas na Bahia e acompanhou seu primo na expedição contra os índios tamoios de Espírito Santo; aparência. 7 — Conj. porém; discursa. 8 — Macaco; árvore ornamental da fam. das leguminosas. 9 — Oceano; argola. 10 — Aqueles; nota musical; o sol dos faraós; utensílio de cozinha. 11 — Via dentro de uma povoação; nome de poeta português; táxi (pal. ingl.). 12 — Conceder; bosques; fileira. 13 — Preposição; gracejas; actínio (s. q.). 14 — Ribeira portuguesa; gene (pop.). 15 — Ciência dos bons costumes; laçadas.

SOLUÇÃO DO NÚMERO ANTERIOR

HORIZONTAIS: 1 — Amásio; imoral. 2 — Aromada. 3 — Ua; acima; ar. 4 — Ria; ano; ama. 5 — Ova; casaram; sol. 6 — Saco; aros. 7 — Rifa; eras. 8 — Arte; amos. 9 — Mal; oásicos; sic. 10 — Uva; cor. 11 — Ai; Còdea; Al. 12 — Calosas. 13 — Soltas; resina.

VERTICAIS: 1 — Aviso; maçãs. 2 — Vê; pá. 3 — Ura; Lua. 4 — Ai; siá; VI. 5 — Ia; açafroa; Ca. 6 — Ora; acata; cãs. 7 — Ocaso; escol. 8 — Mina; iodo. 9 — Amora; acres. 10 — Ida; aroma; aar. 11 — Má; amorosa; sé. 12 — Am; sãs; rá. 13 — Rás; sal. 14 — Or; mi. 15 — Local; carta.

Teatro

AUDITÓRIO DE BENFICA

Lisboa, Junta de Freguesia de Benfica, Av. Gomes Pereira, 17. Tel. 7154565. 6ª e sáb. às 21.30, dom. às 18.00. **FRAGMENTOS KAFKIANOS**, adaptação de textos de Kafka, encenação de Carlos Rocha e Ione de Medeiros, pela Companhia Absurda.

COMUNA

Lisboa, Pç. de Espanha. Tel. 7271818. 3ª, 4ª e sáb. às 15.00: **BÃO** (peça infantil), de João Mota. *Café-Concerto*: 5ª, 6ª e sáb. às 22.30: **EI GRANDE DE COCA-COLA - PARADA DE ESTRELAS**, encenação de João Mota.

TEATRO ABERTO

Lisboa, Praça de Espanha. Tel. 7970969. **O TEMPO E O QUARTO**, de Botho Strauss, encenação de João Lourenço, pelo Novo Grupo e actores convidados.

TEATRO CINEARTE

Lisboa, Lg. de Santos, 2. Tel. 3965360. *Sala Um* - 4ª às 19.00, 5ª, 6ª e sáb. às 21.45, dom. às 17.00: **A CANTORA CARECA**, de Ionesco, encenação de Helder Costa. *Sala Nova* - 5ª às 19.00, 6ª e sáb. às 21.45, dom. às 19.00: **DE BRAÇOS ABERTOS**, de Maria Adelaide Amaral, encenação de Fernanda Lapa.

TEATRO DA GRAÇA

Lisboa, Trav. S. Vicente, 11. Tel. 8755626. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 17.00. **O CONSTRUTOR**, de Ibsen, encenação de Graça Corrêa.

TEATRO MALAPOSTA

Loures, R. de Angola (Olival Basto). Tel. 9388407. De 5ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00: **A ESCOLA DAS MULHERES**, de Molière, encenação de José Peixoto, pelo Teatro da Mala-



Manuel Lima visto por João Rodrigues

posta. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.30: **D. JOÃO**, pelo Teatro da Garagem.

TEATRO DE MASSAMÁ

Massamá, Teatro do Clube Desportivo e Recreativo. Tel. 437 33 18. **MALAQUIAS, A HISTÓRIA DE UM HOMEM BARBARAMENTE ARREPENDIDO**, de Manuel de Lima, encenação de José Carretas, pela Companhia de Teatro Veredas.

TEATRONACIONAL D. MARIA II

Lisboa, Rossio. Tel. 3422210. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **MACBETH**, de Shakespeare, adaptação e encenação de Ulysses Cruz, pela Seiva Trupe (a partir de hoje).

TEATRO POLITEAMA

Lisboa, R. das Portas de S. Antão. Tel. 3431220. De 3ª a 6ª às 22.00, sáb. e dom. às 16.00 e 22.00. **MALDITA COCAÍNA**, texto e encenação de Filipe La Féria.

TEATRO DA TRINDADE

Lisboa, R. Nova da Trindade. Tel. 3420000. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 18.30. **10 ELE-VADO A-43 - EXTASIS**, de Christiane Torloni e José Possi Neto.



Escrava do Amor

Realização: Nikita Mikhalkov

Fotografia: Pavel Lebeshev

Intérpretes: Yelena Solovei, Rodion Nakhapetov

Dias de guerra civil na Rússia. Uma equipa de filmagens que estava rodando o melodrama «The Love Slave», protagonizado por Olga Voznesenskaya, foge em pânico da Moscovo «vermelha» para uma pequena aldeia do sul ocupada pela guarda «branca». O habitual «co-star» que é o ídolo do cinema mudo Makasakov, violou o seu contrato e permaneceu em Moscovo. Este facto surpreendeu de tal forma Olga, que pela primeira vez ela começou a reflectir sobre os acontecimentos correntes.

Na cidade onde eles filmavam, actuava um grupo «subterrâneo» de revolucionários que é comandado pelo operador Victor Pototsky. Arriscando a própria vida, ele filma secretamente todas as actividades arbitrárias de Fedotov, cabecilha da contra-espionagem da Guarda Branca.

Pototsky apaixona-se por Olga e tenta revelar-lhe o significado dos recentes acontecimentos na Rússia. Demonstrando sensatez e honestidade, Olga começa a ajudar os revolucionários chegando a salvar a vida ao próprio Pototsky.

Entretanto, Fedotov arma uma armadilha ao operador de câmara, que é morto em frente da actriz. A partir deste momento, Olga não tem dúvidas acerca do caminho a seguir. Com a ajuda dos revolucionários, ela mata Fedotov.



SÉRIE FILMES SOVIÉTICOS

- 001 — O COURAÇADO POTEMKINE
- 002 — A MÃE
- 003 — ESCRAVA DO AMOR
- 004 — A BALADA DO SOLDADO
- 005 — AMOR EM TEMPO DE GUERRA
- 006 — A GREVE

Preço Unitário: 3500 escudos
Pacote de 3 filmes: 10 000 escudos

Cinema de qualidade em sua casa

Via CTT À cobrança (Zona Grande Lisboa)

Faça os seus pedidos para:

crac serviços, CRL
VIDEO cracfilmes
Apartado 90
Queluz Ocidental
2746 QUELUZ CODEX

a talhe de FOICE

Conversa fiada

Esta semana, o ministro da Indústria e um grupo de deputados do PSD deram ao país uma verdadeira lição de patriotismo.

Apostados, como manda o homem do leme, em combater - combater?, que digo eu? -, arrasar é que é o termo (valha-nos a língua do ilustre poeta para chamar as coisas pelos devidos nomes), essa cambada de miserabilistas que insiste e persiste em falar de crise, eis que se lembraram de organizar uma excursão ao país de sucesso.

A ideia, da ilustre cabeça de Duarte Lima, já vinha de trás, das vésperas das autárquicas. Ficou na altura em 'stand by' porque os venenosos dos socialistas e dos comunistas e quiçá também dos centristas - pormenor deixado por apurar - logo vieram a terreiro dizer que se tratava de propaganda eleitoral, imagine-se o disparate, como se tal cousa alguma vez pudesse sequer aflorar em tão puras mentes. Adiada, mas felizmente não anulada, a ideia passou a acto na passada terça-feira, com a pompa e circunstância exigida pelo evento.

Deputados e ministro não se pouparam inclusive ao sacrifício da ordem, levantando os políticos toutiços cedo da cama, como qualquer comum mortal, de forma a apanharem o aviãozinho da TAP que os levou num instante de Lisboa ao Porto. Visita de sucesso 'oblique'.

Daí para a frente, foi um ver-se-te-avias de ah! e oh! de felicidade, palmadinhas nas costas, apertos de mão, cumprimentos, afagos no ego, que um homem não é de pau e sucesso é coisa que vale sempre a pena ver e admirar, sobretudo se do próprio se trata. Visita ao 'país real', como Mira Amaral não se cansou de repetir, enquanto os deputados brincavam com as novas tecnologias e bebiam cafézinhos, entre risadas e ditos para imprensa registar.

Nesta viagem pelo país das maravilhas não faltou nada. Nem um empresário a garantir não poder falar de crise porque o 'Instituto Nacional de Estatística não deixa', nem um dirigente parlamentar a interrogar-se se 'isto já é a antecipação do crescimento para 94', nem um ministro a queixar-se dos jornalistas por não lhe fazerem perguntas 'positivas', enquanto desenrolava sucessos e garantia que 'o resto é conversa'.

Nesta 'oportunidade perdida' para quem não se quis juntar à 'visita de esclarecimento' laranja, a organização esteve perfeita. Nem um desempregado, nem uma falência, nem um assomo de crise saiu ao caminho para perturbar o ambiente.

Tudo perfeito. Como nos romances cor-de-rosa. Não fora o Instituto do Emprego e Formação Profissional ter vindo a lume com números de menos emprego e mais pedidos de emprego; o Eurostat ter revelado que Portugal está nos últimos lugares do 'ranking' comunitário das exportações; as greves anunciadas para final do mês pelos mais diversos sectores profissionais; os escândalos por esclarecer sobre as aplicações dos fundos comunitários; as falências em série, e estaríamos prontos a dizer como o ministro '... e o resto é conversa'.

Pequenos nada, já se vê, a levantar dúvidas. De conversa fiada.

■ AF

PCP e CGTP debatem situação social

Uma delegação do PCP, chefiada por Carlos Carvalhas, manteve na terça-feira um encontro com dirigentes da CGTP-IN, em que participaram igualmente Jerónimo de Sousa e Domingos Abrantes, do PCP, e Carvalho da Silva, Manuel Lopes, Maria do Carmo Tavares, Jerónimo Rodrigues, Maria Augusta Sousa e Emídio Martins, da CGTP.

No final da reunião, Carlos Carvalhas afirmou que o encontro foi uma oportunidade para o PCP demonstrar a sua «preocupação em relação à situação social,



Carlos Carvalhas e Carvalho da Silva chefiaram as delegações do PCP e da CGTP-IN, respectivamente, reunidas na passada terça-feira em Lisboa

desemprego e à destruição do aparelho produtivo nacional, com todas as conse-

quências que daí advêm, nomeadamente o desemprego, o trabalho precário e redução de salários».

«Sem o aumento do mercado interno, isto é, sem a melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores e sem a defesa dos seus direitos não há recuperação económica», disse Carlos Carvalhas, que defendeu a necessidade de medidas de defesa do aparelho produtivo, alargamento do mercado interno e outras no plano orçamen-

tal, fiscal, monetário e financeiro.

Por seu turno, Carvalho da Silva declarou aos jornalistas que a CGTP-IN continua a considerar que o governo conduz o processo da TAP de forma «desajustada», apesar da proposta de viabilização anunciada segunda-feira.

O plano de viabilização aprovado pela assembleia geral da transportadora implica uma ajuda estatal de 180 milhões de contos, a redução gradual de até 1997 de mais de 2 mil postos de trabalho e a supressão de diversas rotas, em especial para a América do Norte.

«Não alteramos a nossa posição em relação ao que consideramos ser um processo desajustado que não é de todo visível ainda hoje e que levará à redução da empresa do ponto de vista da sua estrutura global, da sua dimensão de emprego e das regalias e direitos dos trabalhadores», disse Carvalho da Silva.

Novo reitor em Évora

O professor catedrático Jorge Araújo é o novo reitor da Universidade de Évora, depois da segunda volta das eleições realizadas na semana passada. Jorge Araújo é também eleito, como independente pela CDU, na Assembleia Municipal de Évora e venceu estas eleições perante o professor Pinheiro, depois de ambos terem passado à segunda volta, deixando para trás o professor Rui Namorado Rosa.

O programa da candidatura de Jorge Araújo aponta para a descentralização dos diversos órgãos de gestão da Universidade, bem como para uma maior abertura e melhor relacionamento com o meio social. Logo após a sua eleição, Jorge Araújo, que se definiu como «socia-

lista, republicano e laico», convidou para vice-reitor Rui Namorado Rosa, professor das Universidade de Évora e Técnica de Lisboa e que é membro do Conselho Nacional de Educação, designado pelo PCP.

Estas eleições, segundo fontes locais disseram ao «Avante!», foram perturbadas por interferências externas «movidas pelo PSD» sobre diversos membros da Assembleia da Universidade, com especial incidência no conjunto de estudantes que a integram, chegando a utilizar a comunicação social «para veicular informação tendenciosa e manipuladora».

Após esta eleição, a DOREV do PCP enviou ao Professor Jorge Araújo um telegrama de felicitações.



Encontros do PCP com os «Verdes»...



... UDP...



... e Intervenção Democrática

Encontros do PCP com «Verdes» UDP e ID

O intercâmbio de opiniões sobre a situação política nacional após as eleições autárquicas e o exame de formas de cooperação entre as respectivas forças políticas, motivaram a realização de três encontros entre delegações do PCP dirigidas pelo secretário-geral, Carlos Carvalhas, e delegações do Partido Ecologista «Os Verdes», da UDP (quinta-feira) e da Intervenção Democrática (na sexta). As delegações destas três formações políticas deslocaram-se, para o efeito, ao centro de trabalho do PCP na Soeiro Pereira Gomes, em Lisboa.

Desemprego aumenta

As ofertas de emprego, em Dezembro de 1993, tiveram a maior quebra do ano, quer em termos de variação homóloga quer mensal, revelam dados divulgados no fim-de-semana pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP).

Contrariando as teses do «sucesso» apregoadas pelo Governo, os dados agora divulgados pelo IEFP demonstram o agravamento da situação no mercado de emprego nacional.

Os centros de emprego do Continente e Regiões Autónomas registaram 3162 ofertas de emprego em Dezembro, contra 3900 em mês homólogo de 1992 (menos 18,9 por cento).

Relativamente a Novembro, mês em que as ofertas de emprego atingiram 4469 registos, a quebra foi de 29,2 por cento.

Segundo o IEFP, a elevada variação mensal prende-se com questões de sazonalidade na oferta de emprego, mas foi superior à verificada no ano anterior. Em 1992, a

quebra mensal na oferta de empregos foi de 26,5 por cento.

Por outro lado, os números revelam que a quebra nas ofertas de emprego foi maior no Continente que nas Regiões Autónomas.

Relativamente a Dezembro de 1992, o número de ofertas de emprego caiu de 3593 para 2879 (menos 19,9 por cento), no Continente. Nas Regiões Autónomas, as ofertas passaram de 307 para 283 (menos 7,8 por cento).

Entretanto, o número de desempregados inscritos nos centros de emprego (continente mais regiões autónomas) continua a aumentar, tendo atingido os 365 072 no fim de Dezembro de 1993, mais 7,6 por cento que em mês homólogo de 1992.

Relativamente ao mês precedente (Novembro de 1993), os pedidos de emprego subiram 2,7 por cento, ainda segundo o Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP).